



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLII — Nº 52

QUINTA-FEIRA, 27 DE AGOSTO DE 1987

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 54ª SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1987

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

— Nº 157/87 (nº 257/87, na origem), referente à escolha do Sr. Ronaldo Costa, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

— Nº 158/87 (nº 258/87, na origem), referente à escolha do Sr. Octávio Rainho da Silva Neves, Embaixador do Brasil junto à República da Índia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal e República de Sri Lanka.

1.2.2 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 30/87, de autoria do Senador Jamil Haddad, que altera a redação dos artigos 6º e 23 do Código de Processo Penal.

1.2.3 — Comunicação

— Do Senador Hugo Napoleão de que se ausentará do País.

1.2.4 — Comunicações da Presidência

— Recebimento dos Ofícios nºs S/37 e S/38, de 1987, dos Prefeitos de Irecê — BA e Frederico Westphalen-RS, solicitando, respectivamente, as retificações das Resoluções nºs 110/80 e 351/86.

— Recebimento das Mensagens nºs 154 a 156/87 (nºs 253 a 255/87, na origem), pelas quais o Senhor Presidente da República, soli-

cita autorização para que as Prefeituras Municipais de Pedra Preta e Diamantino — MT e Bento Gonçalves — RS possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR MAURÍCIO CORRÊA — Indagação à Mesa sobre o cumprimento da Resolução nº 74/84. União dos servidores do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE — Esclarecimentos sobre a Resolução nº 74/84. União dos servidores do Senado Federal.

SENADOR POMPEU DE SOUSA — Despoluição do Lago Paranoá.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Resolução nº 115/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ipiatú, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 115/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 116/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Diadema, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 419.400 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 116/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 117/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Jacaré, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito

no valor correspondente, em cruzados, a 466.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 117/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 118/87, que autoriza a Prefeitura Municipal de Penápolis, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 178.571,43 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 118/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 119/87, que retifica a Resolução nº 312/86, que autorizou a Prefeitura Municipal de Jaguaquara, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados). **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 119/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 120/87, que retifica a Resolução nº 47/87, que autorizou a Prefeitura Municipal de Palmas, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.721.576,00 (três milhões, setecentos e vinte um mil, quinhentos e setenta e seis cruzados). **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 120/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 121/87, que retifica a Resolução nº 389/86, que autorizou o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.180.370.480,00 (três bilhões, cento e oitenta milhões, trezentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta cruzados). **Aprovado.**

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÓRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	
TOTAL	330,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 2,00

Tiragem: 2.200-exemplares.

— Redação final do Projeto de Resolução nº 121/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Resolução nº 122/87, que retifica a Resolução nº 399/86, que autorizou a Prefeitura Municipal de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 30.936.265,20 (trinta milhões, novecentos e trinta e seis mil, duzentos e sessenta e cinco cruzados e vinte centavos). **Aprovado.**

— Redação final do Projeto de Resolução nº 122/87. **Aprovada.** À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 3/87 (nº 126/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Brasília, a 1º de novembro de 1985. **Discussão encerrada**, após parecer proferido pelo Senador Chagas Rodrigues, devendo a votação ser feita na sessão seguinte.

— Projeto de Resolução nº 278/86, de autoria da Comissão Diretora, que cria, no Senado Federal, o Centro de Formação em Administração Legislativa e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após parecer favorável, proferido pelo Senador Nelson Wedekin, nos termos de substitutivo, devendo a votação ser feita na sessão seguinte.

— Projeto de Lei da Câmara nº 13/87 (nº 7.678/86, na Casa de origem), de iniciativa

do Senhor Presidente da República, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após parecer proferido pelo Senador João Calmon, devendo a votação ser feita na sessão seguinte.

— Projeto de Lei do Senado nº 27/87, de autoria do Senador Lourenberg Nunes Rocha, que dispõe sobre a reposição florestal obrigatória, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após parecer proferido pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho, devendo a votação ser feita na próxima sessão.

— 1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CHAGAS RODRIGUES — Apresentação do substitutivo do Relator da Constituição Deputado Bernardo Cabral.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Reunião Ministerial de amanhã.

SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — Falta de carne bovina de segunda, no Espírito Santo. Dívida externa.

SENADOR MAURÍCIO CORRÊA — Discriminação sofrida pelos servidores da área de execução, quando da criação da Secretaria do Tesouro Nacional.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Pedido de empréstimo, do Instituto de Letras da

Universidade da Bahia, à Caixa Econômica Federal.

SENADOR RUY BACELAR — Necessidade da conclusão da planta de ácido fosfórico da Caraiíba de Metais, na Bahia.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Congressos integrados de Cancerologia, em Assunção, Paraguai.

1.3.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Nº 48, de 1987

3 — ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL

Nº 11, de 1987.

4 — PORTARIA DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL

5 — ATAS DE COMISSÕES

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 54ª Sessão, em 26 de agosto de 1987

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Jutahy Magalhães.

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluisio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Aureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho

— Alexandre Costa — Edilson Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Pal-

meira — Teotônio Vilela Filho — Francisco R. llemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Carriata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson C. neiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Severino Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Ma-

Covas — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Souza — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Afonso Camargo — José Richa — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A lista de presença acusa o comparecimento de Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Primeiro-Secretário procederá à leitura do expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

Do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para funções cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM

Nº 157, DE 1987

(Nº 257/87, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Ronaldo Costa, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Chile, em termos dos artigos 56 e 58 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

2. Os méritos do Embaixador Ronaldo Costa, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de agosto de 1987. — **José Sarney.**

CURRICULUM VITAE

Embaixador Ronaldo Costa

Florianópolis/SC, 23 de abril de 1930.

Filho de Orlando Costa e

Luiza C. de Carvalho Costa.

Bacharel em Direito, PUC/RJ.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr.

Estágio na União Pan Americana.

"Master of Arts in Government Economic Policy", Universidade George Washington.

Chefe do Departamento Econômico do IBC, 1961/62.

Oficial de Gabinete do Ministro da Fazenda, 1963.

Cônsul de Terceira Classe, 6 de outubro de 1952. Segundo-Secretário, merecimento, 5 de maio de 1959.

Primeiro-Secretário, merecimento, 20 de março de 1963.

Conselheiro, título, 27 de janeiro de 1968.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 19 de setembro de 1969.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 8 de fevereiro de 1977.

Assistente do Chefe do Departamento Econômico e Consular, 1953.

Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1969/72.

Chefe do Departamento Econômico, 1973.

Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais, 1985/87.

Washington, OEA, Terceiro-Secretário, 1955/58.

Washington, OEA, Encarregado de Negócios, 1956.

Washington, Terceiro-Secretário, 1958/59.

Washington, Segundo-Secretário, 1959/61.

Londres, Primeiro-Secretário, 1964/68.

Londres, Encarregado de Negócios, 1966.

Londres, Conselheiro, 1968/69.

Londres, Ministro Conselheiro, 1973/77.

Londres, Encarregado de Negócios, 1973, 1974, 1975 e 1976.

Tóquio, Embaixador, 1977/82.

Ottawa, Embaixador, 1982/85.

X Conferência Interamericana, Caracas, 1954 (membro).

Reunião de Ministros da Fazenda ou Economia dos Países-Membros da OEA em Sessões Extraordinárias do CIES, 1954 (membro).

Conferência Econômica Interamericana, Buenos Aires, 1957 (assessor).

Reunião do "Comitê dos 21" do Conselho da OEA, Washington, 1958 (membro).

Convênio Internacional do Café, Washington, 1959 (membro).

Reunião do Convênio Internacional do Café, Washington, 1960 (membro).

Reunião Extraordinária do CIES, 1961 (delegado).

Conferência Negociadora do Convênio Internacional do Café, ONU, Nova Iorque, 1962 (delegado suplente).

Reunião do Comitê Preparatório da Conferência do Cacau, FAO, Roma, 1962 (membro).

Grupo de Trabalho nos Estudos sobre as Relações do Brasil com a Comunidade Econômica Européia, 1962 (membro).

Comissão Executiva de Assistência à Cafelicultura, 1963 (representante do Ministério da Fazenda).

Segundas Reuniões Anuais do CIES, São Paulo, 1963 (delegado conselheiro).

Conferência Negociadora do Convênio Internacional do Cacau, Genebra, 1963 (delegado suplente).

I Sessão do Conselho Internacional do Café, Londres, 1963 (delegado).

Reunião Especial de Promoção Algodoeira, Paris, 1964 (chefe).

Reuniões entre Produtores e Consumidores e Reunião do Comitê de Estatística do Grupo de Estudos do Cacau, FAO, Genebra e Roma, 1965 (representante).

Reuniões do Grupo de Produtos Tropicais nos Contratos com as Comunidades Européias, Bruxelas, 1965 (membro).

Sessões do Conselho da Organização do Convênio Internacional do Café, Londres, 1965 (delegado).

VII Sessão do Conselho Internacional do Café, Londres, 1965 (delegado suplente).

III Assembleia Geral da Aliança dos Produtores de Cacau, Nova Iorque, 1965 (chefe).

Conferência da ONU sobre o Cacau, Nova Iorque, 1965 (chefe).

Reunião da Aliança dos Produtores de Cacau e Sessão Extraordinária do Grupo de Trabalho, I sobre Preços e Quotas do Cacau, Genebra, 1966 (delegado).

Reunião da Aliança dos Produtores de Cacau, Nova Iorque, 1966 (chefe).

IV Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento, UNCTAD, Genebra, 1966 (delegado).

VII Assembleia da Aliança dos Produtores de Cacau, Duala, 1966 (delegado).

Comitê Consultivo da UNCTAD sobre Cacau, Duala, 1966 (delegado).

Comitê Consultivo da UNCTAD sobre Cacau, Nova Iorque, 1966 (membro).

Reunião da UNCTAD sobre Acesso aos Mercados Preferenciais do Cacau, Genebra, 1967 (delegado).

Negociações Multilaterais sobre o Cacau junto ao Governo Francês, Paris, 1967 (participante).

Organização Internacional do Café, Londres, 1967/69 (representante permanente do Brasil).

Reunião Informal dos Principais Países Produtores e Consumidores de Café, Cannes, 1967 (delegado).

Reunião dos Países Produtores de Café da América Latina, Nova Iorque, 1967 (membro).

XXV Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, Londres, 1967 (delegado suplente).

V Sessão da Assembleia da Organização Consultiva Intergovernamental Marítima, Londres, 1967 (delegado).

X, XI, XII, XIV Sessões do Conselho Internacional do Café, 1967, 1968 e 1969 (delegado).

Conferência da ONU sobre Açúcar, Genebra, 1968 (chefe).

Reunião da Junta Executiva da OIC, México, 1968 (membro).

Reunião de Exportadores de Açúcar, Genebra, 1968 (representante).

XIII Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, 1969 (delegado).

Reunião de Dirigentes Cafeeiros, Genebra, 1969 (membro).

Reunião Preparatória Técnica sobre Acordo Internacional do Cacau, Genebra, 1969 (delegado).

XV Sessão do Conselho Internacional do Café, Londres, 1970 (delegado).

XVII Sessão Ordinária do Conselho Internacional do Café, Londres, 1970 (delegado).

Reunião da CECLA, Buenos Aires, 1970 (chefe).

Comissão de Empréstimos Externos, 1970 (representante do MRE).

Reuniões dos Dirigentes Cafeeiros dos Principais Países Produtores, Rio de Janeiro, 1971 (delegado).

Comissão Executiva do CONCEX, 1971 (representante do MRE e vice-presidente).

Conversações sobre Pesca com os EUA, Brasília, 1971 (chefe).

X Reunião Extraordinária da CECLA, Bogotá, 1971 (chefe).

XIII Reunião da CECLA, Bogotá, 1972 (chefe).
III Sessão da UNCTAD, Santiago, 1972 (subchefe).

XX Assembléia da Aliança dos Produtores de Cacau, Salvador, 1973 (chefe).

Negociações sobre Pesca com os Países Baixos, Trinidad e Tobago, Barbados e ECU, Brasília, 1972 e 1973 (chefe).

XI Sessão do Comitê de Cooperação Técnica e Sessão do Conselho da IMCO, Londres, 1975 (chefe).

Ordem do Mérito Naval, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil.

Ordem de Rio Branco, Brasil.

Ordem do Ipiranga, Grã-Cruz, Brasil.

Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil.

Medalha Lauro Müller, Brasil.

Ordem da Victoria, Comendador, Grã-Bretanha.

Ordem de São Carlos, Grande Oficial, Colômbia.

Ordem do Mérito Agrícola, Comendador, Costa do Marfim.

Ordem do Mérito Nacional, Comendador, Costa do Marfim.

Ordem do Mérito Nacional, Gabão.

Ordem do Mérito Camarões, República dos Camarões (1ª Classe).

Ordem do Sol Nascente, (1ª Classe), Japão.

O Embaixador Ronaldo Costa se encontra nesta data no exercício de suas funções de Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais do Ministério das Relações Exteriores.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, de 1987. — **Marco César**

Meira Naslausky, Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações.

A Comissão de Relações Exteriores.

MENSAGEM

Nº 158, de 1987

(Nº 258/87, na origem)

Excelentíssimos Senhores membros do Senado Federal:

De conformidade com o Art. 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Octávio Rainho da Silva Neves, Embaixador do Brasil junto à República da Índia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Nepal e República de Sri Lanka, nos termos do Art. 56, § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

2. Os méritos do Embaixador Octávio Rainho da Silva Neves, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de agosto de 1987. — **José Sarney**.

CURRICULUM VITAE:

Embaixador Octávio Rainho da Silva Neves:
Rio de Janeiro — RJ, 14 de novembro de 1929.
Filho de Frederico da Silva Neves e Margarida Rainho Carneiro Neves.
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr.
Seminário de Desenvolvimento Organizacional, DASP, ESAF, RJ.

Diretor, substituto, do Fundo Monetário Internacional, 1960.

Diretor, substituto, do BIRD, 1961.

Presidente do Instituto Brasileiro do Café, IBC, 1979/84.

Presidente da Fundação Museu do Café, 1982/83.
Cônsul de Terceira Classe, 09 de dezembro de 1954.

Segundo-Secretário, antiguidade, 24 de outubro de 1961.

Primeiro-Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1966.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973.
Ministro de Segunda Classe, merecimento, 16 de setembro de 1974.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 12 de dezembro de 1979.

Encarregado do Setor de Energia Nuclear e Materiais Estratégicos, Departamento Econômico, 1954.

Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1964.

Chefe, interino, da Divisão de Produtos de Base, 1965.

Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1967.

Chefe da Divisão de Política Comercial, 1974.

Chefe da Divisão do Pessoal, 1974.

Chefe, substituto, do Departamento de Administração, 1974.

Agregado, 1979/84.

Washington, Terceiro-Secretário, 1957/61.

Washington, Segundo-Secretário, 1961/62.

Paris, Segundo-Secretário, 1962/64.

Londres, Primeiro-Secretário, 1967/71.

Cairo, Primeiro-Secretário, 1971/73.

Cairo, Encarregado de Negócios, 1972.

Paris, Ministro Conselheiro, 1974/77.

Abidjan, Embaixador, 1978/79.

Freetown, Embaixador, cumulativamente, 1978/79.

Uagadugu, Embaixador, cumulativamente, 1978/79.

Roma, FAO, Representante Especial, 1985/87.

Nova Delhi, Embaixador, 1987.

Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, 1955 (secretário adjunto).

Comissão de Estudos Relativos a Navegação Aérea Internacional, 1955 e 1958 (representante suplente).

Conferência da ONU para a Criação da AIEA, Nova York, 1956 (membro).

Assembléia Geral da ONU, New York, 1956 (assessor).

Comissão Interamericana de Energia Nuclear, Washington, 1958 (representante).

Subcomitê de Novos Países da OEA, 1960 (membro).

Comitê Consultivo Internacional do Algodão, 1960 (representante).

Reunião da CIEN e Simpósio sobre as Aplicações Pacíficas da Energia Nuclear, Petrópolis, 1960 (membro).

Projeto de erradicação da Cafeicultura, GERCA, IBC, Rio de Janeiro, 1960 (coordenador).

Reunião Especial do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento OACDE, Paris, 1962 (observador).

Reunião do Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha, Paris, 1962 (observador).

Conselho Executivo do Instituto Internacional do Frio, Paris, 1962 (representante suplente).

Conferência da ONU sobre Cacau, Genebra, 1963 (membro).

Conversações com a Comunidade Econômica Européia, 1963 (membro).

Reunião da "Aliança dos Produtores de Cacau", Abidjan, 1963 e Duala, Camarões, 1964 (participante).

I UNCTAD, Genebra, 1964 (delegado suplente).

Conferência Negociadora do Acordo Internacional de Produtores de Cacau, Reunião Extraordinária do Café, Londres, 1970 (delegado).

Reunião da Junta do Acordo Internacional do Cacau, Lagos e Abidjan, 1964 (delegado).

Reunião do GATT, Genebra, 1964 (membro).

Reunião Extraordinária da Junta do Acordo Internacional do Cacau, Acra, 1964 (delegado).

Reunião dos Comitês Executivo e Administrativo e Assembléia Geral da Aliança dos Produtores de Cacau, Rio de Janeiro, 1964 (delegado).

Comissão de Estudos da Política do Cacau, 1965 (representante e representante suplente).

II Reunião da Junta do Acordo Internacional do Cacau, Lagos, 1965 (delegado).

I Sessão da Comissão de Produtos de Base; Junta de Comércio e Desenvolvimento, Genebra, 1965 (delegado).

Conferência da ONU sobre o Convênio Internacional do Açúcar, 1965 (membro).

VII e VIII Sessões do Conselho Internacional do Café, Londres, 1965 (delegado).

I Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível do Conselho Internacional do Café, Londres, 1966 (delegado).

Conferência do Comitê de Cacau, ONU, Nova York, 1966 (membro).

XXV Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, Londres, 1967 (delegado suplente).

Junta Executiva da OIC México, 1968 (representante suplente).

Missão do Presidente do IBC à Etiópia, Quênia, Uganda, Tanzânia e Costa do Marfim, 1968 (membro).

Junta Executiva da OIC, Abidjan, 1969 (membro).

Grupo de Trabalho de Análise do Plano Nacional do Café, junto ao Fundo de Diversificação da OIC, IBC, Rio de Janeiro, 1969 (representante do MRE).

Reunião Extraordinária do Café, Londres, 1970 (delegado).

Negociações entre Países em Desenvolvimento do GATT, Genebra, 1970 (membro).

Conferência Negociadora do Arranjo Internacional de Cereais, Genebra, 1971 (chefe).

Missão Preparatória da Viagem do Ministro de Estado à África, 1972 (membro).

Consultor Técnico da CEPAL para a preparação da posição Latino-Americana no GATT, no tocante à ampliação da CFE, Santiago, 1972.

Reunião Preparatória da Conferência Energética Mundial, Paris, 1975 (subchefe).

Reunião Ministerial de Paris sobre Cooperação Econômica Internacional, 1975 (delegado).

Reunião do Grupo dos "19" da Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, Paris 1976 (chefe).

I Reunião das Comissões da Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, Paris 1976 (chefe).

Comissão I (Energia) da Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, Paris, 1976 (delegado).

Reunião do Grupo dos "19" das Comissões da Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, Paris, 1976 (chefe).

Reunião das Comissões sobre Cooperação Econômica Internacional, Paris, 1976 (chefe).

Reunião da Junta Executiva da OIC, 1979 (chefe da delegação).

Reunião do Fundo de Estabilização de Preços do Café, Bogotá, 1979 (chefe da delegação brasileira).

Assembléia Geral destinada à oficializar a criação da Pancafé Panamá, 1980 (chefe da delegação brasileira).

Reunião do Fundo de Estabilização de Preços do Café, Panamá, 1980 (chefe da delegação brasileira).

Reunião da Junta Executiva e do Conselho da OIC, Londres, 1980 (chefe da delegação brasileira).

Reunião da Pancafé Panamá, 1980 (chefe da delegação brasileira).

XXXVI, XXXVII, XXXVIII e XL Reuniões do Conselho da Organização Internacional do Café, Londres, 1981, 1982 e 1983 (chefe).

IX Reunião da Comissão Intergovernamental, Brasil, URSS, para Cooperação Comercial, Econômica, Científica e Técnica, Moscou, 1983 (delegado).

O Embaixador Octávio Rainho da Silva Neves se encontra, nesta data, no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à República da Índia.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores em de de 1987. — **Marco César Meira Naslausky**, Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações.

À Comissão de Relações Exteriores

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O expediente lido vai à promulgação.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 1987

Altera a redação dos artigos 6º e 23 do Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso VIII do art. 6º do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) passa a ter a seguinte redação:

"VIII — Fazer juntar aos autos a folha de antecedentes do indiciado."

Art. 2º Fica acrescentado ao artigo 23 do Código de Processo Penal um parágrafo único nos seguintes termos:

"Parágrafo único. Havendo prova de identificação civil, a criminal só se fará após ter a sentença condenatória transitado em julgado."

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O dispositivo que se quer modificar, no art. 1º do projeto, é iníquo, pois exige a identificação

datiloscópica de quem responde a inquérito criminal.

Quantas e quantas acusações são falsas. Quantos e quantos inquéritos são arquivados. Quantos e quantos acusados, depois de denunciados, são absolvidos.

Mas, a humilhação da identificação criminal, igualando-os aos delinquentes comuns, profissionais, permanece.

Não é concebível que a lei processual tenha querido isso.

Quem possui a carteira de identidade já está oficialmente identificado.

Um dos maiores comentadores do Código de Processo Penal — Espinola Filho — assim o entende quando escreve:

"Sendo essa a finalidade da identificação, está-se a ver que não há por que sujeitar a tal medida o indiciado que, exibindo carteira de identidade, documentar a realidade de já estar identificado no distrito da culpa, eis que, de acordo com as indicações da mesma carteira, o Instituto de Identificação terá conhecimento da acusação e estará apto a fornecer folha de antecedentes judiciais."

("Código de Processo Penal", Vol I; comentário ao art. 6º):

Vivemos novos tempos de luta pela preservação da dignidade da pessoa humana contra o arbítrio e a violência.

A identificação datiloscópica de quem é portador de identificação civil é medida altamente vexatória.

Os textos sugeridos pelo projeto são necessários para acabar com as interpretações da norma legal a cargo das autoridades policiais.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 1987. — **Jamil Haddad**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

LIVRO I

Do Processo Em Geral

TÍTULO II

Do Inquérito Policial

Art. 6º Logo que tiver conhecimento da prática de infração penal, a autoridade policial deverá:

VIII — ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes;

Art. 23. Ao fazer a remessa dos autos ao juiz competente, a autoridade policial oficiará ao Instituto de Identificação e Estatística, ou repartição congênera, mencionado o juízo a que tiverem sido distribuídos, e os dados relativos à infração penal e à pessoa do indiciado.

Publicado no DCN (Seção II) de 27-8-87

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — O projeto que vem de ser lido será publicado e remetido à Comissão Especial que examina o Projeto de Lei da Câmara nº 175/84, que institui o Código de Processo Penal.

Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

Brasília, 25 de agosto de 1987.

OF.SF/GSHN Nº 70/87

Excelentíssimo Senhor

Senador Humberto Lucena

DD. Presidente do Senado Federal

Brasília — DF

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência de acordo com o disposto no art. 43, alínea a do Regimento Interno que ausentar-me-ei do país com destino aos Estados Unidos nos meses de agosto e setembro do corrente ano, em caráter particular.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para renovar a V. Exª protestos de estima e consideração. — Senador **Hugo Napoleão**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena). — A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência recebeu, do Prefeito de Irecê, Estado da Bahia, o Ofício nº S/37, de 1987, solicitando a retificação da Resolução nº 110, de 1980, que autorizou aquele município a elevar em Cr\$ 195.132.000,00 (cento e noventa e cinco milhões, cento e trinta e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, o relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência recebeu, do Prefeito de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul, o Ofício nº S/38, de 1987, solicitando a retificação da Resolução nº 351, de 1986, que autorizou aquele município a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 6.688.955,42 (seis milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta e cinco cruzados, quarenta e dois centavos).

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, o relator da matéria.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, o relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Presidência recebeu as Mensagens nºs 154 a 156, de 1987 (nº 253 a 255/87, na origem), de 25 do corrente mês, pelas quais o Senhor Presidente da República, nos termos do art. 42, item VI, da Constituição, e de acordo com o art. 2º da Resolução nº 93/76, do Senado Federal, solicita autorização para que as Prefeituras Municipais de Pedra Preta e Diamantino (MT) e Bento Gonçalves (RS) possam contratar operações de crédito, para os fins que especificam.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, a Presidência designará, oportunamente, o relator das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa, como Líder do PDT.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A minha intervenção, hoje, é para indagar da Mesa, em primeiro lugar, acerca da Resolução nº 74, baixada nesse mesmo ano, que "Reestrutura e extingue Grupos do Quadro Permanente do Senado Federal, e dá outras providências".

Dirigi a V. Exª dois ou três pedidos de informação sobre a vigência e sobre as providências que deveriam ter sido tomadas para pôr em prática essa Resolução.

Trata-se de um expediente que beneficia os funcionários mais humildes desta Casa que, desde quando assumimos o mandato, têm-nos procurado, no sentido de indagar da Mesa se o Senado vai manter, ou não, essa Resolução, na medida em que, inclusive, até mandado de segurança já fora impetrado. Sei que poderá, até, ocorrer a hipótese de o Senado não ter condições de tornar efetiva essa Resolução, mas o que importa, Sr. Presidente, é que seja dada uma resposta a esses funcionários, que são os mais modestos e que estão em contato conosco diariamente.

Nós, pelas atribuições constitucionais, encargamo-nos de fazer as leis desta República. Entretanto, o Senado baixou essa Resolução em 1974, que é lei, e não a faz cumprir. De modo que eu solicitaria à Mesa, em primeiro lugar, que desse algumas informações, ou, se fosse o caso, convocasse uma sessão plenária para discutirmos e sabermos qual o destino que vamos dar a essa Resolução.

Em segundo lugar, gostaria de pedir a V. Exª que registrasse nos Anais da Casa o expediente — presumo que todos nós o recebemos — da União dos Servidores do Senado Federal, que é a entidade que, organizada, vai defender os interesses dos funcionários desta Casa.

O expediente, que tive o cuidado de ler com atenção, trata de questões das mais importantes desta Casa e foi redigido com muita proficiência.

No primeiro item, trata da unificação dos regimes jurídicos dos servidores do Senado Federal, CEGRAF e PRODASEN; no segundo item, do direito à sindicalização para o servidor público; no terceiro, da representação do servidor nos órgãos colegiados do Senado Federal; no quarto item, da utilização do sistema do mérito como forma exclusiva para o provimento dos cargos de assessoramento superior; no quinto, indicação, pelo voto dos servidores, dos dirigentes de órgãos da estrutura administrativa do Senado Federal, CEGRAF e PRODASEN; no sexto, imediata restauração do sistema de promoção do CEGRAF.

De modo que quero, neste instante, passar este documento às mãos de V. Exª e apresentar, em meu nome pessoal e no da Liderança do PDT, os sinceros cumprimentos e parabéns pela organização dessa entidade, particularmente ao seu Presidente, o Servidor Mauro de Alencar Dantas, e ao Primeiro-Secretário, Paulo César Ramos Casais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MAURÍCIO CORRÊA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

A UNISSEF — União dos Servidores do Senado Federal, resgatando os compromissos assumidos perante a nossa comunidade funcional, apresenta à Comissão Diretora e dá conhecimento a outras autoridades administrativas desta Casa, algumas propostas que, por representarem legítimas aspirações da grande maioria dos servidores, motivam a sua fundação e agora orientam a sua linha de atuação:

I — Unificação dos regimes jurídicos dos servidores do Senado Federal, CEGRAF e PRODASEN

A experiência tem demonstrado o quanto tem sido difícil para a Administração Pública conviver com a duplicidade de regimes jurídicos dos seus servidores. Ao estabelecer sistemas de remuneração diferenciados, essa duplicidade de regimes vem acarretando uma verdadeira desagregação entre servidores, com repercussões negativas na qualidade dos serviços oferecidos às autoridades e à comunidade.

Além disso, a unificação dos regimes jurídicos reduzirá significativamente os gastos com a folha de pagamento, decorrente da supressão de encargos sociais obrigatórios pela legislação trabalhista, proporcionando assim uma substancial economia de recursos públicos.

Recentemente, vale lembrar, a Comissão Diretora do Senado Federal, ao conceder reposicionamento funcional para alguns servidores, optou por excluir do alcance desse benefício elevado número de celetistas, o que provocou uma verdadeira onda de insatisfação dos integrantes desse importante segmento de nossa comunidade funcional, só evitável com a unificação definitiva dos regimes jurídicos hoje existentes.

A UNISSEF, representando a vontade do funcionalismo desta Casa, recomenda urgentes providências com vista a imediata aprovação da medida aqui sugerida.

II — Direito à sindicalização para o servidor público

A Assembléia Nacional Constituinte, sensível aos reclamos dos Servidores Públicos do Brasil, tem reconhecido, em todos os trabalhos que até o momento produziu, o legítimo direito à sindicalização aos integrantes dessa categoria profissional.

Trata-se, evidentemente, de uma providência tardia, pois várias têm sido as tentativas visando assegurar esse direito aos que mantêm relações laborais direta ou indiretamente com o Estado. E dentre essas tentativas, destacamos o projeto de lei de autoria do nobre Senador Humberto Lucena, que hoje ocupa, merecidamente, a Presidência do Senado Federal e, por via de consequência, também a Presidência do Congresso Nacional.

A UNISSEF, que defende ostensivamente o direito à sindicalização para o servidor público, sente-se ainda mais encorajada para prosseguir nessa luta, uma vez que conta com a inestimável solidariedade desse ilustre brasileiro que hoje ocupa a chefia do Poder Legislativo do nosso País.

III — Representação do servidor dos órgãos colegiados do Senado Federal

A co-gestão tem sido uma saudável inovação dos mais modernos administradores públicos. Ao sentir-se co-responsável pelas medidas tomadas pela Administração, o servidor público é estimulado a respeitá-las ainda mais e, assim procedendo, transforma-se num dos seus mais eficientes defensores.

Entende a UNISSEF que, nos nossos dias, não se concebe mais que as decisões da Administração desta Casa, por mais justas e tempestivas que sejam, continuem sendo promovidas de cima para baixo, sob a condenável forma de "pacotes".

Os servidores, a quem estas decisões se destinam, julgam-se com o direito de discuti-las antes de serem aprovadas, abrindo-se-lhes a oportunidade de influírem no seu aperfeiçoamento.

Sugere, então, a UNISSEF, que a Comissão Diretora desta Casa autorize a participação de representantes dos servidores em todos os seus órgãos colegiados, mesmo que não se lhes assegure a oportunidade de participarem do processo decisório.

IV — Utilização do sistema do mérito como forma exclusiva para o provimento dos cargos de assessoramento superior

A lei vigente assegura ao Presidente do Senado Federal a prerrogativa de nomear pessoas de sua exclusiva confiança para o exercício de cargos comissionados do Senado Federal, independentemente de qualquer formalidade ou avaliação.

Entende, contudo, a UNISSEF que o método mais recomendável para o provimento dos referidos cargos deve ser o do mérito, avaliado em concurso interno. Com isto, além de assegurar a boa qualidade dos trabalhos que os nomeados se obrigam a oferecer, este procedimento democrático de avaliação isentará a presidência do Senado do ônus acarretado pelo possível fracasso de algum dos escolhidos, ao mesmo tempo que concorrerá para a salutar transparência dos atos da Administração.

Lembra a UNISSEF que assim se conduziu o eminente Presidente da Câmara dos Deputados, determinando a abertura de concurso interno, no ano passado, para o provimento de alguns cargos vagos de Assessor Legislativo, DAS-3.

Por último, a UNISSEF denuncia a grande frustração que se abateu sobre um elevado número de antigos servidores desta Casa, portadores de invejável folha de serviços prestados ao Senado, decorrente de nomeação, para o cargo de Assessor Legislativo, DAS-3, de servidor recentemente contratado sem concurso e por prazo determinado, para emprego de nível médio.

V — Indicação, pelo voto dos servidores, dos dirigentes de órgãos da estrutura administrativa do Senado Federal, CEGRAF e PRODASEN

A Comissão Diretora do Senado Federal, por força de dispositivo constitucional, tem um mandato relativamente curto, talvez insuficiente para conhecer em profundidade os problemas administrativos da Casa. E o seu Presidente, ao assumir o cargo, não dispõe, muitas vezes, do necessário conhecimento das pessoas que aqui trabalham, a fim de poder bem cumprir o dever que lhe impõe o Regulamento Administrativo, de designar o corpo diretivo da Casa. E, procedendo nomea-

ções por indicação de assessores, não é, às vezes, muito feliz nas escolhas realizadas, o que compromete a continuidade da boa gestão administrativa que a lei e o interesse público exigem.

Mas os servidores, com vínculo permanente com o Senado, aqui esgotam os melhores anos de sua vida, numa convivência duradoura com os colegas, o que possibilita um completo conhecimento de todos por todos. Com isto, entende a UNISSEF, poderiam estes servidores oferecer nomes para os cargos de direção superior da Casa, sujeitos à decisão final da Presidência. Com isto, respeitar-se-ia o dispositivo regimental que garante ao Presidente o direito de escolha dos dirigentes administrativos e, ao mesmo tempo, proporcionar-se-ia a oportunidade dos servidores promoverem a indicação dos nomes daqueles colegas que lhes parecem mais capacitados para compor o corpo diretivo do Senado Federal.

VI — Imediata restauração do sistema de promoção do CEGRAF

Os servidores do CEGRAF, vítimas de tantas humilhações provocadas por decisões adotadas em passado recente, tiveram suspenso o instituto da promoção vertical, previsto no seu Regulamento Interno, sob o pretexto de que, existindo questão sob exame judicial, não se pode conceder, enquanto perdurar esta situação, qualquer tipo de progressão vertical.

A UNISSEF, julgando precária tal alegação, reivindica a imediata revogação dessa proibição que lhe parece arbitrária, com o urgente reinício das promoções suspensas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) —

A Presidência, diante do pronunciamento do Senador Maurício Corrêa, Líder do PDT, presta os seguintes esclarecimentos a S. Ex^a e, bem assim, ao Plenário do Senado.

Quanto à Resolução n^o 74, a Presidência já tinha recebido de S. Ex^a e de outros Senadores uma reclamação, no sentido de que ela não estava sendo cumprida. E, neste particular, manteve entendimentos com a 1^a Secretaria, na pessoa do Sr. Senador Jutahy Magalhães, a quem está afeta a burocracia do Senado Federal. S. Ex^a examina, em profundidade, a matéria para levá-la, proxima-mente, ao exame da Mesa Diretora do Senado Federal.

O que há, segundo me tem revelado a 1^a Secretaria, é a tentativa, através evidentemente de uma nova Resolução, se corrigir algumas distorções que, inadvertidamente, ocorreram por ocasião da apreciação do projeto pelo Plenário do Senado. No entanto, pode V. Ex^a e os demais Senadores ficarem certos de que o intuito da Presidência e da Mesa é, evidentemente, cumprir todas as Resoluções do Senado.

Sobre a situação dos servidores que percebem menor remuneração no Senado, aproveito o ensejo para informar à Casa que a Mesa Diretora recentemente, tendo em vista decisão anterior da Mesa da Câmara dos Deputados e com o intuito de manter a paridade de remuneração entre as duas Casas do Congresso Nacional, aprovou a promoção dos servidores mais modestos do Senado Federal. Todos eles foram devidamente contemplados no corrente ano. E não somente a Mesa Diretora autorizou essas promoções como, também, corrigiu os valores das funções gratificadas do Senado Federal.

Somente duas iniciativas da Mesa da Câmara não foram, de imediato, adotadas pela do Senado Federal, por razões óbvias, que se relacionam com a execução do chamado novo Plano Cruzado que, como todos sabemos, implantou, no País, um congelamento salarial. E, por outro lado, a Mesa do Senado achou que não teria, como não tem, competência legal para conceder aumento de salários. Portanto, as duas outras proposições que foram aprovadas pela Mesa da Câmara dos Deputados, há pouco tempo, e que beneficiam os seus servidores, oportunamente, após a fase do congelamento salarial, deverão ser enviadas ao Plenário, através de Projetos de Resolução, para uma decisão soberana desta Casa.

As referidas proposições dizem respeito, uma à concessão de 25% de reajuste salarial àqueles servidores que estão na última referência de sua carreira e, portanto, não tiveram a promoção; e a outra faz um reajuste dos valores da remuneração dos DAS do Senado Federal. Sobre o memorial da UNISSEF, devo dizer ao nobre Senador Maurício Corrêa e ao Plenário que a Presidência tem dado a maior atenção aos pleitos da ASSEF, a outra entidade representativa dos Servidores do Senado, prestigiando-a ao máximo; inclusive aproveitou a oportunidade para elogiar, de público, o seu zelo pela Creche do Senado Federal. Aliás, recentemente, tentamos entregar à ASSEF também, porque era seu empenho nesse sentido, a administração de um restaurante que vamos inaugurar dentro em breve, no 14^o andar do Anexo I do Senado Federal, destinado aos funcionários do Senado. Mas a ASSEF, espontaneamente, desistiu desse pleito e nós, então, mandamos abrir a indispensável licitação para que, num menor prazo possível, possamos inaugurar o restaurante, para servir aos funcionários do Senado.

Por outro lado, as novas reivindicações colocadas no memorial da UNISSEF que V. Ex^a me encaminha dependem, quase todas de deliberação da Assembléia Nacional Constituinte.

Eu, pessoalmente — sei que V. Ex^a também e a maioria desta Casa — estou de pleno acordo com a maioria dessas reivindicações, sobretudo a referente à sindicalização e ao direito de greve dos servidores públicos que me parece hoje um ponto pacífico na Assembléia Nacional Constituinte.

Quanto à presença de servidores do Senado Federal em colegiados no CEGRAF e no PRODA-SEN, lembro a V. Ex^a e ao Plenário que todos os Diretores das duas empresas vinculadas à administração do Senado Federal pertencem aos seus quadros. Não nomeei, para dirigir aquelas duas empresas, nenhuma pessoa estranha aos quadros do CEGRAF ou do PRODA-SEN, em homenagem a seus servidores. Evidentemente que a questão de ser eleitos pelos servidores dependeria de uma modificação de norma do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Eram estes os esclarecimentos que eu queria, no momento, transmitir a V. Ex^a e ao Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pompeu de Sousa.

O SR. POMPEU DE SOUSA (PMDB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Na última sessão, anteontem, tive oportunidade de falar a este Plenário sobre um problema dos

mais agudos e do mais alto interesse para a população do Distrito Federal: da despoluição do lago Paranoá. Problema urgentíssimo, que exige também uma solução urgentíssima, pela qual há muito viemos nos batendo. Se não despoluirmos o lago Paranoá, em pouco tempo, as condições ambientais, as condições de vida da população de Brasília se tornarão praticamente inviáveis. Isto tenho dito desde o princípio, desde quando o Governo do Distrito Federal assinou um convênio com o então BNH — à época era o BNH a instituição para essa área de obras sanitárias. Na ocasião, eu disse exatamente que era preciso despoluir, com urgência, o lago Paranoá, sob pena de as condições ambientais de vida tomarem-se insuportáveis no Distrito Federal.

Agora, o Sr. Presidente e os nobres Colegas Senadores lembram-se de que, anteontem, voltei a falar sobre o assunto, mencionando coincidência de que justamente um mês antes, nós — eu próprio e os nobres Constituintes Geraldo Campos, Sigmarina Seixas e o Presidente regional do meu partido, o PMDB, Dr. Milton Seligman — havíamos dirigido uma palavra de advertência, de alerta e de colaboração ao Sr. Governador do Distrito Federal, no sentido de que essa despoluição deveria ser feita com o maior rigor, com o maior critério e com a mais perfeita tecnologia. Chamávamos a atenção para um denúncia que chegou ao nosso conhecimento, por intermédio de uma Secretaria de Estado do próprio Governo do Distrito Federal: a Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, que tem como titular a figura admirável de homem público, que é Paulo Nogueira Neto, pessoa que conheço desde sua juventude, com uma altíssima vocação pela vida pública e pelos mais rigorosos princípios éticos e morais. Tenho amplo conhecimento do assunto, um conhecimento que poderia qualificar mesmo de hereditário, uma vez que o seu ilustre pai, Paulo Nogueira Filho, foi um amigo cuja memória não esqueço, porque valoroso companheiro em nossas lutas comuns pela derrubada da ditadura do Estado Novo.

Essa denúncia, Sr. Presidente e Srs. Senadores, demonstrava que o projeto em curso para a despoluição do lago Paranoá não o despoluiria realmente, seria apenas um engodo, uma operação que daria a impressão de despoluição por muito pouco tempo e que, na verdade, no futuro, iria agravar as condições ambientais. Mostramos que havia uma alternativa tecnicamente muito mais viável e menos onerosa, que seria a do despejo dos efluentes de esgotos, não no lago Paranoá, mas depois dele, na água corrente do rio, que se encarregaria de auto-despoluir-se, pela própria ação da natureza, já que é uma água corrente.

Levamos esta palavra de alerta ao Governador e também, naquela ocasião, fizemos uma advertência de que nenhum ato se cometesse no sentido de dar prosseguimento a essa solução — que não resolveria, mas que seria apenas um engodo, não uma solução, — sem que se cumprisse a exigência legal de que obras dessa natureza não poderiam ser feitas sem previamente se proceder ao Relatório do Impacto do Meio Ambiente (RIMA), que é uma exigência de lei, e que não pode deixar de ser cumprida.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, íamos além nessa nota; achávamos absolutamente imprescindível que esse relatório — que tem por missão justamente examinar as várias alternativas de so-

lução do problema, para propor, para recomendar, para aconselhar a melhor delas, a mais conveniente e mais vantajosa sob todos os pontos de vista para a população e para o Poder Público — absolutamente imprescindível, repito, que esse fosse ser objeto do trabalho de uma instituição da mais alta respeitabilidade científica e responsabilidade perante a comunidade, e propunhamos para essa missão a própria Universidade de Brasília, porque não há nenhuma instituição mais autorizada no Distrito Federal para tal trabalho.

Pois bem; dizia eu, Sr. Presidente, e volto a repeti-lo, que o Governo do Distrito Federal fez ouvidos mocos à nossa advertência, prosseguiu e cumpriu o rito formal da concorrência pública, e assinou os contratos com as empresas vitoriosas.

Na sessão passada, reportei-me à realmente ruidosa reportagem, de página e meia, que o **Jornal de Brasília** havia publicado na sua edição de domingo, e na qual se provava que, além desses inconvenientes técnicos, desses inconvenientes ambientais, havia o problema econômico, o problema financeiro que apresentava uma área de suspeição a obrigar forçosamente um reexame da matéria. É que, numa concorrência anterior, em novembro de 85, a obra fora orçada em quarenta e cinco milhões e meio de dólares; mas o novo diretor superintendente da CAESB, Companhia de Água e Esgotos de Brasília, tão logo assumiu, anulou essa concorrência, por motivos, segundo alegou na ocasião, de ordem administrativa, para, em seguida, cinco meses depois, abrir uma outra concorrência cuja avaliação elevava o custo da obra para 125 milhões de dólares, que se transformariam, por sua vez, em 156 milhões de dólares, devido a uma outra cláusula que admitia acrescentarem-se-lhe 25%, onerando o orçamento da obra.

Isso era, pelo menos, como eu disse anteontem, altamente suspeito, altamente equivocado, e exigia que fosse apurado em todas as suas circunstâncias e consequências. Hoje, o mesmo jornal, o **Jornal de Brasília** publica em ruidosa reportagem, com garrafal manchete de primeira página, da mesma brilhante jornalista, que me felicito de ter descoberto através da leitura da reportagem anterior, por se tratar de um jovem talento da minha profissão que, além do talento, é de uma seriedade, de uma preocupação com a coisa pública que faz justiça à nossa alta profissão de jornalistas. Agora essa jornalista, Edna Dantas, é complementada, no seu trabalho de hoje, pelo jornalista Pelágio Gondim. Pois bem; o que diz essa nova reportagem? Diz simplesmente que a própria concorrência foi uma farsa: "Concorrência do lago Paranoá foi uma farsa". E documenta a farsa: alguém havia feito exatamente o que o jornalista Jânio de Freitas fez em São Paulo, na **Folha de S. Paulo**: publicou, dois dias antes de os envelopes da concorrência serem abertos, com toda a solenidade, o resultado que a concorrência alcançaria, através de um anúncio cifrado, mas cuja cifra é evidente por si mesma, Sr. Presidente.

Para abreviar minha intervenção, não vou ler a matéria, porque, inclusive, se desenvolve através de página e meia novamente. Nela está fartamente documentado que a concorrência — além de ter escandalosamente multiplicado o custo da obra três vezes, num espaço de cinco meses, alegando-se, posteriormente, em grau de defesa, a

queda do poder aquisitivo da moeda, quando a moeda era dólar e não cruzado, e o dólar, ao que me consta, não está numa situação de inflação correspondente ao nosso pobre cruzado — além disso, o aspecto formal da concorrência se reveste da mais completa ilegalidade.

O Sr. Maurício Corrêa — Permite V. Exª um aparte?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Sobre o assunto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, vou pedir uma providência logo a seguir, mas antes quero ter o prazer de conceder o aparte ao nobre Senador Maurício Corrêa, meu companheiro de Bancada do Distrito Federal, cuja representação pelo Distrito Federal significa um alto mandato em defesa da população que nós, ambos, defendemos. Tem a palavra para o seu aparte, nobre Senador.

O Sr. Maurício Corrêa — Senador Pompeu de Sousa, quero associar-me integralmente às denúncias que V. Exª faz. O **Jornal de Brasília**, que com esse gesto pratica serviços da mais alta relevância, para os altíssimos interesses da Capital da República. O que me assusta, Sr. Senador, é que o Governador do Distrito Federal, ontem, fez anunciar nos diversos jornais da Capital da República que iria processar todo aquele que pusesse qualquer dúvida a respeito da lisura dessa concorrência. E o que verificamos hoje é que o **Jornal de Brasília** traz, indiscutivelmente, uma denúncia grave que, seguramente, deverá merecer do Governador do Distrito Federal uma explicação porque os jornalistas trazem publicados, à semelhança do que ocorreu com a **Folha de S. Paulo**, no caso da Ferrovia Norte-Sul, exatamente o mesmo quadro. Publica-se uma nota anteriormente sobre o que iria acontecer na concorrência. De modo que, em nome da decência, em nome da transparência que S. Exª sempre fala, é necessário que esses fatos sejam esclarecidos. Por outro lado, acredito que essa é, sem dúvida, uma atividade que se encaixa perfeitamente nas atividades da Comissão do Distrito Federal. Acredito que o Senador Meira Filho, Presidente daquela Comissão, já está tomando as primeiras providências no sentido de que os Senadores, a Casa e Brasília, sejam esclarecidos a respeito de todo esse noticiário profundamente desastroso para nós que vivemos na Capital da República e para todos os brasileiros. Fico muito satisfeito que V. Exª trate aqui desta sua ansiedade porque integrou o Governo do Distrito Federal na condição de Secretário de Educação e Cultura, o que, sem dúvida, demonstra sua total isenção.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Muito obrigado.

O Sr. Maurício Corrêa — Penso que na próxima sessão do Senado irei me pronunciar fartamente sobre esse problema, trazendo também as minhas perplexidades e, evidentemente, um aprofundamento maior sobre a questão. Neste momento limito-me a associar-me integralmente ao pronunciamento que V. Exª traz ao Senado da República.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Agradeço a colaboração do nobre Senador Maurício Corrêa ao meu pronunciamento e quero acrescentar que não só fui Secretário de Estado do Governo do

Distrito Federal no Governo José Aparecido, mas também no Governo anterior, interino, de Ronaldo Costa Couto.

Sou amigo do Governador José Aparecido creio que há mais de 30 anos. Entretanto, a amizade pessoal é uma coisa e a coisa pública é outra. Devo dizer com relação às iniciativas que o nobre Senador Meira Filho já começa a adotar para que a Comissão do Distrito Federal examine o assunto e sobre ele dê provimento às providências cabíveis — que esse assunto nasceu no discurso que fiz anteontem neste mesmo plenário. Sugerir, então e mais do que isso, exortei o Senador Meira Filho a que promovesse uma sessão pública especial da Comissão do Distrito Federal, na qual fossem tomados os depoimentos e submetidos à indagação dos membros daquela alta Comissão, a que pertencemos ambos, — aliás nós três, eu, o Senador Maurício Corrêa e o Senador Meira Filho — não só o Secretário de Serviços Públicos, ao qual está vinculada, a CAESB, mas o próprio Diretor Executivo da CAESB por um lado, por outro lado, o Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e o titular da Procuradoria dos Assuntos de Defesa do Meio Ambiente, porque são justamente os dois órgãos do Governo do Distrito Federal que denunciam um ao outro. A Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e a Procuradoria de Defesa do Meio Ambiente denunciam a irregularidade dessa solução, que essa solução não resolve, é um engodo; e, por outro lado, a Secretaria de Serviço Público e a CAESB recusam-se a cumprir a lei e fazer o relatório de impacto ambiental.

Então, o que pedi, e o Senador Meira Filho aqui a meu lado imediatamente adotou, foi que se promovesse essa sessão e que as duas partes fossem confrontadas, o que significaria uma verdadeira acariação dentro do próprio Governo do Distrito Federal. Mas agora diante desse fato novo, Srs. Senadores, acho que o escândalo que foi a concorrência da Ferrovia Norte-Sul, aqui se repete literalmente, nos mesmos termos, **ipsis literis**. Isso é denunciado por um jornal da maior respeitabilidade, que é o **Jornal de Brasília**, e denunciado, também, com provas, através de publicação, por um outro jornal, também de maior respeitabilidade, que é o **Correio Braziliense**.

Sr. Presidente, diante desse fato novo o Sr. Governador, meu amigo pessoal, Sr. José Aparecido de Oliveira, está na obrigação moral de seguir o exemplo do Presidente da República que imediatamente anulou a concorrência da Ferrovia Norte-Sul, assim como este Senado está na obrigação de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que se apure com todo rigor, pelo órgão mesmo representativo da Federação, com o agravante de que este Senado tem mais responsabilidade com o Distrito Federal porque, além de representativo da Federação, é o órgão Legislativo do Distrito Federal. Se, porém, caro colega Maurício Corrêa, a Comissão do Distrito Federal tiver poderes regimentais para se constituir em missão de inquérito com todas as consequências que uma CPI tem, prefiro que se vá por aí. Mas, de qualquer forma, hoje mesmo, farei um requerimento para a criação do inquérito, ao mesmo tempo em que confio plenamente que o Sr. Governador em nome da sua indiscutível honrabilidade pessoal, não fugirá ao cumprimento do dever, seguindo o exemplo do Senhor Presidente

da República e assim anulando imediatamente essa concorrência, não se descuidando, ao mesmo tempo, em fazer com que andem o mais depressa possível as soluções mais convenientes à população de Brasília para que a despoluição do lago seja feita com urgência.

O Sr. Ruy Bacerlar — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Com prazer, nobre Senador Ruy Bacerlar.

O Sr. Ruy Bacerlar — Eminente Senador Pompeu de Sousa, desejo, neste momento, endossar o registro e, conseqüentemente, a denúncia que V. Ex^a formaliza em relação à falsa concorrência feita para a despoluição do lago Paranoá. V. Ex^a ainda chama a atenção para o fato de órgãos da Administração Pública do Distrito Federal contestarem-se uns aos outros, sem conhecerem a solução exata. O grande culpado de toda essa onda de desonestidade que reina hoje no País é uma única pessoa: o Presidente José Sarney. O Governador de Brasília, não digo o Governador, mas o Administrador ou, melhor ainda, o Secretário privilegiado de Brasília que se chama Dr. José Aparecido — S. Ex^a lá está por um desejo e um posicionamento exclusivo do Senhor Presidente da República, já que não há eleição no Distrito Federal, o que é um grande erro — pouco está ligando para o problema. S. Ex^a não tem obrigação nenhuma de dar satisfação ao povo e, sim, ao seu senhor absoluto, que é o Presidente José Sarney. Por isso, jogo a responsabilidade em cima de Sua Excelência, à semelhança do que fiz quando da célebre e notável concorrência da Ferrovia Norte-Sul, que é um abuso. É necessário que o povo brasileiro se conscientize de que precisa, mais do que nunca, defender o Tesouro Nacional; defender o trabalho, o suor, o dinheiro do povo. Porque gastar é fácil neste País. O povo aplaude as obras públicas, mas não sabendo que essa obra foi fruto do seu suor, do seu trabalho. Mas o povo precisa, sobretudo, daqui para frente, defender o seu dinheiro, defender o seu Tesouro e acabar com essa orgia que existe neste País. Congratulo-me com V. Ex^a e tenho certeza de que haveremos de realizar eleição direta para o Governo do Distrito Federal, para que o povo escolha livremente, soberanamente o seu representante e o futuro Governador possa ter a obrigação de prestar contas dos seus atos ao povo do Distrito Federal, assim como o povo possa ser co-partícipe, co-responsável pela Administração Pública do seu Estado. É por isso que defendo — e V. Ex^a defende também — que devemos realizar eleição direta para Presidente da República, porque passará a ser uma heresia jurídica, um absurdo, uma incongruência, uma incoerência, um Presidente, depois da plenitude democrática, governando o País sem ter recebido um só voto direto, um voto do povo brasileiro. Por isso que defendo até a tese do Deputado Bernardo Cabral, o Relator da Constituição, quando alega da necessidade de dar praticabilidade ou colocar em funcionamento um novo regime, no caso, o regime parlamentarista ou semiparlamentarista, não no atual Governo, mas no próximo Governo; não cento e vinte dias após a promulgação da Constituição, como o Deputado Bernardo Cabral preconiza mas, no meu entender, cento e oitenta dias. Cento e vinte dias após a promulgação, eleição

direta para Presidente da República; cento e oitenta dias após a promulgação ou sessenta dias após a eleição do futuro Presidente da República, novo regime. Porque aplicarmos o novo regime ou introduzirmos, no Brasil, um novo sistema de governo com um Governo desacreditado, desmoralizado, despreparado, no meu entender, é a mesma coisa que jogar fora este novo sistema, é desacreditar este novo sistema. Por isso, parabéns V. Ex^a por esta denúncia, por este registro que faz. Parabéns ao eminente Jornalista que faz esta denúncia e acreditamos que todos temos a obrigação de defender o Erário contra aqueles que, hoje, ocupam o poder, quer sejam do PMDB, quer sejam da Frente Liberal, quer sejam de qualquer partido, porque o dinheiro do povo está acima de cor partidária. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Senador Pompeu de Sousa, permita esta presidência interrompê-lo para informar a V. Ex^a de que já ultrapassou seu tempo em 12 minutos. Pediria que não concedesse mais apartes e encerrassem suas considerações.

O Sr. Mansueto de Lavor — V. Ex^a conceder-me-ia um aparte, nobre Senador Pompeu de Sousa?

O SR. POMPEU DE SOUSA — Concluirei, Sr. Presidente, mas não gostaria de privar o nosso querido companheiro, Senador Mansueto de Lavor, que me solicitou um aparte neste momento. Gostaria também de agradecer à intervenção do nosso brilhante companheiro, Senador Ruy Bacerlar, cujo pensamento é exatamente idêntico ao meu. Pode até haver juízo de valor que não se afine, juízos pessoais que não se afinem, mas em relação à Coisa Pública, estamos inteiramente de acordo e me felicito em verificar que a reivindicação nossa, dos moradores de Brasília, que é uma cidade politicamente cassada há 25 anos, repercutiu nesta Casa, em companheiros de outras Unidades da Federação, que querem, como nós, eleições diretas, não só para Presidente da República, mas eleições diretas para Governador do Distrito Federal, tão célebre quanto possível, no dia 15 de novembro de 1988. Felicito-me com V. Ex^a Agora, acho que, assim como hoje mesmo estou disposto a requerer uma CPI para apurar este assunto, considero da mais alta necessidade que o Sr. Governador José Aparecido, hoje mesmo, seguindo, na qualidade de funcionário que é da Presidência da República, o exemplo do próprio Presidente da República, anule essa concorrência por ser, pelo menos, suspeita.

Ouçô, agora, o aparte do nobre Senador Mansueto de Lavor, pedindo desculpas à Presidência para, logo em seguida, encerrar o meu pronunciamento.

O Sr. Mansueto de Lavor — Não vou abusar do tempo, já que o Sr. Presidente alertou V. Ex^a, mas quero apenas dizer que isto é apenas uma cópia do que houve com a concorrência da Norte-Sul...

O SR. POMPEU DE SOUSA (PMDB — DF.) — E nós três sómos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito — eu, o Sr. Senador Ruy Bacerlar e V. Ex^a, que é o Relator e conhece a matéria melhor do que qualquer um de nós.

O Sr. Mansueto de Lavor (PMDB — PE.) — ... e querem incutir que não houve nada, que

isto é normal. Então, para que uma lei de concorrência — a Lei nº 2.300 — se tudo se sabe com antecedência, tudo arrumadinho antes, quero dizer que seria preciso definir esse jogo de cartas marcadas como um sistema de privilégio existente — essas construtoras estão, praticamente, acampadas dentro do Palácio do Planalto, do Palácio do Buriti e de todos os palácios governamentais e ditam as cartas do jogo. Então, se é para não haver concorrência, seria melhor escolher diretamente, dizer as razões porque escolhem essas construtoras, e não fazer esse ritual, essa farsa de envelopes lacrados, de chamar a imprensa para dizer quem venceu a concorrência, tudo isto se sabendo que podem ser desmoralizados, como fez o jornalista Jânio de Freitas e como agora faz o **Jornal de Brasília** através da jornalista Edna Dantas. Então, se é assim, é melhor logo acabar com concorrências públicas e dizer que os construtores oficiais são as firmas tais e tais no País — os construtores públicos, como havia na Idade Média. Então, tenho que me solidarizar com V. Ex^a, por esta luta, mas vão dizer a V. Ex^a o que querem dizer, também, da CPI da Norte-Sul; isto é, que tudo é normal, que tudo está bem feito, que tudo está legal, que a moralidade pública reina neste País. Lamentavelmente, nós acreditamos que não.

O SR. POMPEU DE SOUSA — Agradeço muito o aparte do nobre Senador Mansueto de Lavor, e vou concluir, atendendo ao Sr. Presidente, não sem antes acentuar uma coincidência que me é muito cara ao espírito e à sensibilidade do velho jornalista de mais de 40 anos de profissão. Por uma curiosa coincidência, dizia eu, e repito a palavra coincidência, vejo agora repetida uma iniciativa jornalística do mais alto espírito público de que foi pioneiro um filho profissional meu, o jornalista Jânio de Freitas, porque foi meu "foca" — termo usado na linguagem jornalística — "foca" zero quilômetro. Eu o considero meu filho profissional e ele me considera o seu pai profissional.

Vejo nesta menina uma colega de profissão que não conhecia, a jornalista Edna Dantas, que conheci na segunda-feira, quando me procurou depois de ter descoberto e feito a denúncia na edição de domingo — vejo na sua seriedade, no seu espírito público, a mesma seriedade, o mesmo espírito público, o mesmo amor, a mesma paixão pela profissão jornalística, que é uma profissão da vida pública, que vejo em Jânio de Freitas e fico até um tanto, vamos dizer, frustrado de não ser o seu pai, mas adoto como neta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Pompeu de Sousa o Sr. Humberto Lucena deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jutahy Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Está esgotado o tempo destinado ao Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Tendo-se verificado a instância de erro tipográfico na impressão da Ordem do Dia no que diz respeito ao item 12 da pauta, a Presidência esclarece ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 27/87,

é de autoria do Senador Lourenberg Nunes Rocha, que dispõe sobre a reprodução florestal obrigatória, constando da Ordem do Dia pela discussão, em primeiro turno, e apresentação de parecer pelo Relator designado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Item 1:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 115, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ipiáu, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

O projeto foi incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 1987, com a redação dada pela Resolução nº 54/87.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, redação final da matéria elaborada pelo Relator Senador Ruy Bacelar, que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 115, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 115, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Ipiáu (BA) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, 80.000,00 OTN.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 1987. — **Ruy Bacelar**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 115, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, ??, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , de 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Ipiáu, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Ipiáu, Estado da Bahia, nos termos do art. 2º, da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 4 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de Crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, este na qualidade de agente financeiro da operação, destinada à execução de obras de infra-estrutura urbana, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Em discussão a Redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Item 2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 116, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Diadema, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 419.400 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

A matéria foi incluída na Ordem do Dia nos termos do art. 7º da Resolução de nº 1/87, com a redação dada pela Resolução nº 54/87

Passa-se à votação do projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Relator Senador Maurício Corrêa, que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 116, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 116, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Diadema (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 419.400,00 OTN.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 1987. — **Maurício Corrêa**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 116, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Diadema, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 419.400,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senador Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Diadema, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 419.400,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de guias, sarjetas e galerias de águas pluviais, no Município.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 117, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Jacareí, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.000 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

A matéria foi incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 7º da Resolução nº 1/87, com redação dada pela Resolução nº 54/87.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Relator, Senador Lourenberg Nunes Rocha, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte.

Redação final do Projeto de Resolução nº 117, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 117, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Jacareí (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.000,00 OTN.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 1987. — **Relator Lourenberg Nunes Rocha**.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 117, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Jacareí, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Jacareí, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976 alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à ampliação do sistema de abastecimento d'água, no município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — **Item 4:**

Votação, em turno único do Projeto de Resolução nº 118, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Penápolis, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 178.571,43 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

A matéria foi incluída na Ordem do Dia, nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 1987, com a redação dada pela Resolução nº 54/87.

Passa-se à votação do projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Sr. Relator Senador Pompeu de Sousa, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 118, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 118, de 1987, que autoriza a Prefeitura Municipal de Penápolis (SP) a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 178.571,43 OTN.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 1987. — Relator **Pompeu de Sousa**.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 118, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do artigo 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1987

Autoriza a Prefeitura Municipal de Penápolis, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 178.571,43 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Penápolis, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 178.571,43 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de sistema de abastecimento de água e galerias de esgoto sanitário, no Município.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores deseja fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — **Item 5:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 119, de 1987, que retifica a Resolução nº 312, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Jaguaquara, Estado da Bahia, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 7.443.152,00 (sete milhões quatrocentos e quarenta e três mil, cento e cinquenta e dois cruzados), tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

A matéria foi incluída na Ordem do Dia nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 1987, com a redação dada pela Resolução nº 54/87.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Sr. Relator Senador Ruy Bacelar, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 119, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 119, de 1987, que rerratifica a Resolução nº 362, de 1986. Sala das Sessões, 26 de agosto de 1987. — **Ruy Bacelar** Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 119, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 52, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1987

Rerratifica a Resolução nº 362, de 1986.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O artigo 1º da Resolução nº 362, de 5 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Jaguaquara, Estado da Bahia, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, este na qualidade de agente financeiro da operação, destinada à execução de obras de infra-estrutura no Município.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — **Item 6:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 120, de 1987, que retifica a Resolução nº 47, de 1987, que autorizou a Prefeitura Municipal de Palmas, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.721.576,00 (três milhões, setecentos e vinte e um mil, quinhentos e setenta e seis cruzados), tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

A matéria foi incluída na Ordem do Dia nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 1987, com redação dada pela Resolução nº 54, de 1987.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Sr. Relator, Senador Louremberg Nunes Rocha, que será lida pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 120, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 120, de 1987, que rerratifica a Resolução nº 47, de 1987.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 1987. — **Louremberg Nunes Rocha**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 120, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 52, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1987

Rerratifica a Resolução nº 47, de 1987.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº 47, de 26 de maio de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Palmas, Estado do Paraná, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 40.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro da operação, destinada à execução de obras

de canalização do lajeado da cidade, melhorias no estádio de futebol, pista de atletismo e outras obras no Município."

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — **Item 7:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 121, de 1987, que retifica a Resolução nº 389, de 1986, que autorizou o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 3.180.370.480,00 (três bilhões, cento e oitenta milhões, trezentos e setenta mil, quatrocentos e oitenta cruzados), tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

A matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 7º da Resolução nº 1/87, com redação dada pela Resolução nº 54/87.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Sr. Relator, Senador Lourenberg Nunes Rocha, que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 121, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 121, de 1987, que rerratifica a Resolução nº 389, de 1986.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1987. — **Lourenberg Nunes Rocha** Presidente.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 121, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 52, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1987

Rerratifica a Resolução nº 389, de 1986.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O artigo 1º da Resolução nº 389, de 5 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É o Governo do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a

29.890.700,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro da operação, destinada a atender as responsabilidades financeiras na implantação de sistemas de água e esgotos sanitários, no Estado."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães): **Item 8:**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 122, de 1987, que retifica a Resolução nº 399, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Carazinho, Estado do Rio de Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 30.936.265,20 (trinta milhões novecentos e trinta e seis mil, duzentos e sessenta e cinco cruzados e vinte centavos), tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

A matéria foi incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 7º da Resolução nº 1/87, com redação dada pela Resolução nº 54/87.

Em votação o Projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Sobre a mesa, redação final da matéria, elaborada pelo Sr. Relator, Senador Lourenberg Nunes Rocha, que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

Redação final do Projeto de Resolução nº 122, de 1987.

O Relator apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 122, de 1987, que rerratifica a Resolução nº 399, de 1986.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 1987. — **Lourenberg Nunes Rocha**, Relator.

ANEXO AO PARECER

Redação final do Projeto de Resolução nº 122, de 1987.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 52, item 30, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1987

Rerratifica a Resolução nº 399, de 1986.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O artigo 1º da Resolução nº 399, de 5 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, nos ter-

mos do artigo 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, alterada pela Resolução nº 140, de 5 de dezembro de 1985, ambas do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 290.754,37 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, junto à Caixa Econômica do Rio Grande do Sul, esta na qualidade de agente financeiro da operação, destinada a projetos específicos de sistema viário, esgoto pluvial, iluminação pública, recreação e lazer e educação e cultura."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a matéria é dada como definitivamente adotada, dispensada a votação, nos termos regimentais.

O projeto vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — **Item 9:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1987 (nº 126/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Brasília, a 1º de novembro de 1985. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1/87, designo o nobre Senador Chagas Rodrigues para proferir parecer sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 3/87, em nome da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PMDB — Pl. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em cumprimento ao disposto no art. 44, inciso I, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Brasília, a 1º de novembro de 1985.

A Mensagem presidencial se faz acompanhar de Exposição de Motivos do Ministro das Relações Exteriores, que enfatiza a conveniência da ratificação do texto bilateral, esclarecendo que ele visa a fortalecer os laços comuns de amizade e compreensão existentes entre o Brasil e a China, bem como desenvolver o conhecimento mútuo, através do estreitamento de relações culturais.

A análise do referido documento revela que ele se compõe de 15 (quinze) artigos, onde estão discriminadas as obrigações de ambas as Partes Contratantes, que se propõem a tornar melhor conhecidas as suas respectivas culturas, através da organização de conferências, concertos, exposições, manifestações artísticas, representações teatrais, exposições cinematográficas e de vídeo etc.

O texto prevê, ainda, o intercâmbio de professores, escritores, artistas, desportistas e estudan-

tes; a criação de cursos de língua e literatura; a tradução e publicação de obras literárias e artísticas e outros documentos, bem como o envio de missões educacionais.

A coordenação, execução e avaliação dos programas periódicos de cooperação ficará a cargo de uma Comissão Mista Cultural, composta por representantes dos Ministérios competentes de ambos os Governos.

Constam ainda, do texto, outras cláusulas, que não merecem consideração especial por serem normalmente inseridas nos acordos, deste tipo, celebrados pelo Brasil com outras Nações amigas.

É de se concluir, portanto, que não há óbices que dificultem a aprovação do presente Acordo, que representa um marco importante para a normalização integral das relações sino-brasileiras.

Estamos convencidos da relevância e da alta conveniência do documento sob análise e igualmente certos de que, da livre circulação de cultura, de idéias e de manifestações artísticas, muitas vantagens recíprocas poderão resultar para povos representantes de tão diferentes civilizações.

Consequentemente, e na forma regimental, somos pela aprovação do presente acordo, nos termos do anexo Projeto de Decreto Legislativo.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Passa-se à discussão do projeto, em turno único. Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria far-se-á na sessão seguinte, nos termos do art. 7º da Resolução nº 1/87, com redação dada pela Resolução nº 54/87.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — **Item 10:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 278, de 1986, de autoria da Comissão Diretora, que cria, no Senado Federal, o Centro de Formação em Administração Legislativa, e dá outras providências.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 95, de 1987, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, que solicita audiência da Comissão Diretora.)

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão anterior, tendo a votação do requerimento sido adiada por falta de **quorum**.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. Primeiro-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 132, de 1987

Requeiro, nos termos do art. 280 do Regimento Interno, a retirada do Requerimento nº 95 de 1987, de minha autoria.

Sala das Sessões, 26 de agosto de 1987. — Senador **José Ignácio Ferreira**.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Nos termos do § 2º do art. 280 do Regimento Interno, a Presidência defere o requerimento.

A matéria depende de parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao nobre Senador Nelson Wedekin emitir parecer sobre o Projeto de Resolução nº

278, de 1986, em nome da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. NELSON WEDEKIN (PMDB — SC. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Vem à deliberação do Plenário desta Casa o presente projeto de resolução que "cria, no Senado Federal, o Centro de Formação em Administração Legislativa e dá outras providências".

É evidente a importância de um órgão, na organização, destinado, especificamente, ao desenvolvimento de recursos humanos. Há muito, é ponto pacífico, tanto na doutrina, como empiricamente, que a ausência de uma administração formal e sistêmica de recursos humanos através de atividade de treinamento em relação ao pessoal propriamente dito e ao desenvolvimento organizacional pode gerar problemas graves na esfera administrativa, tais como: indesejada movimentação de pessoal de maneira freqüente e contínua, reclamações e queixas de todo gênero, baixa produtividade em todos os setores, elevado número de acidentes, mentalidade administrativa pessimista, mudanças freqüentes na estrutura organizacional, promoções e transferências indevidas, más relações humanas, supervisão deficiente, desempenho falho, sistema de comunicação impróprio, conflitos generalizados, etc. Uma política racional de treinamento é uma ferramenta poderosa para a solução de tais problemas e, quando executada de modo preventivo, pode evitar a ocorrência dos mesmos. Sem dúvida, a política de desenvolvimento de recursos humanos é a melhor orientação do administrador na busca da solução dos problemas de pessoal.

No entanto, é necessário que esta política esteja subordinada a princípios claramente definidos e procedimentos expressamente institucionalizados, sob pena de se ter o resultado inverso do que se almeja, isto é, a desagregação e a ineficiência administrativa.

O projeto sob exame apresenta deficiências notórias que precisam ser corrigidas a tempo de impedir a consolidação de mais um órgão apenas burocrático na estrutura organizacional do Senado.

A correção possível consiste em reformulação do projeto, na forma do substitutivo que estaremos propondo adiante.

Com este, procuramos, exatamente, definir, de modo claro e preciso, princípios e procedimentos. Evidentemente, a proposição não esgota, nem de longe, a matéria, que só ganhará solidez e perfeição com o tempo, mas traduz, com certeza, um primeiro passo racional e sistêmico, propiciando à Administração da Casa desenvolver, com eficiência e de acordo com as necessidades atuais, um programa seguro de desenvolvimento de recursos humanos.

Procurou-se, desde logo, estabelecer uma política de desenvolvimento de recursos humanos intimamente associada à política de pessoal global, integrada ao sistema de pessoal, subsidiando, efetivamente, a política de administração de recursos humanos, de recrutamento e seleção de pessoal, de avaliação de desempenho, de administração de cargos e salários, de desenvolvimento organizacional, de desenvolvimento institucional, gerencial, de organização e métodos, de processos e procedimentos administrativos, sendo normadora dos procedimentos a serem adotados pa-

ra a consecução de comportamentos e atitudes idealmente desejados.

Fica definido, ainda, que a atividade esteja identificada com as peculiaridades da Casa, uma organização *sui generis*, tanto em termos administrativos, quanto em suas próprias finalidades. É instituído o Conselho Técnico, uma unidade colegiada, integrado pelo Diretor-Geral, pelo Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal, pelo Diretor Executivo do CEDESEN, e por mais três servidores de reconhecida competência, sob a presidência do Primeiro-Secretário, com a finalidade precípua de fixar a política de desenvolvimento de recursos humanos. O modelo seguido foi a modalidade colegiada já existente, de reconhecido êxito, nos órgãos supervisionados, CEGRAF e PRODASEN, que proporciona inúmeras e óbvias vantagens dentro do sistema administrativo do Senado.

As fases da atividade de treinamento, ainda que devam estar necessariamente associadas, devem ser desenvolvidas de maneira autônoma, tendo em vista a natureza específica de cada uma. Assim, precisam ser distintamente implementados o Planejamento e a Avaliação, a Execução e o Treinamento e o Desenvolvimento Organizacional. É criada uma Coordenação para o desenvolvimento de cada uma dessas atividades, com atribuições claramente definidas, mas mantendo estreita articulação entre si, para que a atividade de treinamento seja, em seu todo, realizada de maneira harmônica e integrada.

Fica aberta a possibilidade de realização da atividade de treinamento nos níveis interno e externo, podendo haver celebração de convênios e contratos com entidades públicas e privadas, bem como com técnicos na área de treinamento, para aquisição, de modo rápido e seguro, dos conhecimentos necessários, quando for o caso, ao desenvolvimento da atividade.

Ênfase especial foi dada à indispensável identificação das necessidades de treinamento, que constarão sempre de programa prévio a ser submetido à aprovação do Conselho Técnico. Estudos na área de treinamento afirmam que apenas cerca de dez por cento dos problemas organizacionais são problemas de treinamento, ou seja, a atitude ou o comportamento do servidor não foi levada a efeito por absoluta ignorância. A maioria dos problemas, segundo os mesmos estudiosos, é provocada ou por falta de motivação, ou de orientação, ou de disciplina, ou de incentivo apropriado, entre outros fatores. A identificação das necessidades, por certo, evitará perda de tempo precioso, de energia e de recursos, ensejando que somente os problemas reais de treinamento sejam objeto de ação concreta e, ao mesmo tempo, mostrando à administração os tipos de problemas ocorrentes.

Fica estabelecido que o CEDESEN deverá contar com verba própria consignada no orçamento do Senado, indisponível para qualquer projeto ou atividade que não seja a de treinamento, que todas as atividades de treinamento em curso na Casa devem ser examinadas e revistas pelo órgão, e que, num prazo de noventa dias, a contar de sua constituição, deverá o Conselho Técnico apresentar à Comissão Diretora o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos, definindo os critérios da política de treinamento de pessoal e de desenvolvimento organizacional.

Tomou-se, por último, o cuidado de, com a criação do novo órgão, não haver geração de quaisquer despesas para a Casa, sendo de se esperar que os gastos com o treinamento ora existentes sejam significativamente diminuídos.

Em conclusão, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 278, de 1986, nos termos do seguinte

SUBSTITUTIVO
AO PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 278, DE 1986

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal — CEDESEN —, subordinado à Diretoria Geral, é o órgão destinado a planejar e executar, de maneira sistemática e formal, atividades que facilitem aos servidores a aprendizagem e o treinamento de comportamentos e ações que ensejem a realização das finalidades e objetivos do Senado Federal.

Art. 2º A política de treinamento e desenvolvimento de recursos humanos do Senado Federal será desenvolvida mediante os seguintes princípios básicos:

I — todo o treinamento terá, como objetivo, a aquisição de conhecimentos que sejam úteis, mediata ou imediatamente, ao Senado Federal;

II — o treinamento é medida auxiliar e informativa na resolução de problemas organizacionais;

III — a todo treinamento deve preceder programa específico que será sempre aprovado pelo Conselho Técnico;

IV — o treinamento deve visar à formação e implementação de comportamentos administrativos específicos diante das necessidades e peculiaridades da Casa.

Art. 3º São órgãos integrantes da estrutura do CEDESEN:

I — Conselho Técnico;

II — Diretoria Executiva.

Parágrafo único. São órgãos integrantes da Diretoria Executiva:

I — Gabinete;

II — Coordenação de Planejamento e Avaliação;

III — Coordenação de Desenvolvimento Organizacional;

IV — Coordenação de Execução de Treinamento;

V — Coordenação de Administração.

Art. 4º O Conselho Técnico, presidido pelo Primeiro-Secretário, é integrado pelo Diretor-Geral, pelo Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal, pelo Diretor Executivo do CEDESEN, como membros natos, e por 3 (três) servidores da Casa, nomeados pelo Presidente do Senado Federal, dentre aqueles de adequada formação acadêmica e reconhecida experiência funcional.

Art. 5º Compete ao Conselho Técnico:

I — supervisionar as atividades do CEDESEN, fixando a filosofia de trabalho, políticas e diretrizes do órgão;

II — definir prioridades para o planejamento de atividades;

III — opinar sobre todas as propostas da Diretoria Executiva;

IV — propor normas, estabelecer critérios e fixar condições relativas à realização de atividades de

treinamento no País e no exterior, e as relacionadas com treinamento a que devam ser submetidos candidatos à ascensão e progressão funcionais;

V — opinar sobre indicação de servidores para frequentar cursos, congressos e conferências, ou outras missões da mesma natureza, a serem realizados fora do Senado Federal, avaliando sua importância, utilidade e interesse, imediato e mediato, para a Casa, com a definição das normas operacionais específicas de acompanhamento e controle dessas atividades;

VI — manifestar-se, previamente, sobre a realização de simpósios, conferências, seminários ou qualquer outra atividade de treinamento a ser realizada por servidor do Senado Federal;

VII — colaborar com os demais órgãos da Casa em assuntos de sua competência.

Art. 6º A Diretoria Executiva compete realizar a integração administrativa do CEDESEN, consoante normas legais e deliberações da Comissão Diretora e do Conselho Técnico, visando à execução da política de desenvolvimento de recursos humanos.

Art. 7º Ao Gabinete compete providenciar sobre o expediente, as audiências e a representação do titular, executar as tarefas de suporte administrativo vinculadas à competência do órgão, e auxiliar o Diretor Executivo no desempenho de suas atividades.

Art. 8º À Coordenação de Planejamento e Avaliação compete:

I — identificar as necessidades de treinamento dos servidores do Senado Federal, mediante a realização de estudos e pesquisas, observados os aspectos comportamentais e as características do Poder Legislativo;

II — planejar programas de desenvolvimento de recursos humanos voltados para as necessidades específicas do Poder Legislativo;

III — desenvolver e coordenar a aplicação de métodos de avaliação do resultado das atividades de treinamento do Senado Federal;

IV — avaliar o resultado dos programas desenvolvidos e a eficácia dos métodos e instrumentos utilizados;

V — planejar as atividades do órgão e propor ao Conselho Técnico, através do Diretor Executivo, normas para a sua realização.

Art. 9º À Coordenação de Desenvolvimento Organizacional compete:

I — identificar as necessidades de desenvolvimento organizacional do Senado Federal, mediante estudos e pesquisas, com ênfase nos aspectos institucional, gerencial, de organização e métodos, de processos e procedimentos;

II — planejar programas de desenvolvimento organizacional voltados para as necessidades específicas do Poder Legislativo;

III — desenvolver e coordenar a aplicação de métodos de avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas pelo órgão;

IV — planejar as atividades do órgão e propor ao Conselho Técnico, através do Diretor Executivo, normas para a sua realização.

Art. 10. À Coordenação de Execução de Treinamento compete:

I — executar, com a colaboração de outros órgãos da Casa, programas de desenvolvimento de recursos humanos e organizacionais, previamente estabelecidos;

II — desenvolver planos específicos de treinamento, definindo objetivos, conteúdo, metodologia, recursos financeiros e instrucionais, e sistema de avaliação;

III — coordenar e orientar a atuação dos instrutores nas diversas atividades de treinamento;

IV — pesquisar, desenvolver, aplicar e disseminar métodos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal adequado às peculiaridades do Poder Legislativo.

Art. 11. Para a consecução de seus objetivos, as Coordenações de Planejamento e Avaliação, de Desenvolvimento Organizacional e de Execução de Treinamento deverão manter estreita articulação entre seus programas de trabalho, podendo utilizar, de forma integrada, recursos humanos de cada Coordenação.

Art. 12. À Coordenação de Administração compete receber, controlar e distribuir o material e o expediente do órgão, secretariar os órgãos do CEDESEN, executar trabalhos mecanográficos, organizar a consolidação dos dados estatísticos, proceder ao controle interno do pessoal do órgão, e executar outras tarefas correlatas.

Art. 13. O Conselho Técnico proporá à Comissão Diretora a composição do quadro funcional do CEDESEN, ante as necessidades de implementação de atribuições conferidas aos seus diversos órgãos.

Art. 14. O Diretor Executivo do CEDESEN será nomeado pelo Presidente do Senado Federal dentre servidores da Casa que possuam formação acadêmica adequada a treinamentos e reconhecida experiência funcional.

Art. 15. Para a realização de seus objetivos, o CEDESEN poderá propor à Comissão Diretora a realização de convênios e contratos com entidades públicas e privadas, bem como com técnicos de reconhecida capacidade na área de treinamento.

Art. 16. O CEDESEN deverá exercer suas funções em coordenação com os órgãos de desenvolvimento de recursos humanos do CEGRAF e do PRODASEN, podendo estes órgãos designar servidores especializados para ter exercício no CEDESEN, observadas as disposições do respectivo regulamento.

Art. 17. A Seção de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal da Subsecretaria de Administração de Pessoal passa a denominar-se Seção de Seleção e Recrutamento de Pessoal, perdendo suas atribuições coincidentes com as do CEDESEN.

Art. 18. O orçamento do Senado Federal consignará ao CEDESEN dotações específicas, que serão indisponíveis para qualquer outro projeto ou atividade.

Art. 19. A partir da criação do CEDESEN, todas as atividades de treinamento, externas ou internas, existentes no Senado Federal, deverão ser examinadas e revistas, observadas as necessidades do Poder Legislativo e disposições desta Resolução.

Art. 20. A partir da sua constituição, o Conselho Técnico terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar à Comissão Diretora o Plano de Desenvolvimento de Recursos Humanos, definindo os critérios da política de treinamento de pessoal e de desenvolvimento organizacional, nos termos do disposto no art. 5º, I, desta Resolução.

Art. 21. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — O parecer conclui pela apresentação de substitutivo.

Em discussão o projeto e o substitutivo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-los, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria far-se-á na sessão seguinte, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — **Item 11:**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1987 (nº 7.678/86, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1, de 1987, designo o nobre Senador João Calmon para proferir o parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 13, de 1987.

O SR. JOÃO CALMON (PMDB — ES. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Com a Mensagem nº 156, de 1986, o Sr. Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional texto de anteprojeto de lei em que propõe a alteração da composição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, com sede no Rio de Janeiro.

Acompanha a mensagem presidencial Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Justiça que esclarece tratar-se do acréscimo de dois cargos de Juiz togado, a serem preenchidos por Juiz da carreira da magistratura trabalhista, aos quais serão atribuídas as funções de Corregedor e Vice-Corregedor do referido Tribunal, "tarefa atualmente afeta ao Presidente" que acumula com suas atividades jurisdicionais e administrativas.

Salienta, ainda, a referida Exposição, que se torna difícil e até inviável o exercício da correição na área jurisdicionada, que abrange, também, o Estado de Espírito Santo, num total de 61 Juntas de Conciliação e Julgamento, em vias de ampliação para 81, o que tem levado o Tribunal a delegar a atividade correicional a outros juizes, em detrimento da celeridade do julgamento dos feitos.

Considerando, finalmente, que a referida ampliação da composição do Tribunal é imprescindível, até porque o volume de processos distribuídos aos atuais Juizes supera em muito a carga máxima estabelecida na lei, opinamos pela aprovação do presente projeto, perfilhando, assim, idêntica manifestação da Câmara dos Deputados.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, a votação da matéria far-se-á na sessão seguinte, nos termos do art.

7º da Resolução nº 1/87, com a redação dada pela Resolução nº 54/87.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — **Item 12:**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1987, de autoria do Senador Lourenberg Nunes Rocha, que dispõe sobre a reposição florestal obrigatória, e dá outras providências. (Dependendo de parecer.)

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1/87, designo o nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho para proferir o parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1987.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O nobre Senador Lourenberg Nunes Rocha apresentou este projeto, que tem um grande sentido ecológico e se presta, perfeitamente, a resguardar as unidades da Federação quando da reposição florestal. Trata da reposição florestal a que estão obrigadas as empresas consumidoras de matéria-prima florestal e cria o critério para preservar as unidades da Federação. Onde houver a retirada da matéria-prima haverá a reposição. O que vem ocorrendo, constantemente, e ocorre no Brasil, neste momento, é a reposição poder ser feita em outra unidade da Federação, isto é, havendo desflorestamento num Estado, a reposição pode ser em outro. É intenção do Senador Lourenberg Nunes Rocha, através deste projeto, estabelecer a defesa do meio ambiente no Estado onde tenha ocorrido a retirada da matéria-prima.

Assim, o nosso parecer é plenamente favorável, atendendo principalmente à justificação, que se baseia na legislação brasileira, quando estabelece a obrigatoriedade da reposição florestal para todos os consumidores de matéria-prima florestal. Ele permite, no entanto, que o reflorestamento para repor a matéria-prima, extraída em um Estado, seja feito em outra unidade da Federação.

O presente projeto visa corrigir essa distorção da legislação nacional, criando a situação de maior segurança ecológica para cada uma das unidades da Federação.

Nosso parecer é plenamente favorável à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1987.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação da matéria far-se-á na sessão seguinte, nos termos do art. 7º da Resolução nº 1/87, com redação dada pela Resolução nº 54/87.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PMDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O dia de hoje é muito importante para a história das instituições político-constitucionais deste

País. Às 17 horas o nobre Relator, Constituinte Bernardo Cabral, deverá apresentar o seu substitutivo a S. Exª o Sr. Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o Deputado Olysses Guimarães.

Por mais este avanço, congratulo-me com os Srs. Constituintes e com o povo brasileiro. A luta pela redemocratização e reconstitucionalização do País está avançando, e está avançando normalmente, e temos esperanças de que até o fim do ano a Assembleia Nacional Constituinte terá promulgado a nova Constituição, que haverá de reger os destinos deste País, que assegurará liberdade, respeito à dignidade humana e permitirá o desenvolvimento econômico-social, que haverá de permitir sejam as populações de diferentes regiões arrancadas da pobreza extrema e da miséria em que se encontram. Portanto, uma Constituição que assegure liberdade, desenvolvimento econômico, tudo objetivando a valorização da pessoa humana e a justiça social, uma Constituição que permitirá a redução dos terríveis desníveis regionais e sociais que atormentam todos aqueles que sonham com uma Pátria livre e com uma sociedade justa.

Sr. Presidente, de antemão, os meus parabéns ao nobre Relator Bernardo Cabral. Fui colega de S. Exª na Câmara dos Deputados e fomos cassados pelo arbítrio. S. Exª, eu e outros perdemos o mandato e tivemos suspensos os direitos políticos por dez anos. Tive oportunidade de votar no nome honrado de S. Exª para, dentro da Bancada, ser indicado pelo Partido e pelo Presidente da Comissão como Relator. Estou certo de que o trabalho que S. Exª irá oferecer não será ainda um trabalho perfeito e acabado, mas, não tenho dúvidas, S. Exª aprimorará o projeto da Comissão de Sistematização. Ao votar no nome de S. Exª, eu o fiz, dentre outras razões, por saber que o nobre homem público, grande advogado, estudioso de questões de Direito Constitucional, é parlamentarista.

Estou absolutamente convencido, Sr. Presidente, tendo chegado à Câmara dos Deputados em 1951 e tendo acompanhado a vida pública deste País, as diferentes crises por que a Nação passou, estou absolutamente convencido de que, se não adotarmos o parlamentarismo não teremos as nossas instituições democráticas consolidadas nem teremos aquela oportunidade de avançar no que tange à justiça social.

O presidencialismo, durante um século, não foi outra coisa se não uma sucessão de crises, de cassações, de deposições, de golpes, de ditaduras. Finalmente, Sr. Presidente, o regime de governo presidencialista levou o País à mais primitiva das ditaduras, à ditadura militar, que não durou 8 anos, como a primeira ditadura, que nos bancos universitários tivemos oportunidade de combater, mas durou 20 anos; uma ditadura tão fechada que nem almirante-de-esquadra, nem tenente-brigadeiro, nem general-de-divisão podia ser imposto como Presidente da República.

Estou convencido de que a Assembleia Nacional Constituinte, entre outros avanços, haverá de adotar o parlamentarismo como regime de governo.

No último dia 12, fiz um discurso na Assembleia Nacional Constituinte. Naquela sessão, levei o livro, editado pela Câmara dos Deputados, que continha os discursos de Raul Pilla, que eu, ainda

muito jovem, conheci na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, quando lá cheguei em 1951; um homem que acreditou no Movimento de 64, um homem honrado, democrata, que depois se desiluiu e, em 1966, proferiu um discurso em que praticamente se despedia da Câmara dos Deputados. Dizia que não tinha mais forças para continuar lutando. Nesse discurso, decepcionado, S. Ex.^a afirmava que o vitorioso movimento de 1964 perdera a sua grande oportunidade de implantar o parlamentarismo no País. Durante o meu pronunciamento daquele dia, li um aparte que, em 1966, proferi, lamentando aquele espetáculo, mas, ao mesmo tempo, expressando a minha grande admiração e estima por Raul Pilla, rendendo-lhe as minhas homenagens e dizendo a S. Ex.^a:

"Pode V. Ex.^a estar certo de que cumpriu o seu dever. Nós, as novas gerações, continuaremos a luta em favor do parlamentarismo, por uma questão de amor a esta Pátria, por uma questão de amor à democracia e para livrar o povo brasileiro de regimes de exceção."

Isto está nos Anais.

Hoje apenas continuo esta luta.

No aparte que dei ao discurso do nobre Deputado Raul Pilla, em 1966, eu dizia que, desde que havia chegado à Câmara era parlamentarista; desde 1951, sou parlamentarista; não encontro motivo nenhum para rever as minhas convicções. Ao contrário, a cada dia me convengo mais de que o presidencialismo só deu certo nos Estados Unidos da América. Na América Latina, foi um fracasso. O parlamentarismo aí está, em todas as nações cultas e civilizadas do Mundo, permitindo a consolidação das instituições democráticas, o fortalecimento dos partidos e a solução dos grandes problemas que angustiam o povo.

Sr. Presidente, sabemos que a Constituição do Império não era parlamentarista. Por uma evolução natural, no Segundo Reinado, já havia em nosso País um parlamentarismo institucionalizado. Na Inglaterra, o parlamentarismo surgiu também de uma luta natural entre o despotismo da Coroa e o povo lutando por liberdade e democracia.

Tenho lido, ultimamente, que eminentes homens públicos deste País têm dito que aceitam o parlamentarismo, desde que seja puro, clássico.

Sr. Presidente, como tudo, o parlamentarismo vem evoluindo, aprimorando-se. O parlamentarismo tem seus princípios básicos, fundamentais. Não há como falar em parlamentarismo clássico, ortodoxo, verdadeiro; do mesmo modo, não há como falar em presidencialismo clássico. O parlamentarismo clássico, aquele que surgiu na pátria do parlamentarismo, a Inglaterra, evidente que ninguém há de querer esse parlamentarismo, como ninguém defende o presidencialismo clássico dos Estados Unidos, onde o Presidente da República é eleito pelo processo indireto, os Deputados Federais são eleitos por dois anos, os Senadores por seis, dois Senadores por Estado, onde os Ministros são aprovados pelo Congresso antes de tomar posse. O presidencialismo nos Estados Unidos é muito diferente do que sempre ocorreu no Brasil.

O que caracteriza o parlamentarismo? Quais são os seus princípios básicos e fundamentais?

Não é a forma de governo, monarquia ou república; não é período presidencial de cinco, seis ou sete anos. Isto é secundário no parlamentarismo. O que é fundamental é que os Ministros — e quando digo Ministros, refiro-me a cada um individualmente ou ao Gabinete todo — devem ser responsáveis perante a Câmara dos Deputados, e esta deve ser responsável perante a Nação.

A Câmara dos Deputados deverá aprovar a indicação do Primeiro-Ministro, e o Governo deverá ter a confiança permanente da Câmara dos Deputados. Através de moção de censura ou de recusa de moção de confiança, o Gabinete cai.

Por outro lado, nas hipóteses previstas na Constituição, o Presidente da República pode dissolver a Câmara. Havendo um conflito entre Câmara e Gabinete, Câmara e o povo nas ruas, pode haver, então, uma dissolução. É simples. Consequentemente, o Presidente da República não é chefe de partido ou de facção, o Presidente é, realmente, o Primeiro-Magistrado, simboliza a Nação brasileira. Será respeitado aonde quer que vá. E o Governo, quando perder a confiança da Câmara, será derrubado, ou, quando perder o apoio do povo, será também destituído.

O Sr. Ronan Tito — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — É uma honra ser apartado por V. Ex.^a

O Sr. Ronan Tito — Muito obrigado, Senador Chagas Rodrigues. V. Ex.^a está ferindo, neste momento, a coisa mais importante que temos a tratar na Assembleia Nacional Constituinte. Estou pedindo a V. Ex.^a este aparte justamente para fazer uma denúncia: no momento em que a Comissão de Sistematização está terminando seus trabalhos, soubemos, através da imprensa, que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República chamou o Relator Bernardo Cabral a Palácio para dizer-lhe que o Presidente da República não abre mão do presidencialismo. É uma denúncia da maior gravidade. Vivemos, a todo momento, a insistir e afirmar que a Assembleia Nacional Constituinte é soberana. Aliás, o saudoso Presidente Tancredo Neves sempre dizia que a expressão "Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana" não foi cunhada por nenhum notável, foi cunhada pelo povo na rua, que queria uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, e que não havia exemplo, na história de nenhum país, do uso dessa expressão. Pois bem, neste momento, em que saímos pelo País todo buscando o mandato para exercê-lo com soberania, temos conhecimento de manobra desse tipo. Quero usar deste aparte que estou dando ao discurso brilhante de V. Ex.^a, para dizer que concordo em gênero, número e grau com tudo que V. Ex.^a está dizendo, porque muita gente se vale, às vezes, de argumentos de que o Brasil não está preparado para o parlamentarismo. E não se prepara, porque parlamentarismo. É o caso do menino que não nada porque não sabe nadar e não entra na piscina para aprender a nadar. Outros dizem, também, que, neste momento, não deveríamos adotar o parlamentarismo, porque estamos em crise! Será que a Europa, logo após a Segunda Guerra Mundial, não se debatia numa crise sem precedentes? No entanto, não foi no parlamentarismo que a França, a Inglaterra e outros países acharam a sua solução? É verdade que muitas vezes ouvimos aqui dizer que lá na Europa, na França, na Itália, era uma queda de gabinete atrás da outra. Quan-

tas vezes ouvimos falar: caiu o Mendès-France, sobre Pierre Pflimlin, vamos buscar De Gaulle em Aix-la-Chapelle. Foi através disto que a Itália e a França são, hoje, a 4.^a e a 6.^a potências mundiais, buscaram o seu caminho, e o procuraram por aí. Por outro lado, Sr. Senador, não nos podemos esquecer de que até os nossos amigos que iam à Europa diziam: reina a paz em Portugal, reina a paz na Espanha. Sr. Senador, V. Ex.^a sabe como se fala, hoje, empregada doméstica na França? Antigamente se falava simplesmente **une bonne**. Agora, **une bonne portugaise**. Os calceteiros, os limpadores de ruas, são homens da Espanha e de Portugal. É dentro do parlamentarismo que há um caldeamento muito maior; em que a sociedade participa através de seus representantes, em que eles assumem muito maior responsabilidade do poder. Através do parlamentarismo não vamos assistir, se Deus quiser, pois vamos implantar o parlamentarismo, àquele espetáculo ridículo a que assistimos no Plenário deste Senado, quando veio aqui o Ministro dos Transportes. Dezenove Srs. Senadores do PMDB foram para aquele microfone e disseram que eram contra a construção da Ferrovia. Que importância teve a opinião de 19 Senadores do Partido majoritário desta Casa? O que disse o Sr. Ministro? "Muito bem. Gostei muito do debate. Tive uma lição de democracia. A Ferrovia começa no mês que vem". Se não fosse o escândalo — providencial escândalo — já teria começado. Esses desmandos precisam acabar, e só acabarão no dia em que o poder for compartilhado com o Congresso Nacional. Disse uma vez o Sr. Presidente Ulysses Guimarães, e disse-o bem: "A poça d'água é fácil de apodrecer, mas o mar dificilmente será contaminado". Temos que pegar o poder e diluí-lo no Congresso Nacional, para que não sejamos poluídos pelas pressões espúrias que normalmente acontecem quando o Presidente do País é o Grande Pai. E depois, Sr. Senador, todos sabemos que o presidencialismo neste País sempre foi fonte de impasses, fonte de crises. De maneira que é da maior importância o discurso de V. Ex.^a, neste momento. Estou com V. Ex.^a na sua idéia total: é o parlamentarismo sem adjetivos. Vamos trabalhar por isto. Se de fora forças espúrias à Constituinte estão dizendo que não abrem mão do presidencialismo, que gosto deve ter o poder? Disse uma vez um filósofo que o poder tende a corromper e o poder absoluto corrompe absolutamente. Precisamos acabar com o poder total, diluir esse poder, dividir esse poder. E é no parlamentarismo, uma fonte de poder que já provou, no mundo todo, que é salutar, que é democrática. Por isto mesmo, apóio integralmente o discurso de V. Ex.^a e aduzo a ele esta denúncia que me chegou pela imprensa, de que o Palácio está todo empenhado e vai jogar pesado em cima desta Casa. Vamos cobrar a dignidade desta Casa, vamos mostrar que não é retórica e que a Assembleia Nacional Constituinte é soberana. Vamos votar de acordo com os interesses deste País, não com os do Palácio, que é eventual, pois o Palácio hoje é um, amanhã será outro. Obrigado a V. Ex.^a

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Nobre Senador Ronan Tito, incorporo, com muita satisfação, o valioso aparte de V. Ex.^a, que, estou certo, enriqueceu em muito o meu modesto discurso.

O Sr. Pompeu de Sousa — V. Ex.^a me permite um aparte, nobre Senador Chagas Rodrigues?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Tem o aparte o nobre Senador Pompeu de Sousa.

O Sr. Pompeu de Sousa — Nobre Senador Chagas Rodrigues, estava desde o princípio do seu discurso ouvindo-o atenta e embevecidamente, e me preparava justamente para apartear-lo, esperando um breve hiato na sua magnífica argumentação. Não encontrei o hiato. Entretanto, o nosso nobre Companheiro, o nosso brilhante Companheiro Ronan Tito encontrou-o antes de mim e enriqueceu o discurso de V. Ex^a, trazendo argumentos complementares aos argumentos fundamentais que V. Ex^a já havia trazido. De forma que eu até me dispensaria deste aparte, mas quero acrescentar duas pequenas observações. Quero dizer que concordo integralmente tanto com o brilhante discurso de V. Ex^a como com o brilhante aparte do Senador Ronan Tito e, por isto, dispense-me, torno a repetir, de trazer outras considerações às já expendidas. Concordo com o parlamentarismo sem adjetivo, como bem qualificou S. Ex^a — e não o qualificou com qualificativo, S. Ex^a usou um qualificativo substantivo, um parlamentarismo sem adjetivos. Concordo inteiramente com S. Ex^a, todos concordamos. V. Ex^a mencionou a figura de pureza humana e ideológica que foi Raul Pilla. Sabemos que o parlamentarismo é um sistema de governo que deve ser instituído tendo em vista as tradições e as peculiaridades histórico-culturais de cada povo, de cada nação. Há o parlamentarismo inglês, como hoje há o parlamentarismo francês, o parlamentarismo espanhol, o português, o italiano, etc; e vamos criar o parlamentarismo brasileiro. V. Ex^a caracterizou o que há de fundamental, de substancial, no parlamentarismo, o resto é circunstancial. Vamos adotá-lo. Quanto à denúncia do nobre Senador Ronan Tito, confio plenamente na dignidade da Assembleia Nacional Constituinte. E não só na dignidade como na independência, como no espírito de defesa da sua própria existência, porque no dia em que ela se indignificar, ela perde a sua existência, porque ela só é digna de existir quando for digna de atuar e decidir soberanamente. Confio plenamente na dignidade dos nossos Colegas deste Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Confio no que V. Ex^a há havia dito anteriormente: na correção, na dignidade, no apuro profissional, na competência do Relator-Geral da Comissão de Sistematização, o nosso nobre amigo, Deputado Bernardo Cabral. Não fui como V. Ex^a, seu colega como Deputado, mas S. Ex^a, como Presidente da OAB, e eu, na ABI, tivemos algumas missões, inclusive nacionais e internacionais juntos, e colho dessa convivência a certeza de que ele saberá defender o brio, a dignidade pessoal e a dignidade da Assembleia Nacional Constituinte.

O SR. CHAGAS FREITAS — Muito agradeço a V. Ex^a seu bravo e ilustrado aparte, cheio de coragem cívica, de dignidade tão comuns a V. Ex^a.

Dizia, Sr. Presidente, que nós aqui, os antigos e os novos parlamentaristas, estaremos prevenidos contra quaisquer pressões, venham de onde vierem. Não estamos na Assembleia Nacional Constituinte para ser agradáveis a esse ou àquele homem público; estamos aqui para servir à Nação e para pensar, sobretudo, no futuro deste País.

Falou V. Ex^a mais uma vez no nome de Raul Pilla. Quero dizer a V. Ex^a que Rui, em 1980, em

plena Monarquia, discursava na defesa da Lei Saraiva, a lei da reforma eleitoral que ele havia elaborado, o anteprojeto, e dizia que o importante não era Monarquia nem República, era um regime representativo, democrático, em que o Governo prestasse contas, permanentemente, à Câmara dos Deputados e fosse responsável perante a Nação. Rui Barbosa, entretanto, foi um dos responsáveis pela República presidencialista, mas em 1916, 1918, 1919, já estava convertido ao parlamentarismo e já dizia mesmo que é da natureza do sistema presidencial, ou presidencialista, a semiditadura, que Raul Pilla chamava de ditadura a prazo certo. E outro grande convertido, hoje o nosso líder, é precisamente o grande Afonso Arinos. Depois da primeira ditadura, S. Ex^a, como um autêntico, leal, corajoso e brilhante homem público, defendia o presidencialismo e teve até discussões com Raul Pilla. De modo que o grande Afonso Arinos é um convertido leal, autêntico ao parlamentarismo, como Rui Barbosa se converteu também.

Eu citaria apenas esses dois, entre os grandes homens públicos deste País, os grandes patriotas, os grandes democratas que mais cedo ou mais tarde, agradeceram, assim como os povos que vivem em regime democrático, as instituições parlamentaristas, que são as mais autenticamente democráticas, aquelas que melhor servem ao povo, à sociedade, ao progresso, à paz, à liberdade e à justiça social.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Cid Sabóia de Carvalho — Eu estou ouvindo V. Ex^a com muita atenção, como também aqueles que estiveram a apartear durante a execução do seu discurso, e me parece fundamental um ponto que V. Ex^a destacou muito bem: não adianta, agora, ser antiparlamentarista por causa de um detalhe, aproveitar um detalhe para impor como condição e assim justificar um antiparlamentarismo que, agora, se expressa no presidencialismo. É evidente que o parlamentarismo é no Brasil, acima de tudo, a esperança de que o Parlamentarismo tenha a posição que lhe cabe historicamente uma posição que lhe é devida pela própria marcha dos acontecimentos em nosso País. Os parlamentaristas, no entanto, Senador Chagas Rodrigues, não são poucos na Assembleia Nacional Constituinte e até noto que todos aqueles que têm alguma vinculação com o Direito, como V. Ex^a, os advogados, os procuradores, os desembargadores, aqueles que chegaram à Assembleia Nacional Constituinte trazendo uma experiência específica no setor jurídico, todos esses são parlamentaristas, o que mostra que o estudo leva a uma definição por esse sistema de governo. As pressões, no entanto, como denuncia o Senador Ronan Tito, estão deflagradas, e V. Ex^a discursa exatamente no momento em que se trava essa batalha que diríamos ideológica em nosso País: uma corrente presidencialista que é mais tradicionalista do que propriamente presidencialista, uma corrente que se fixa mais no momento presente, pela preferência da situação presente, e teima em não evoluir, e outra, uma corrente parlamentarista, que é muito mais científica do que emocional, muito mais histórica e experimental do que propriamente uma corrente que venha a se fundar

nos fatos de uma crise. É, portanto, uma idéia mais madura, uma idéia mais preparada, é um fruto mais sazonado, jamais preparado pelo próprio tempo. E as crises nacionais têm indicação que o presidencialismo é o melhor caminho para absorver toda e qualquer ocorrência de irregularidade que tem levado a golpe, que no parlamentarismo levaria tão-somente a uma queda do Gabinete. Concordo com o discurso de V. Ex^a, com os respectivos apartes, e faço, aqui, o meu complemento à sua palavra, para manifestar exatamente este apoio.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — faço um apelo a V. Ex^a Senador Chagas Rodrigues, para que não conceda mais apartes e conclua o pronunciamento brilhante de V. Ex^a, porque só dispõe de dois minutos e ainda temos oradores inscritos.

O SR. CHAGAS RODRIGUES — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu me congratulo com o aparte brilhante e judicioso do nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, que fica incorporado ao meu discurso.

Sr. Presidente, vou concluir. Não encontro, sinceramente, nenhum argumento válido para deixarmos, nesta oportunidade, de adotar o Parlamentarismo. Dizer que estamos em crise? É evidente! Estamos saindo de um regime de exceção e estamos caminhando para o regime normal, democrático, constitucional, o que só poderia ser com uma nova Constituição, já que a outra foi objeto de vários Atos Institucionais que a desfiguraram.

De modo, Sr. Presidente, que na hora de elaboração da nova Constituição, é o momento certo! Não temos, sequer, como se alegou e eu respeitei, o que houve quando o Presidente João Goulart quis assumir o poder — Sua Excelência havia sido eleito pelo povo e ali estava em vigor a Constituição.

Agora, temos um Presidente, o Sr. Tancredo Neves, de saudosa memória, e um Vice-Presidente que assumiu, que foram eleitos indiretamente, num processo anormal.

Estamos elaborando a nova Constituição e este é o momento propício para darmos ao País as reformas que ele reclama, inclusive no que tange a regime de governo. E mais uma vez ninguém se iluda com essa história de Parlamentarismo clássico ou puro. No Presidencialismo norte-americano não existe Ministério do Exército, nem da Marinha, nem da Aeronáutica. Existe o Ministério da Defesa. Ora, Sr. Presidente, se tivéssemos de adotar regime clássico e puro, como dizem os adversários do Parlamentarismo, então, deveríamos também adotar, o tipo norte-americano como presidencialismo puro. Na realidade, queremos, já disse, um regime de responsabilidade e no Presidencialismo latino-americano o que existe é irresponsabilidade. Nos Estados Unidos, alguns Presidentes renunciaram forçados pelo Congresso. Aqui, os presidentes fecham o Congresso e mandam os democratas e os patriotas para casa. De modo que o Presidencialismo já fracassou inteiramente aqui.

Respeito as convicções dos outros, mas para mim seria uma alta demonstração de falta de patriotismo se, porventura, nesta oportunidade, eu recusasse o parlamentarismo. Reafirmo as minhas convicções. Venho de uma luta em que, em praça pública, fui um dos raros candidatos

a defender abertamente o Parlamentarismo, ainda que certo de que isso talvez me custasse alguns votos, mas fui sincero, fui leal. Na minha campanha defendi abertamente o parlamentarismo, dizendo que o presidencialismo não resolveu, nem permitirá que se resolvam os nossos problemas.

Vou encerrar certo de que esta é a hora e faço um apelo aos Srs. Constituintes, respeitando o ponto de vista de cada um: aqueles que ainda estiverem em dúvida, pensem duas vezes. Vamos libertar o Brasil dos golpes. Uma coisa são sucessivos governos; outra coisa, muito pior, são sucessivas ditaduras e sucessivas constituições.

Sr. Presidente, estou também convencido de que a solução dos problemas do Nordeste passa também pelo parlamentarismo. No Império, homens públicos, de pequenas Províncias, segundo o Marquês de Paranaguá, do Piauí, tiveram a oportunidade de chegar à chefia do Governo. No presidencialismo, por um imperativo do regime eleitoral, só chega à Presidência da República quem vem dos grandes Estados. Não há vez para o Nordeste, a não ser quando um Presidente se suicida, um Presidente morre ou um Presidente é deposto. Este é o argumento secundário, mas que também deve ser levado em conta, porque os grandes homens públicos, nesta hora, não pensam no Nordeste, nem no Sul; pensam no Brasil, no povo brasileiro, na solução dos nossos grandes problemas. De modo que quero aqui, mais uma vez, manifestar esta convicção e fazer um apelo aos Srs. Constituintes, no sentido de que todos pensem — aqueles que ainda não aceitam o parlamentarismo — se inspirem no exemplo de Ruy Barbosa e no exemplo do nosso mestre Afonso Arinos, para citar dois. E vamos implantar, entre outras reformas, o parlamentarismo, a fim de resolver os grandes problemas: desnível regional, desnível social e, no regime plenamente democrático, libertação do povo brasileiro do subdesenvolvimento, da miséria e da pobreza extrema.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Acha-se convocada para amanhã uma importante reunião do Ministério do Presidente José Sarney, destinada a avaliar a situação econômico-financeira do País. Registra a imprensa que a redução dos gastos governamentais será a temática básica do encontro oficial, cabendo ao Prof. Luís Carlos Bresser Pereira, titular da Fazenda, a incumbência de anunciar novos cortes nos orçamentos das administrações direta e indireta. A contenção do déficit público, dentro de percentuais que garantam a viabilidade do plano macroeconômico, passou a constituir a grande preocupação dos técnicos fazendários, sem o que as metas delineadas jamais serão concretizadas, invalidando o esforço até aqui empreendido com êxito pela equipe de Bresser Pereira.

Se é certo que a inflação tem-se comportado em padrões razoáveis, não devendo ultrapassar os 6% no mês de agosto, a balança comercial capitalizou superávits extremamente auspiciosos nos dois últimos meses e o reaquecimento da economia processa-se de forma animadora, tudo

isso, porém, nada significará se o déficit público continuar ascendendo, em face da demanda que se registra no âmbito de órgãos vinculados à União, notadamente as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.

O Plano Bresser, portanto, atravessará, até outubro, uma fase das mais delicadas, quando a flexibilização dos preços terá que ser posta em prática com uma segurança que inadmita nova ascensão nos índices inflacionários.

Embora reconhecendo os propósitos elevados que inspirarão as decisões do Ministério na reunião de amanhã, o Nordeste, que representamos nesta Casa, V. Ex^a, o Sr. Presidente Jutahy Magalhães, eu e tantos outros Senadores, o Nordeste confia que será preservado nas severas restrições orçamentárias em via de esquematização, pelas peculiaridades de seu desenvolvimento agora dramaticamente afetada pela chamada "seca verde".

O Sr. José Agripino — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Com imenso prazer, nobre Líder José Agripino.

O Sr. José Agripino — Senador Mauro Benevides, desejo inicialmente aplaudir a iniciativa de V. Ex^a quando, ao analisar o momento político-econômico que vivemos, faz uma ressalva e um alerta no sentido de que dentro dos cortes de investimentos públicos não se venha atingir uma região que já está em dupla emergência. Porque vivemos, como V. Ex^a acabou de dizer, uma "seca verde" agravada por um racionamento de energia elétrica, que está levando a maiores aflições ainda a região nordestina. V. Ex^a pintou o quadro do Nordeste ou pintou o quadro nacional com cores muito verdadeiras e, exatamente inspirado no que V. Ex^a falou, é que quero aduzir alguns argumentos a mais. O Nordeste, ao longo do tempo, não contribuiu em absolutamente nada para o crescimento da inflação brasileira e o agravamento do déficit público. E circunstancia. O Nordeste é superavitário na balança energética, porque produz mais petróleo do que consome. O Nordeste é tradicionalmente superavitário na balança comercial. O Nordeste não é palco de nenhum macroinvestimento da Nação, investimento grande que venha a ser feito com recurso inflacionário, com moeda emitida. Por esta razão não seria justo que, na hora em que a Nação se condiciona às necessidades econômicas no plano nacional e internacional, venha a sofrer restrições, penalizando inclusive o comportamento do passado de só contribuir. O Nordeste já vive com muito poucos investimentos. O plano de 1 milhão de hectares irrigados caminha a passos de cágado, muito devagarinho pela exiguidade de recursos. Cortar os recursos que são poucos e alocados seria uma tremenda injustiça. O Ministério do Interior, todos sabemos, caminha com dificuldade até para administrar o próprio programa da emergência por dificuldade de dinheiro. A agricultura, que já é de altíssimo risco na região pelas variáveis climáticas, neste momento padece de um mal maior que a aplicação da taxa de juros, considerada a correção monetária integral. Uma série, portanto, de agravantes foram aplicadas na região nesses últimos 12 meses. Cortar investimentos públicos nesta hora no Nordeste é um ato de profunda injustiça. Fazendo este registro e este alerta, quero

endossar e apoiar inteiramente as palavras de V. Ex^a.

O SR. MAURO BENEVIDES — Muito grato a V. Ex^a nobre Líder José Agripino, que traz ao meu discurso uma colaboração verdadeiramente inestimável pela sua autoridade como representante do povo do Rio Grande do Norte, pela sua condição de ex-Governador do seu Estado, ex-integrante do Conselho Deliberativo da Sudene e homem identificado com a problemática nordestina. Naturalmente, todos os esclarecimentos no seu aparte serão examinados, apreciados e deverão merecer a atenção dos órgãos governamentais que amanhã, através do Ministério do Presidente José Sarney, decidirá em torno da redução nos gastos orçamentários.

Continuo, Sr. Presidente: Prioridade da Nova República: aquela região Nordeste necessita contar com integral e permanente apoio do poder central, para que possa superar as suas tradicionais dificuldades a que se soma, agora — e isso foi referido pelo nobre Líder José Agripino — o racionamento de energia elétrica, atingindo a sua economia com graves implicações na área social.

Confia-se que o Presidente José Sarney continue a ser o grande defensor dos interesses nordestinos, excluindo aquela faixa territorial das providências restritivas que amanhã serão dadas a conhecer durante a discussão ministerial. Do Ministro Bresser Pereira espera-se igualmente a sensibilidade para entender a nossa realidade, evitando que incida sobre as dotações destinadas ao Polígono das Secas qualquer diminuição nos tetos em que as mesmas estão situadas.

Ficam, pois, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o registro da reunião e o apelo formulado em nome de 40 milhões de brasileiros residentes...

O Sr. João Lobo — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senador João Lobo.

O Sr. João Lobo — Nobre Senador Mauro Benevides, V. Ex^a é um homem atento às realidades brasileiras, principalmente às realidades que atingem a nossa região nordestina. Nada mais é oportuno do que o discurso de V. Ex^a neste momento chamando a atenção do Presidente, dos poderes públicos para que não se dê ao Nordeste o mesmo tratamento das outras regiões. A grande injustiça é tratar igualmente os desiguais. Se há necessidade de se fazerem cortes, se tem que se fazer economia, que se faça com muito cuidado essa economia no Nordeste, ao contrário do que sempre tem acontecido neste País, onde as coisas só aparecem agudamente, irremediavelmente, na nossa região nordestina. E V. Ex^a chamando a atenção para esse aspecto, parece-me que é de grande oportunidade porque tenho certas dúvidas sobre a sensibilidade do Ministro Bresser Pereira para com a região nordestina. Ouvi a sua fala quando esteve presente naquela região, no encontro que fizemos na Paraíba, ouvi S. Ex^a dizer que não considerava os erros e os atrasos nordestinos resultantes da falta de decisão política. Quando S. Ex^a afirmou isso fiquei muito preocupado com a sua capacidade de sentir como a decisão política teria influenciado e diminuído a distância entre esses dois brasis. Debalde se mostrou ao Ministro que os programas do Nordeste são sempre preteridos, sempre cortados, sempre parados e que a coisa no Nordeste

vai mais num tom passional para a literatura, mas sempre jogadas para as calendas pregas. Debalde se tentou dizer isso ao Ministro. S. Ex^a tomou a reafirmar que não era falta de decisão política que estava atrasando o Nordeste, que as secas aconteciam e que a irrigação era difícil. Nós sabemos disso. As secas acontecem ciclicamente, mas os seus efeitos poderiam ter sido minimizados, quase que evitados, se decisões políticas tivessem sido tomadas nesse sentido. Então, nobre Senador Mauro Benevides, grande Líder nesta Casa e na sua região sofrida, o Nordeste cearense, acho oportuníssima a advertência que V. Ex^a levanta. Entendo que deveríamos fazer coro com V. Ex^a para que se dê um tratamento cuidadoso neste momento em que se quer tomar medidas de economia necessárias, é verdade, mas que poderão ser trágicas neste presente momento para o Nordeste. Já vimos que essas recomendações de economia não valem para a região Centro-Sul; vimos os absurdos praticados pelo Ministro da Previdência e Assistência Social, usando e abusando de dinheiros públicos desnecessariamente investidos — eu não quero nem entrar no mérito da questão de que era necessário ou não a compra dos prédios, compras de ambulâncias, etc. Tudo bem. Mas se tivesse acontecido no Nordeste, garanto a V. Ex^a que o mundo teria desabado. Então, quero juntar a minha voz, como nordestino, ao discurso de V. Ex^a que chama a atenção dos poderes públicos, principalmente do Presidente José Sarney, para que não se usem mais restrições ao Nordeste.

O SR. MAURO BENEVIDES — Expresso a V. Ex^a, nobre Senador João Lobo, a manifestação do meu reconhecimento pelo apoio inestimável emprestado a este discurso que entendi de proferir hoje, às vésperas da grande reunião, amanhã, do Presidente José Sarney.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. MAURO BENEVIDES — Apenas permito-me mencionar, no que tange ao Ministro Bresser Pereira, a circunstância de que S. Ex^a, e isso ao que sei praticamente não ocorreu com nenhum outro titular da pasta da Fazenda, se deslocou para o próprio interior do Nordeste para que ele mesmo visualizasse as dificuldades que ali temos vivido. Esse fato em si seria bastante para identificá-lo com as nossas pretensões àquelas postulações justas que a Bancada da nossa região, representada por 151 Deputados e 27 Senadores, tem submetido ao Governo e que fatalmente circulam na área do Ministério, num Ministério confiado ao Prof. Luiz Carlos Bresser Pereira. Esperamos que esses pleitos ali tenham, da parte de S. Ex^a, o apoio e a colaboração inestimável para que se viabilizem. Recordo a V. Ex^a, nobre Senador João Lobo, que coube a um outro paulista, também Ministro da Fazenda, no caso o saudoso Horácio Lafer, a grande iniciativa de instituir um grupo de trabalho, em consequência do qual se originou o Banco do Nordeste do Brasil, que nesses seus 35 anos de ininterrupto funcionamento tem prestado realmente uma contribuição valiosa ao progresso e desenvolvimento daquela faixa territorial brasileira.

O Sr. Pompeu de Souza — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Concederei o aparte ao eminente Senador Chagas Rodrigues e imediatamente o darei a V. Ex^a, nobre Senador Pompeu de Souza.

O Sr. Chagas Rodrigues — Serei breve, nobre Senador Mauro Benevides. V. Ex^a, com a sua extraordinária experiência parlamentar e administrativa e com o seu brilhante espírito público, fala hoje não apenas em nome de todas as bancadas do Nordeste, mas de todos os verdadeiros brasileiros preocupados com a solução dos magnos problemas do nosso País, entre eles o problema do desnível entre as regiões. O Nordeste não pode continuar nessa situação. Veja V. Ex^a que mais uma vez, se me permite, ligeiramente, ouvi críticas a Ministro. Estamos num regime presidencialista. Não há como criticar Ministro. Ministro é de livre nomeação e demissão do Presidente da República. Qualquer crítica a qualquer Ministro é necessariamente ao Presidente da República, enquanto Sua Excelência não substituí-lo. Os Ministros são nomeados. O Presidente da República concentra poderes, como dizia Rui, semiditatoriais; como dizia Raul Pilla, ditatoriais. É Chefe de Governo, é Chefe de Estado, não dá satisfação à opinião pública, não dá satisfação ao Parlamento. De modo que estou convencido de que todos estes problemas terão um encaminhamento devido e a necessária solução através do regime democrático, onde grandes Parlamentares, como o eminente Senador João Lobo, com a sua voz, poderão com o nosso apoio levar o parlamento a afastar aqueles Ministros que não estejam correspondendo aos anseios nacionais. Meus parabéns e pode V. Ex^a ficar certo de que hoje quem fala em nome desta Casa a favor do Brasil defende as grandes causas do Nordeste, defende as grandes causas da nacionalidade.

O SR. MAURO BENEVIDES — Testemunho a V. Ex^a, nobre Líder Chagas Rodrigues, da mesma forma como fiz há poucos instantes aos nossos companheiros Senadores José Agripino e João Lobo, o reconhecimento por esse apoio, por essa solidariedade indiscutivelmente valiosa ao meu discurso na manhã de hoje, defendendo a nossa região dessa perspectiva de cortes drásticos que, incidirão sobre verbas orçamentárias na reunião de amanhã do Ministério do Presidente José Sarney. V. Ex^a há poucos instantes pontificava nesta Casa, com o brilho que lhe é proverbial, defendendo o parlamentarismo e agora, novamente no seu aparte, aproveita o ensejo do meu discurso para reenfatar aqueles argumentos que a seu juízo poderão justificar a mudança do sistema de governo na nova Carta Magna brasileira.

Concedo o aparte, portanto, ao nobre Senador Pompeu de Souza.

O Sr. Pompeu de Souza — Nobre Senador Mauro Benevides, eu quase dispensaria o meu aparte, vez que V. Ex^a já tratou do assunto ex abundância, e com os complementos dos apartes que lhe foram dados até agora, pelos Senadores José Agripino, João Lobo, Chagas Rodrigues. E prevejo que logo em seguida será o aparte do Senador Mansueto de Lavor. Esses depoimentos quase que dispensariam o aparte deste representante do Distrito Federal, que, entretanto, jamais se demite da sua condição de nordestino e se considera, com o apoio de V. Ex^a, que é Presidente do meu Partido no meu Estado de nascença, o quarto Senador pelo Estado do Ceará. Realmente,

Senador Mauro Benevides, Srs. Senadores, a situação do Nordeste, que V. Ex^a tão bem desenvolveu no seu discurso, tem neste seu pronunciamento, na véspera de uma reunião importantíssima, talvez decisiva aos destinos da economia nacional, na área do Executivo, o sentido de uma advertência com caráter de uma notificação, em juízo que poderia ser feita, mas fazemos uma notificação nesta Casa da Federação, que é o Senado Federal. O que é preciso é que se dê ao País a consciência, de como os problemas do Nordeste são sempre tratados de maneira emergencial. Agora está-se discutindo porque há uma seca verde, às vezes a seca é cinzenta, é negra. Mas, além da seca verde, ainda há a praga do bico no nosso Estado, que afeta profundamente um fator de riqueza fundamental, que é o algodão, assim como todos os seus derivados e todos os produtos têxteis da região. Precisamos acabar, de vez, com a atitude falsamente assistencialista, falsamente paternalista, de ver os problemas do Nordeste, por serem problemas emergenciais, e tratá-los de maneira conjuntural, apenas. É preciso que esses problemas sejam encarados estruturalmente, para encontrar soluções estruturais, porque a matéria de Nordeste nós continuamos até hoje naquela atitude "sentimentalóide", como a de D. Pedro II, de vender a última jóia da Coroa para que os nordestinos não morram de fome. Meus amigos, não se venderam as jóias da Coroa e os nordestinos continuam a morrer de fome!

O SR. MAURO BENEVIDES — Nobre Senador Pompeu de Souza, V. Ex^a não poderia se dispensar, nem sequer se omitir nesta intervenção que ilustra o meu pronunciamento de hoje. Por duas razões básicas: primeiro, pela condição de nordestino de V. Ex^a, tantas vezes considerado o quarto Senador pelo Estado do Ceará. E, muito mais do que isso, por um imperativo de natureza histórica; V. Ex^a dá continuidade nesta Casa à trajetória brilhantíssima do seu bisavô, o saudoso Senador Thomás Pompeu de Souza Brasil...

O Sr. Pompeu de Souza — Muito obrigado!

O SR. MAURO BENEVIDES — ... que no Império foi, sem nenhuma dúvida, a figura mais preeminente da representação nordestina no Senado da República.

O Sr. Pompeu de Souza — De quem V. Ex^a é o historiador mais ilustre.

O SR. MAURO BENEVIDES — —Apenas fui responsável pelo coligar de alguns dados biográficos, numa análise que fiz muito aquém dos méritos, da projeção e do valor extraordinários do grande Senador Pompeu; o grande e primeiro Senador Pompeu, a quem V. Ex^a sucede, na tradição histórica de sua família, guardando aqui, no desempenho do mandato que lhe conferiu o povo do Distrito Federal, com fidelidade às suas origens, como um filho do Nordeste. Muito grato a V. Ex^a, nobre Senador Pompeu de Souza, pelo seu apoio ao meu pronunciamento de hoje.

O Sr. Mansueto de Lavor — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Mauro Benevides — Concedo o aparte ao nobre Senador Mansueto de Lavor e logo mais o farei em relação ao Senador Ronaldo Aragão.

O Sr. Mansueto de Lavor — Nobre Senador Mauro Benevides, com sua autoridade, com sua voz densamente representativa, V. Ex^a faz um ape-

lo que tem logo o apoio não apenas dos que representam os Estados nordestinos mas de todos aqueles que participam deste Senado da República, no sentido de que, nessa anunciada reunião de amanhã, não incidam mais alguns cortes acerca dos investimentos de recursos públicos federais na área do Nordeste. Eu poderia até acrescentar que esse apelo fosse levado ao Senhor Presidente da República no sentido de que não houvesse nenhum corte nos investimentos sociais em todo País, mas quando se fala de investimentos no Nordeste, automaticamente, supõe-se que esses investimentos visam uma resposta social, visam reparar aquele estado de injustiça perante a Federação, de que vêm sendo vítimas os Estados nordestinos. Então, quero demonstrar — não apenas — junto com meus colegas que apartearam V. Ex.^a — a oportunidade desse seu pronunciamento, mas a necessidade de que ele ultrapasse a Praça dos Três Poderes e chegue ao Palácio do Planalto. A voz de V. Ex.^a, que tem o nosso apoio — estamos fazendo coro, esta voz aqui é unânime — precisa chegar ao Senhor Presidente da República; precisa chegar ao Chefe do Poder Executivo, para que não seja penalizado o Nordeste; além dos tradicionais e históricos fenômenos climáticos, dos tradicionais e também reconhecidos fenômenos sociais, que não o seja também pela tesoura do Poder Executivo, fazendo cortes que venham exatamente levar a nossa população a uma situação de maior penúria e desespero do que já presenciamos hoje. Infelizmente, gostaria de frisar que é mais uma seca, já não é seca verde: seca verde é mais uma figura, apenas quando há todas as condições aparentes e clima favorável e que não levam a uma produção satisfatória de safra, mas o que temos agora é realmente uma seca com todas as suas consequências, inclusive com falta literal de água e alimentos em muitas regiões. Esse quadro se repete e mais uma vez estamos despreparados para enfrentá-lo. Mas temos a obrigação de gritar, de clamar. É isso que V. Ex.^a fará amanhã, esperando que o Senhor Presidente da República escute a sua voz, a do Ceará, a do Nordeste e de todos os que querem realmente a paz social e um maior equilíbrio inter-regional. O problema do Nordeste é fundamentalmente brasileiro, ou seja, o de salvar a Federação do País. Estou inteiramente solidário com V. Ex.^a Seu pronunciamento deve ser feito, com a maior ênfase possível, amanhã, na reunião ministerial. O Nordeste clama para que nenhum centavo sequer do já magro orçamento federal destinado à região seja cortado na reunião de amanhã. Muito obrigado. Todos estamos solidários com o pronunciamento de V. Ex.^a.

O SR. MAURO BENEVIDES — A solidariedade de V. Ex.^a, nobre Senador Mansueto de Lavoura, a exemplo da que foi oferecida pelos colegas que o antecederam nas intervenções, oferece, sem dúvida, uma tonitruância bem maior à minha voz, a fim de que ela alcance o Palácio do Planalto e possa chegar ao conhecimento do Senhor Presidente da República. Que Sua Excelência nos dê a certeza de que não será permitida qualquer providência que venha a alcançar as dotações já consignadas no orçamento da administração direta e indireta em favor da nossa região.

São tantos os problemas com que habitualmente nos defrontamos! Não seria agora, em plena priorização da nova República, que nós deveríamos ser atingidos por medidas que refletiriam

uma inqualificável insensibilidade do Governo Federal em relação àquela faixa do território brasileiro.

O Sr. Ronaldo Aragão — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES — Ouço o nobre líder em exercício da nossa Bancada, o nobre Senador Ronaldo Aragão.

O Sr. Ronaldo Aragão — Nobre Senador Mauro Benevides, ouço, com atenção, a preocupação de V. Ex.^a com a reunião, amanhã, dos Ministros da área econômica e financeira. E, como nordestino, nascido em Pernambuco, não poderia agora deixar de dar o meu apoio à preocupação que é de todo o Nordeste. Quando se quer resolver os problemas deste País, pensa-se em cortar recursos federais do Nordeste e do Norte do País! A minha preocupação, como nordestino por nascimento e como representante da Região Norte do País, é que essas duas regiões sejam penalizadas amanhã nesta reunião. V. Ex.^a, nobre Senador Mauro Benevides, com a experiência que tem, já chama a atenção, com antecedência, para que o Nordeste, que hoje já está penalizado pelo que foi dito aqui, não seja mais uma vez sacrificado com os cortes das verbas e dos recursos federais. Fica aqui a minha solidariedade e o meu apoio a este grito que o Nordeste e Norte têm dado e não têm sido respondidos pelas autoridades federais. Fica aqui, nobre Senador, o nosso apoio à preocupação de V. Ex.^a

O SR. MAURO BENEVIDES — O apoio e a solidariedade de V. Ex.^a são significativos, nobre Líder Ronaldo Aragão, ainda mais porque V. Ex.^a, nordestino de origem, como também o é o eminente Senador Pompeu de Souza, traz, na sua manifestação, uma ajuda extraordinária e busca, também, preservar a Região que o mandou para esta Casa, a Região Norte, a fim de que igualmente, em vias de desenvolvimento como o Nordeste, Norte e Nordeste sejam excluídos daquelas medidas que se anunciam, draconianas, na reunião de amanhã do Ministério do Presidente José Sarney.

Tenho certeza, nobre Presidente Jutahy Magalhães, que se não houvesse a vedação regimental explícita, V. Ex.^a, que dirige os trabalhos desta Casa, faria somar a sua voz a dos outros companheiros pária, de igual maneira, reforçar este meu pronunciamento, no sentido de que o Presidente José Sarney, o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, amanhã, se mostrem receptivos a esta advertência, a este apelo, a esta solicitação, resguardando o Nordeste de qualquer medida, de qualquer providência que possa diminuir as dotações consignadas, quer através da administração direta, quer através do elenco de entidades da administração indireta, no caso, as autarquias, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as fundações.

Aqui, pois, o nosso apelo, com o apoio dos eminentes Senadores, apelo que direciono para o próprio Presidente da República e o seu ilustre Ministro da Fazenda, Professor Bresser Pereira. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O comércio varejista de carnes do Espírito Santo, repercutindo o movimento especulativo já posto em prática nas praças de São Paulo e do Rio de Janeiro, está começando a cobrar ágio na venda da chamada carne de segunda classe, ora sonhando o produto nos preços tabelados, ora vendendo algumas peças como carne de primeira.

Denúncias de órgãos de defesa dos consumidores levaram a SÚNAB à constatação do fato e a uma ação coibitiva, bem como ao anúncio de que a própria SÚNAB recorrerá aos estoques governamentais do produto, visando à obtenção de 3.500 toneladas da carne importada dos Estados Unidos, para distribuição em praças capixabas.

Quanto à coibição da infração, como recurso aos instrumentos punitivos da Lei Delegada nº 4, é sabido que não tem eficácia, posto que o próprio Governo, quando de sua aplicação durante a vigência do Plano Cruzado, foi o primeiro a desmoralizá-la, anistando a agiotagem.

Já no que concerne à utilização dos estoques de carne do Governo, estocados no Rio e em São Paulo, novamente tem-se a certeza de sua inviabilidade, pela certeza de que o próprio Governo os concentra naqueles dois mercados, temerosos do desabastecimento nas maiores metrópoles do País.

De outro lado, a problemática no Espírito Santo tem aspectos muito peculiares, que não combinam com o desejo da SÚNAB regional e desaconselham a política de localização dos estoques governamentais do produto.

O Espírito Santo, Srs. Senadores, é supridor de produtos pecuários (carne e leite) para os mercados de consumo paulista e carioca.

Em primeiro lugar, e isto é lógico, não deveria faltar carne para os consumidores de um Estado produtor e exportador. O erro começa por aí: os capixabas são vítimas do desabastecimento proposital, quer do Governo (por omissão), quer dos grupos econômicos dominantes do comércio de carnes.

Segue-se em segundo lugar, e por consequência, uma irracionalidade indiscutível — não pode ser aceitável que centros importadores, ainda que por obra do Governo (o que torna o fato mais irracional), vendam seus estoques, agravados pelos custos de transporte, ao mercado capixaba de consumo.

Isto nos mostra quantos erros vêm sendo cometidos sistematicamente pelos órgãos governamentais responsáveis pelo abastecimento do mercado interno.

Em face disto, inclusive ante a minha responsabilidade de mandatário dos interesses capixabas nesta Casa, sugiro ao Governador Max Mauro, de meu Estado, que encontre formas de proibir a exportação de toda a carne bovina produzida no Espírito Santo, restando em território capixaba a quantidade do produto indispensável ao abastecimento interno.

É por aí o caminho que levará à regularização dos mercados de consumo de carnes dos Estados produtores.

Outro assunto que me traz à tribuna é o seguinte: um dos compromissos básicos da grande mobilização democrática cujo desfecho se concretizou com a eleição de Tancredo Neves para a

Presidência da República e a instalação da Nova República foi a garantia de que o Brasil não se sujeitaria ao pagamento da dívida externa, desde que isso viesse a significar perda de soberania ou que se fizesse à custa de mais sacrifícios para a classe trabalhadora e o povo em geral.

Esse compromisso, alardeado e avalizado pelo povo em todos os recantos do País, viveu até às vésperas da decretação do Plano Bresser. Daí para cá, decorrido o curto espaço de tempo de três meses para cá, o que se vê é que estamos retroagindo no tempo e no espaço:

— os salários reais registram uma queda de 47% em média, relativamente aos salários de agosto do ano passado;

— as exportações estão batendo recordes históricos; e

— voltamos à busca de negociações com os credores externos, a um passo da deterioração da soberania nacional, sujeitando-nos às imposições do Fundo Monetário Internacional.

Sr. Presidente,

Os trabalhadores brasileiros estão novamente à mercê de uma política econômica recessiva, submissos a uma ação governamental que não consulta o interesse nacional mais legítimo. Comprova-o o fato de que na última semana os índices de desemprego atingiram os patamares mais nefastos da História recente do País. O salário mínimo é o mais baixo, desde que foi instituído pelo Presidente Vargas.

As exportações, por isso mesmo, não crescem pelo aumento da produtividade, mas — o que é insuportável — à custa da incapacidade de absorção de nossos produtos pelo mercado interno.

Então, é a troca da fome dos brasileiros que o Governo está indo buscar lá fora as divisas com que volta a negociar o pagamento da dívida externa.

Srs. Senadores,

Não é sem justificativa que a notória maioria do PMDB e de todos os democratas com assento na Assembléia Nacional Constituinte acompanham com ceticismo as manobras da política econômica atualmente executada pelo Governo.

Para concluir, relembro trecho do discurso aqui pronunciado pelo saudoso Tancredo Neves, o Mártir da Nova República, quando se despedia desta Casa em março de 1983: "Ou promovemos, com urgência, as grandes transformações que a Nação reclama em altos brados, que só os deliberadamente surdos não querem ouvir, ou então — não nos iludamos — essas transformações se farão à nossa revelia, sem nós e até contra nós".

Não concluir as transformações, acrescento, é negar o grande compromisso. Retroagir, nem pensar!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa.

O SR. MAURÍCIO CORRÊA (PDT — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Uma das práticas mais conhecidas na administração pública é a de criar comissões de estudos sobre problemas específicos para, em seguida, desembocar na reorganização administrativa dos setores envolvidos.

Durante o regime militar, às vezes no período de um só governo e, em função da simples troca de ministros, presenciávamos algumas dezenas de medidas dessa natureza e todas precedidas do mesmo palavrório de condenação aos métodos anteriormente adotados e, lógico, repleto de considerações e respeito da modernidade e eficácia da nova política a ser adotada.

Instalou-se a Nova República e vimos ser criado um Ministério da Administração sob o argumento de estarmos em "tempo de mudanças" e, portanto, com a responsabilidade de fazer algo de concreto com o objetivo de efetivar uma verdadeira e definitiva reestruturação da máquina administrativa oficial, dotando-a da agilidade necessária, da eficiência indispensável e da probidade imprescindível.

Infelizmente, passados mais de dois anos, nada temos além das costumeiras e reiteradas boas intenções. Pior que isso, fatos bem recentes demonstram a falta de sintonia entre os titulares dos Ministérios e a tão decantada intenção do Presidente da República de criar condições reais para o desempenho do enorme complexo administrativo do Governo Federal.

Exemplos disso são a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira, SIAFI, a reorganização do sistema de controle interno e a unificação dos orçamentos.

O que queremos questionar não são as medidas ou os seus efeitos; ao contrário, não é preciso muito esforço e análise para se perceber a inadequação organizacional de todo o complexo administrativo das nossas finanças públicas. Portanto, nada mais oportuno que iniciativas capazes de responderem às necessidades do setor.

Nossa crítica, Srs. Senadores, é aos métodos administrativos que estão sendo usados. Vejam, V. Ex.^{as}, que, decorrido tanto tempo da sua criação e instalação, o Ministério da Administração ainda não deu provas da sua eficácia e, muito menos, apresentou um diagnóstico completo de toda a estrutura funcional do Governo Federal para, com base nele, promover a efetiva modernização da administração pública.

No caso citado, por exemplo, a decisão administrativa ficou a cargo de dois Ministros: o da Fazenda e o da Secretaria de Planejamento. A prova evidente do que afirmamos está contida nos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, ambos de 23 de julho último, assinados pelo Presidente da República e pelos titulares dos Ministérios da Fazenda e da Administração. Cito desde logo que o Ministro Aluizio Alves é um dos subscritores dos dois diplomas legais, para que ninguém venha invocar exatamente isto para tentar convencer-me da sua participação efetiva na elaboração dos dois textos de lei. O que importa aqui não é apenas a assinatura de um Ministro mas, sim, o procedimento através do qual se concluiu pela edição de ambos os decretos na forma como foram publicados.

Senhores Senadores, decididas a criação da Secretaria do Tesouro Nacional e a unificação dos recursos de caixa do Tesouro, através do Sistema Integrado de Administração Financeira, o Governo Federal determinou a realização de um período de treinamento para o pessoal destinado a integrar a nova estrutura da carreira de Orçamento, Finanças e Controle. Aliás, na abertura oficial desse treinamento, o Secretário do Tesouro

Nacional discursou prometendo o aproveitamento de todos os elementos envolvidos, ou seja, os servidores das áreas de programação orçamentária e financeira, execução orçamentária e financeira e controle interno.

Essa promessa do ilustre Secretário do Tesouro não constituiu nenhuma surpresa. Ao contrário, todos os funcionários envolvidos a esperavam pois há um indiscutível encadeamento das suas atividades, tanto que a execução orçamentária e financeira constitui fase intermediária entre a Programação e o Controle. No entanto pela edição dos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, o Governo, por decisão dos titulares do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Planejamento, contemplou apenas os servidores das áreas de Programação e Controle, deixando de fora os da área de Execução.

Para melhor esclarecimento do Plenário, faço questão de lembrar que o sistema ora implantado resulta em sobrecarga para a área de Execução, acrescentando-lhe atribuições antes exercidas por outras áreas. Mais que isso, os servidores desta área são os responsáveis pelo empenho de despesa, liquidação, pagamento e, principalmente, a responsabilidade junto ao Tribunal de Contas pela aplicação dos gastos públicos.

Não é novidade para ninguém o quanto o Governo Federal tem buscado controlar os seus gastos. Nesse momento crítico para a economia nacional, sem dúvida que o sucesso de uma política de redução nos gastos oficiais torna-se de fundamental importância. Levanto aqui uma dúvida para os Srs. Senadores e, particularmente, ao nobre Líder da Bancada Majoritária: será eficaz o pretendido controle dos gastos públicos se as autoridades do setor, ao invés de estimularem o pessoal envolvido com salários dignos, com treinamento, com cursos de especialização e com um plano de carreira condizente com as atribuições que lhe competem — adotarem um procedimento discriminatório e injusto como este expresso nos textos dos dois decretos-leis?

Aliás, Srs. Senadores, esta discriminação não é recente. Em 1984, por exemplo, o pessoal atuante na área de controle teve seus salários reajustados com um percentual de 80% o que não ocorreu com o pessoal da Execução.

E por que ocorrem tais fatos?

Porque não há uma política unificada do próprio Governo. Porque o Ministério da Administração não tem cumprido a sua finalidade precípua. Porque, Srs. Senadores, o Governo, na condição de patrão, continua agindo como sempre fez: privilegiando uns poucos e discriminando a maioria.

O que causa indignação nesse episódio é o descaso com o qual se trata uma questão de tamanha magnitude. Dois aspectos merecem ser bem discutidos e analisados: o próprio processo que levou à decisão e as suas possíveis consequências.

No primeiro caso, é necessário considerar o nível e interferência do Ministério da Administração. Pelas informações que recebi não houve nenhuma ingerência da equipe do Ministro Aluizio Alves. Todavia, isso não impediu que ele, com sua assinatura, referendasse a injustiça. Por outro lado, se o Ministério da Administração participou dos estudos realizados, a situação fica ainda pior: como admitir que o Ministério criado para sanar falhas deste tipo venha patrociná-las agora?

É evidente, Srs. Senadores, que qualquer que tenha sido o envolvimento do Ministério da Administração, o mínimo que fica revelado é o pouco caso, a displicência e a falta de seriedade de um grupo de pessoas sob a liderança do Ministro Aluizio Alves.

Com relação às consequências, podemos enumerar: aumento do êxodo, já verificado, de servidores competentes e dedicados, cujo número já é insuficiente, os quais, com certeza, não de buscarem fora da Administração Pública os salários e o respeito que merecem; quebra da continuidade nos resultados do sistema implantado; despesas com novas contratações; necessidade de repetição dos treinamentos já realizados; desinteresse dos servidores que permanecerem em razão dos salários aviltantes; a permanente possibilidade de um boicote silencioso no Sistema Integrado de Administração Financeira — SIAFI, sem prejuízos da execução nos órgãos usuários envolvidos, os quais, segundo se sabe, continuam com seus controles paralelos ao Sistema, preservando-se contra quaisquer medidas arbitrárias; e, ainda, as injustiças contra servidores ocupantes de funções gratificadas, DAS, DAI e FAS, os quais estão sendo ameaçados, como forma de pressão pelas autoridades de seus órgãos, de serem destituídos de suas funções, em razão das reivindicações pleiteadas nesta luta, o que torna ainda mais grave e urgente a resolução desta questão, para que se evite injustiças a pais de família e consequentemente à Nação.

Alguma coisa pode e deve ser feita com a urgência que a situação requer. Mais de quinze mil servidores injustiçados clamam pelo reconhecimento dos seus méritos e direitos. Nada justifica a frieza e a insensibilidade do Governo Federal.

Em nome da Liderança do PDT e no meu próprio, peço à Liderança da Aliança Democrática que some conosco em busca da solução que já se vai tornando tardia. O pleito dos servidores preteridos pelos dois decretos-leis é dos mais razoáveis. Não se pede nenhum absurdo. Não se reivindica nenhum privilégio. Ao contrário, solicita-se o mínimo indispensável para o desempenho com dignidade de uma atividade de importância fundamental para a vida do País.

De nossa parte, é o que tínhamos a dizer. Agora, com a palavra quem a respeito pode decidir: o Governo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho em mãos o Relatório do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia referente ao ano de 1986.

Os fatos nele expostos são tão dramáticos que me permito resumir-los, para compartilhar com os Senhores as fundadas preocupações da comunidade universitária.

No segundo semestre de 1985, vislumbravam-se os primeiros sinais da tempestade que se armava. Eram emitidos pelo velho casarão da Avenida Joana Angélica, que abrigava o tradicional Instituto de Letras, um surto de pulgas e ratos — aliado à ação devastadora dos cupins — obrigou à primeira interdição do prédio.

Realizadas obras de emergência para assegurar condições mínimas de segurança e higiene, hou-

ve possibilidade de dar início, embora com atraso, às aulas do primeiro semestre de 86.

O segundo sinal, mais grave, quase deixou uma vítima fatal. Desabou um ornamento do telhado sobre duas estudantes, ferindo gravemente uma delas.

Sem atender às mínimas exigências de segurança, o prédio foi definitivamente interditado. E começou uma verdadeira via-sacra para que o Ministério da Educação apressasse a construção do novo prédio do Instituto, campus de Ondina, reivindicação já inscrita no Ministério desde 25 de novembro de 1985.

É longa e exaustiva a descrição do vai-e-vem dos técnicos do MEC. A lentidão é tal na tomada de decisões, que parece ter sido a interdição não do prédio, mas do próprio Instituto.

Com isso, passaram quase dois anos do início da novela — sem contar os ensaios — e apesar de quase ter contabilizado um cadáver, nada foi feito no sentido de agilizar a obra.

Dois fatos recentes comprovam essa afirmação. O primeiro é a dificuldade — para não dizer a quase impossibilidade — de a direção do Instituto de Letras conseguir uma audiência com o Secretário-Geral do MEC para tratar do assunto. O segundo é a exasperante procrastinação do envio do pedido de empréstimo à Caixa Econômica Federal.

Srs. Senadores,

É inegável a crise por que passa a Universidade brasileira. Suas consequências ultrapassam os muros do campus e vão-se instalar no seio de toda a sociedade, que se revela impaciente e irritada com a ineficiência de nossas instituições de ensino superior.

Em parte — porque desinformada e sem acesso a dados mais globais — justifica-se essa postura antiuniversitária. Afinal, são enxurradas de diplomas a inundar o mercado sem a correspondente contrapartida de melhoria salarial ou funcional.

Assim, é enorme a perplexidade diante de um ensino superior que diploma para deixar muitos alunos no mesmo lugar de antes da formatura. É preciso encontrar o culpado: a Universidade.

Essa visão parcial e deformada, se desculpável no povo, revela-se inaceitável quando assumida por técnicos do Ministério da Educação.

Por isso, apelo ao Ministro Jorge Bornhausen para que determine o imediato envio do pedido do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia à Caixa Econômica Federal, e após a aprovação, pela Caixa, do pedido, esta solicitação percorra os demais caminhos da administração pública, sem as delongas iniciais.

Afinal, sabe-o bem o Ministro, País pobre e carente de recursos humanos como o nosso não pode dar-se ao luxo de manter sem funcionamento — ou funcionando precariamente — uma faculdade do porte e da tradição do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar.

O SR. RUY BACELAR (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em reunião ocorrida ontem, a Bancada Federal da Bahia no Senado e na Câmara dos Deputados,

considerou como necessidade imperiosa a conclusão da planta de ácido fosfórico da Caraíba Metais, na Bahia. Daí minha presença nesta tribuna para, na qualidade de representante do Estado da Bahia, fazer um apelo a V. Ex^a no sentido de se engajarem conosco na campanha pelo término dessa grande obra.

O referido projeto, como mostrarei a seguir, reúne todas as condições para tornar-se num empreendimento que trará maiores benefícios, não só para o Nordeste brasileiro, mas também para a economia brasileira em geral.

A potencialidade da futura planta reside basicamente na exploração das rochas fosfáticas de Irecê, cuja jazida foi examinada pela CBPM e para a qual informações preliminares dão conta de que já foram cubadas 50 milhões de toneladas de rocha, com teor de fosfato da ordem de 18%, em condições de fácil mineração. Tal percentagem assume extraordinária relevância quando se tem em mente que os teores médios das demais jazidas nacionais se situam na faixa entre 5% e 13%.

Não obstante já terem sido investidos US\$ 43,5 milhões na empresa, as obras estão suspensas no momento e correm sério risco de desativação. E por quê? É o que procuraremos mostrar...

Com a chegada da nova República, a viabilidade econômica do projeto foi posta em dúvida, sendo por isso o mesmo submetido ao exame de um grupo técnico formado por membros do BNDES, do BNDESPAR, da PETROFERTIL e da própria Caraíba. Embora eivado de uma série de "equivocos" metodológicos e conceituais, que em muito prejudicam sua validade, o referido estudo manifestou-se pela não conclusão do empreendimento, com uma ressalva em função da possível viabilidade da rocha fosfática oriunda de Irecê.

Por uma estranha coincidência, no momento em que se bloqueia o projeto da Caraíba, noticiase o início de um empreendimento que tem, praticamente, as mesmas dimensões em Santa Catarina, e a ser realizado pela IFC (Indústria de Fosfatos Catarinenses), empresa onde a PETROFERTIL detém 49% das ações, juntamente com a ADUBOS TREVO, FERTISUL e QUIMBRASIL, as quais respondem respectivamente por 25%, 20% e 6% do capital.

Vê-se, desse modo, que o poderoso oligopólio que controla a produção de nutrientes básicos no País não só procura inviabilizar — ou retardar o mais possível — a retomada dos trabalhos da planta de ácido fosfórico da Caraíba, como pretende ainda levar avante um empreendimento análogo, no Sul do País, que representa, além do mais, um escandaloso desperdício de recursos. Enquanto que a conclusão da planta da Caraíba requer um investimento adicional de apenas US\$ 28,9 milhões, o projeto da IFC exigirá recursos da ordem de US\$ 75 milhões, montante que se elevará a nada menos que US\$ 250 milhões, se agregarmos os custos relativos à mineração.

É preciso estarmos atentos a esse tipo de pressões, pois bem sabemos que uma comitiva do Estado de Santa Catarina, chefiada pelo seu Governador, vem fazendo gestões intensas junto a Ministros de Estado, no sentido de conseguir o endosso federal para a aprovação do projeto pela SEST.

É indispensável cerrar fileiras na defesa do projeto da Caraíba, em favor do qual podemos alinhar

os seguintes argumentos, absolutamente irrepugnáveis:

a) Parece-me ocioso salientar a absoluta relevância de uma produção regular de fertilizantes para o desenvolvimento agrícola de qualquer região. E no Nordeste, se queremos a expansão de nossas fronteiras agrícolas, não podemos continuar à mercê da liberação de cotas para importação, ou dos preços gravosos da região Centro-Sul, quando da ocorrência de safras maiores.

b) O Nordeste é uma região privilegiada por sua disponibilidade ímpar de matérias-primas para o setor, isto é: nitrogênio, potássio e fósforo. Além de rico em gás natural, fonte básica para a produção de nitrogenados, o Nordeste, com o início de operação do complexo mina-usina TAQUARI-VASSOURAS (em Sergipe), produzirá o nutriente básico para os potássicos e vencidos os atuais obstáculos impostos à planta da Caraíba, estará produzindo fósforo, o terceiro elemento indispensável. Mas isso não é tudo! Além desses vetores de expansão, que no momento envolvem basicamente Bahia e Sergipe, há que ter em conta que o setor de fertilizantes deverá englobar, em futuro próximo, todos os Estados da região, na implantação de um complexo integrado. Com efeito, já temos em andamento a implantação da FOSFERTIL, em Alagoas, e a perspectiva da produção de fertilizantes fosfatados também no Ceará, em Itaitia (decorrente da exploração de urânio). A produção dos nitrogenados poderá ser viabilizada também nos demais Estados da região, ricos em gás natural. Como se verifica, o desenvolvimento do setor de fertilizantes é de interesse eminentemente regional, e como tal deve ser encarado em nível de Governo Federal. Daí a insistência com que reclamamos seja ponderada a importância macroeconômica do projeto da Caraíba, que foi desconsiderada pelo grupo técnico por mim referido inicialmente.

c) Análises efetuadas por diversos órgãos (inclusive a SIC, por intermédio do DIC-DIESP) já demonstraram cabalmente a viabilidade microeconômica do projeto. Com a conclusão da planta, o Nordeste passará a dispor, como visto acima, numa mesma área, dos três nutrientes básicos para a produção de fertilizantes, ocorrência única no Brasil, que muito estimulará a agricultura e o próprio desenvolvimento regional objetivado pela nova República.

Tendo em vista os fatos aqui expostos, afigura-se-me como de fundamental importância, e da mais alta urgência, que o CONSIC-Nordeste assumia um posicionamento enérgico sobre a questão. Para tal fim, proponho:

— a transformação do projeto da Caraíba Metais numa das prioridades regionais;

— a retirada da PETROFERTIL do grupo técnico de análise, em virtude do interesse direto da mesma na questão;

— moção do CONSIC, exigindo que a análise do projeto da IFC seja feita em bloco com a análise da planta da Caraíba.

Espero contar com o importante apoio de todos, sobretudo dos colegas de minha região, na campanha pela conclusão, o mais brevemente possível, da planta de ácido fosfórico da Caraíba Metais.

Éra o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso)
Sr. Presidente, Srs. Senadores,

Patrocinados pela Federação Latino-americana de Sociedades de Cancerologia (FLASCA) realizaram-se, no período de 31 de julho a 5 de agosto do corrente ano, em Assunção, Paraguai, os Congressos Integrados de Cancerologia, com o apoio da União Internacional da Luta Contra o Câncer (UICC), que também promoveu, na oportunidade, sob a direção do Doutor Hernan Cortes Funes, de Madrid, um curso abrangendo temas de Oncologia Clínica e Quimioterapia, acompanhados da apresentação de enfermos e discussões clínicas.

O Presidente da República do Paraguai, General de Exército Don Alfredo Stroessner, prestigiou a realização dos Congressos Integrados Latino-americanos de Cancerologia — CILAC, proporcionando, através de órgãos da infra-estrutura técnico-administrativa do seu governo, integral apoio, e declarando, oficialmente, os eventos programados como de interesse nacional.

O comparecimento de médicos, cientistas, professores universitários, técnicos e autoridades de diversos países, dentre os quais destacamos da Argentina, Uruguai, Peru, México, Espanha, França, Itália, Alemanha, Holanda, Panamá, Estados Unidos da América e do Brasil, demonstra a inegável importância e repercussão dessa iniciativa de relevante significado científico, técnico e cultural.

Sua Santidade o Papa João Paulo II, através da Secretaria de Estado do Vaticano, enviou, por intermédio do seu Assessor Especial, Monsenhor J. B. Re, cordial mensagem de felicitações aos organizadores e participantes dos referidos Congressos, formulando votos pelos bons resultados dos trabalhos e enviando-lhes sua especial bênção apostólica, nos termos do documento anexo, que solicito seja incorporado ao texto deste meu conciso pronunciamento.

Destacamos, no desenrolar das atividades desenvolvidas em Assunção, especialmente, as que foram levadas a efeito no dia 4 de agosto — ou seja, as duas mesas-redondas sobre Modalidades de Câncer e Novas Drogas; as conferências sobre Osteossarcoma e Tumor de Wilms; e o Simpósio sobre Tabaco e Câncer durante o qual convém enaltecer, pela sua importância, a participação do representante oficial do Brasil, Professor Doutor Pedro Antônio Mirra, ilustre Diretor do Departamento de Cirurgia Torácica do Hospital do Câncer, e atual Presidente da Comissão de Combate ao Tabagismo da Associação Médica Brasileira (AMB).

A aplaudida intervenção do Professor Antônio Pedro Mirra foi resumida na forma do sumário anexo, intitulado "Entre as doenças causadas pelo fumo, devemos destacar o grupo-câncer", que requiro seja também incorporado às presentes considerações, bem como o discurso proferido pelo Professor Doutor Manoel Riveros durante a solenidade de abertura dos Congressos Integrados Latino-americanos de Cancerologia.

São estas as breves informações que me pareceram oportunas e necessárias, à margem dos aludidos Congressos, dos quais participei, convidado que fui, na qualidade de Presidente do "Grupo Assessor do Ministério da Saúde para o Controle do Tabagismo no Brasil", e representando,

igualmente, o Senado Federal, por designação do seu Presidente, o Senador Humberto Lucena.

Ao regressar ao Brasil não me seria lícito omitir-me diante da repercussão e importância dos Congressos realizados em Assunção, dignos de registro especial, nos anais do Senado Federal. (Muito bem!)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR:

SECRETARIA DE ESTADO

Vaticano, 17 de julho de 1987

El Santo Padre saluda cordialmente a los organizadores y participantes en el Congreso Integrado Latinoamericano de Cancerología, que tendrá lugar en Asunción, y los alienta a un renovado empeno en la atención a los enfermos, con competencia profesional vocación de servicio, dando testimonio del amor cristiano, a ejemplo del Señor Jesús, Buen Samaritano de la Humanidad, que tomó sobre sí nuestras enfermedades y confirió una dimensión salvífica al dolor.

Mientras eleva su plegaria al Altísimo para que conceda abundantes frutos a los trabajos del Congreso, Su Santidad imparte complacido, en señal de benevolencia, una especial Bendición Apostólica. — Mons. J. B. Re, Asesor.

Excelentísimo Señor Presidente de La República, General de Ejército Alfredo Stroessner, Excelencias, Señoras y Señores,

Com la fe puesta en la ciencia que nos ilustra para el mas transcendente combate que la medicina acepta en su lucha con el mal mas severo que queda por vencer, y en la divina providencia de la que esperamos iluminacion e inspiracion para alcanzar la victoria final, iniciamos las deliberaciones de este Congreso, no sin antes expresar que nos sentimos honrrados por la presencia del Excelentísimo Señor Presidente Constitucional de La Republica del Paraguay, Gral. de Ejército Don Alfredo Stroessner, cuya sensibilidad social nos ha acompañado siempre en nuestras tareas científicas, y cuyo gobierno ha dado fundamental apoyo a este importante evento declarando oficialmente de interes nacional.

Saudamos igualmente, las delegaciones extranjeras, cuya presencia honrra a nuestro país y a todos los medicos paraguayos, habida cuenta de que cuentan ilustres presencias y por la altísima calificación científica de los participantes, el Paraguay se convierte en centro y foco de la esperanza de la humanidad, que aun espera la derrota definitiva, completa del mal cuya malignidad desafía el conocimiento, el saber, el amor, que son los motores que conducen nuestros afanes en esta misión de bien que hemos aceptado como razon de nuestras vidas y justificación de nuestro desvelos.

Nuestra profunda gratitud de medicos y de paraguayos a la flasca, que en el Noveno Congreso Internacional de Cancerologia resolvió por unanimidad que Asuncion fuera asiento del Congreso que iniciamos hoy, cuya presidencia recae en nuestra modesta persona, honor que aceptamos compartiendolo con la medicina paraguaya y con nuestra patria el Paraguay, que se enorgullece justamente de contar con la infraestructura técnica y científica para que seamos dignos anfitriones del Congreso y de sostener un clima de concordia y dinamismo propicia al desenvolvimiento de la

cultura em todas sus expresiones: y en este caso en particular de la actividad medica en su mas profundo sentido social, y de las investigaciones apoyadas y alentadas por el gobierno de la republica que nunca ha escatimado recursos para aquellos que dentro del concepto del bien comun es prioritario la salud y el bienestar del ser humano, ruego me permitan que evoque la figura de un gran maestro de la oncologia, George T. Pack, por ser uno de los primeros que creyo en las posibilidades de aportes cientificos de America Latina y que en una oportunidad de un Congreso realizado en el Brasil, sostenia, reproduciendo los que Homero decia en la Odisea "en la mansion de hades sifiso fue condenado a subir una gran piedra a lo mas alto de una colina, pero cuando habia llegado casi a la cuspide, cercano ya al termino de su obra, una fuerza superior le quitaba la piedra de las manos, y la arrojaba de nuevo sobre la llanura, angustiado sifiso recomenzaba enseguida la penosa ascension, toprentes de sudor corria de todos sus miembros y al rededor de su cabeza se agitaba una nube de polvo".

En nuestro esfuerzo por prevenir o curar el cancer, por desentrañar el misterio de esta compleja enfermedad, tambien estamos trepando por la montaña de sifiso pero mas alta mas escarpada y sin fin.

La roca de la promesa y de la esperanza resvalan de nuestras manos aunque nunca vuelve totalmente al lugar de la partida, por el esfuerzo de los seres humanos cientificos dedicados a la investigacion del cancer, que le bloquean el camino.

Estos hombres y mujeres patologos, biologos, histologos, quimicos, inmunologos gentistas, quimioterapeutas, radiologos y cirujanos, empujan hacia arriba con sua inteligencia; que son ideas y habilidad, la roca alcanzara finalmente a la cima mas por la fuerza colectiva que por la inspiracion de un genio sentado ya en esa fecha la necesidad de una actitud multidisciplinaria.

Motivan estos congresos la frecuencia cada dia creciente de enfermos que padecen de este mal y cuya mortalidad ocupa en todos los paises la segunda causa en estadisticas siendo en el Paraguay la tercera causa de mortandad.

Una razon que explica el aumento puede ser debido al mayor numero de personas que estan llegando a la edad de los 65 a 70 años que es la edad de predileccion para esta enfermedad.

En efecto, las medidas de salud publica, al disminuir las enfermedades infecto contagiosas y mejorar la nutricion, han disminuido ostensiblemente la mortalidad en las personas jovenes, en efecto, la civilizacion actual al ofrecer perspectivas de vida mas larga impone una sancion y es que de cada diez seres humanos al nacer, una de ellos tiene posibilidades de contraer el cancer, quien una vez afectado desgraciadamente por el desconocimiento de todo lo que se puede obtener en este campo, o por la conviccion de que como en el cancer no se sabe nada, tampoco se puede hacer nada, queda asi librado a su propia suerte llegando a la consulta en el periodo final con sus dolores y sufrimientos, momento en que la terapeutica es apenas paliativa, ademas existe una idea muy generalizada de que el cancer es incurable desde el momento que se desconoce su causa, olvidando que desde Paracelso es bien sabido que se pueden obtener curaciones de muchas enfermedades sin conocer su causa.

Cualquier persona, tiene en su ambiente familiar o de amigos, enfermos que padecen de esta afeccion que estan llegando al final de su destino y conciben con fatalismo que el cancer es incurable, pero ignoran las inteligencias dedicadas en la investigacion y los conocimientos que poseen, con los cuales se obtienen diagnosticos cada dia mas precoces y se multiplican los metodos de tratamiento que permiten mejores exitos, que tambien ya incluyen posibilidades profilacticas.

Medios que permiten mejores diagnosticos la radiologia, la presencia magnetica nuclear, la tomografía, la ultramicroscopia, los marcadores biologicos, permiten no solamente un diagnostico positivo, sino que, pueden hacer conocer el estadio en el cual se encuentran los afectados en condicion de fundamental importancia para la indicacion de los diversos metodos de tratamiento.

Desde el punto de vista del tratamiento es mucho el camino recorrido desde la lejana epoca en que Hipocrates describia con el nombre de kakhbo o kakhbona a la ulcera que no cicatriza y que posteriormente Galeno identifico con el termino de cancer, por su semejanza con el cangrejo.

La cirugía fue el primer arma terapeutica cuyos metodos han ido perfeccionandose con el mejor conocimiento de la afeccion, el comportamiento de su evolucion natural y con los medios de que se dispone, yendo asi de la cirugía local (cuando se la considera a una enfermedad localizada) a la cirugía loco regional y por ultimo a la cirugía ultra radical, con lo que se consigue es dominar el proceso local; posteriormente se vio que a pesar del exito y los tumores recidivaban mostrando las limitaciones de la cirugía o la imposibilidad de aplicacion en ciertas localizaciones anatomicas.

El advenimiento de los metodos radiantes debido a roentgen y al matrimonio Curie, marco un paso importante, desde entonces la cirugía y la irradiacion aisladamente o en asociacion mejoraron evidentemente el porvenir de los enfermos, pero aun asi, hay enfermos que sobreviven mas de cinco años, al cabo de los cuales, recidiban o se generalizan, son ya enfermos a quienes no se le puede aplicar ninguno de estos metodos, como a aquellos que despues de un tratamiento adecuado muestran manifestaciones a distancia, es decir, enfermos que han pasado de la etapa loco regional a la generalizacion que ya no puede beneficiarse con el tratamiento local, entonces, se cuenta con el recurso de la quimioterapia. El numero creciente de enfermos que llegan en periodo de generalizacion demuestra que despues del tratamiento adecuado con los cuales la cirugía o la irradiacion ya no tienen indicacion, tenga que recurrirse a la quimioterapia que actualmente se emplea como medicacion coadyuvante, que llegan a considerarse de beneficio indiscutible.

Un campo fecundo en conocimientos y perspectivas es lo que aporta los estudios epidemiologicos, que determinan la mayor o menor frecuencia de ciertas localizaciones del cancer, las causas que la provocan, las posibilidades de suprimir dichas causas, y una nueva via que conduzca talvez a revelar aspectos hasta ahora desconocidos, es oportuno recordar el numero de enfermos curados de ciertas localizaciones, como acontece en el cancer de mama a tal punto que esta ha hecho surgir otra rama importante de las investigaciones, la rehabilitacion de estas enfermas a su medio social.

Estamos convencidos de que, en este evento internacional se expondran los resultados obtenidos en diversos frentes de lucha, representados por diagnosticos, tratamientos, educacion y los obtenidos de las investigaciones que estan representadas aqui por instituciones, que cuentan con personal tecnico altamente capacitado, instalaciones con centro hospitalarios, centros de investigacion que se han ocupado para entidades cooperativas mundiales mediante las cuales numerosas instituciones intercambian informacion sobre los diferentes resultados, y de los cuales, uno de sus exponentes es la flasca, cuyos representantes aqui reunidos presentan sus experiencias, sus resultados y sus perspectivas de investigaciones.

A la flasca, se suma la participacion de especialistas de otros continentes, los cientificos japoneses nos referiran los positivos resultados obtenidos en la lucha contra el cancer gastro intestinal, de los estados unidos de norte america las investigaciones en cursos, y europa estara representada por el Prof. Schmidt, de Essen, Alemanha, el presidente de la union internacional de lucha contra el cancer, el Prof. Die Goyanes, el Prof. Gerald Murphy, Eyre, de la american cancer society, salvadori de italia, spitalier de francia.

Este Congreso tiene el privilegio que recibira el aporte del centro mundial de lucha contra el cancer, creado por una iniciativa feliz del gral. degaulle y cuyo central en lyon enviara figuras representativas para dirigir un curso de epidemiologia.

Con todos estos elementos este congreso, llevara una funcion educativa patrocinada por la union internacional contra el cancer, posibilidades profilacticas mediante el concurso del centro epidemiologico de lyon, y el congreso de la flasca, en donde se expondran los resultados obtenidos en america latina, en base a las cuales se puede asegurar que muchas de las localizaciones tienen un mejor pronostico de curaciones merced a la actitud multidisciplinaria que actualmente constituye el pilar del tratamiento y los cuales permiten un mayor control de enfermos.

Tenemos conciencia que las diversas formas de esta enfermedad, aun requieren de soluciones totales y que ellas tal vez no estan a la vuelta de una esquina del tiempo en que nos toca vivir, trabajar e investigar, pero igualmente estamos convencidos de que si el hombre en este siglo ha podido disociar el atomo, surcar el cielo con naves espaciales, pasearse por la luna y programando viajes a las estrellas no el sueño calenturiento de un soñador sino es una posibilidad tangible y lo que se puede decir al cancer es que no sea tan orgulloso.

Igualmente alentamos una fe superior en que los resultados parciales y progresivo que vamos logando en esta carrera por salvar y aliviar sufrimientos nos llevara algun dia a un desenlace triunfal en que la ciencia medica proclame la derrota de un flagelo que ha venido transitando por los siglos cual porta estardarte siniestro de los ginetes de la apocalipsis.

Como medico y como hombre de ciencia y de fe, sabemos que, la muerte es el fin ineludible de todo ser humano, pero igualmente tenemos conciencia de nuestro papel y nestro juramento

nos obriga tanto como a lutar por la prolongación de la vida en un clima de sosiego y paz, también a proveer los medios y los recursos para que la muerte se produzca con dignidad, sin agonía; ni sufrimientos y que el tránsito del ser humano se produzca en el decoro de la paz interior, en el alivio del sufrimiento y en la reconciliación con dios, cuya extrema caridad expresada al través de la ciencia ofrece un aura de dignidad al acto de la consumación de nuestra vida terrena.

Entre tanto, nuestra lucha continua, el objetivo es llevar salud al enfermo, alivio al que sufre, esperanza al que se sumerge en el sentimiento de derrota trabajando día y noche, investigando, leyendo, escribiendo nuestras experiencias, intercambiando información, hurgando en la profundidad de los misterios del mal, buscando sin darnos reposo la causa primordial que general el dolor y angustia, y la solución que podemos ofrecer a la humanidad que este siglo en que el hombre desvela los misterios del universo se prepara a viajar a las estrellas, la posibilidad de penetrar en lo infinitamente pequeño hasta hallar la clave que nos lleve a la solución total de esta larga adversidad que castiga al hombre.

Evocamos pues, a las potencias superiores, que suscitan en el plan divino para que este congreso constituya un paso mas hacia la conquista del fin superior humanitario, con nuestras largas luchas y hacemos votos porque la suma de las esclarecidas inteligencias aquí reunidas, aporten luz, conocimiento, apertura hacia rumbos nuevos; y precisos; para esta ya larga exploración de la medicina del aun desconocido, misterioso territorio del bienestar, la salud de nuestro semejantes.

DADOS APRESENTADOS PELO PROFESSOR PEDRO ANTONIO MIRRA

8) Entre as doenças causadas pelo fumar, devemos destacar o grupo-câncer.

Correlaciona-se o fumar com um aumento da incidência e mortalidade do câncer de várias localizações, destacando-se o da cavidade oral, faringe, esôfago, estômago, pâncreas, laringe, pulmão, rim e bexiga. O risco de óbito é de 14,9 vezes mais.

Vejam os dados do câncer de pulmão. Os dados estatísticos nos tem mostrado que há relação direta entre a incidência e a mortalidade pelo câncer de pulmão e o consumo de cigarros pela população afetada.

Assim, países em que persiste o aumento do consumo de cigarros, a incidência do câncer de pulmão se apresenta alta: Inglaterra (89,5/100.000 h), USA (77,1/100.000 h), Finlândia (76,1/100.000 h) entre os homens; Inglaterra (14,8/100.000 h) e USA 22,2/100.000 h entre as mulheres.

Nos países, cujo consumo se estabilizou, a incidência está numa posição intermediária: Canadá (53,2/100.000 h), Dinamarca (40,2/100.000 h) entre os homens; entre as mulheres estes mesmos países apresentam incidência de 11,2 e 7,2/100.000 h respectivamente.

E os países que tiveram o seu consumo diminuído, a incidência tornou-se baixa: Noruega (22,2/100.000 h para homens e 4,7/100.000 h para mulheres).

Em relação à mortalidade, o mesmo ocorre, tanto para os homens, como para as mulheres. Assim: Escócia, Inglaterra, Finlândia e USA apresentam mortalidade alta e consumo alto; Austrália, Dinamarca, Canadá apresentam mortalidade intermediária e consumo estabilizado; Noruega é o país que tem, também, mortalidade baixa em face do decréscimo do consumo.

São Paulo, é a primeira cidade da América Latina em consumo de 20 cigarros/dia pelos homens e a segunda em relação a um consumo geral.

No município de São Paulo o câncer de pulmão ocupa em relação a incidência ⁽¹¹⁾ a 3ª posição para os homens (31,1/100.000h) e a 9ª para as mulheres (6,4/100.000h); mortalidade, a 2ª posição (16,9/100.000h) para homens e 7ª (2,7/100.000h) para mulheres.

Esta relação câncer-fumo está definitivamente estabelecida, tanto experimental, quanto clínica e epidemiologicamente.

Da combustão de um cigarro resulta uma série de substâncias nocivas ao organismo humano (4.000 substâncias). Entre elas temos hidrocarbonetos aromáticos representados, principalmente, pelo 3-4 benzopireno e benzoantraceno que são os elementos cancerígenos por excelência. Estas substâncias são as mesmas que existem no alcatrão, que se obtém nas destilarias de hulha a toda temperatura superior a 270°C; na base de implantação da brasa do cigarro a temperatura oscila 370°C a 884°C.

Hammond e Auerbach ⁽⁶⁾ fizeram cães fumar através de uma traqueostomia e verificaram que "fumantes inveterados" (mais de 9 cigarros por dia) desenvolveram câncer pulmonar invasivo, a maioria do tipo alveolar; 16% dos "cães fumantes" morreram de enfisema, fibrose e cor pulmonale, num prazo máximo de 857 dias.

Auerbach ainda fez estudos em autópsias e peças cirúrgicas, identificando todas as alterações da mucosa brônquica sob a ação do fumo, desde o seu início até o aparecimento de um câncer "in situ" e mediu os intervalos entre as várias fases (em média 15 anos). Todas as alterações pré-cancerosas da mucosa (metaplasias, atipias) são passíveis de regressão na ausência do fator fumo.

Hammond e Horn ⁽⁵⁾ (American Cancer Society) utilizaram um estudo prospectivo em que 187.783 homens foram entrevistados durante 44 meses e verificaram que a mortalidade por câncer de pulmão se apresentou da seguinte maneira: em não-fumantes foi de 3,4/100.000 hab.; em ex-fumantes regulares de 44,0/100.000 hab. (quando não fumaram mais) e 49,3/100.000 hab. (quando fumaram ocasionalmente depois), fumantes com menos 10 cigarros/dia, 51,4/100.000 hab.; com 10-19 cigarros/dia, 59,3/100.000 hab.; com 20-39 cigarros/dia, 143,9/100.000 hab. e com 40 ou mais cigarros/dia, 217,3/100.000 hab. Além disso, considerando para os não-fumantes um risco de óbito = 1,0, observaram que para fumantes de charuto esse risco de 1,2, para fumantes de cachimbo, 1,1 e para fumantes de cigarros, 1,7.

Doll e Hill (1964) ⁽³⁾ fizeram um estudo prospectivo entre os médicos da Inglaterra, acompanhando cerca de 34.000 deles num período de 12 anos e observaram o seguinte:

Fumo e Saúde

Grau do hábito de fumar	Coefficiente de mortalidade	Risco relativo de morte
Não fumantes	7/100.000 hab.	1
Fumantes leves	47/100.000 hab.	7
Fumantes moderados	86/100.000 hab.	12
Fumantes excessivos	160/100.000 hab.	29
Todos fumantes	81/100.000 hab.	12

Verificaram ainda que a vida média de 70 anos entre eles (homens) estava relacionada da seguinte maneira: quando nunca fumaram, 70,0% atingiram essa média; para fumantes de 1-14 cigarros/dia, 46,2%.

Schawariz e Denoix (França) ⁽¹⁰⁾, em inquérito retrospectivo, verificaram que, em três grupos de 500 indivíduos cada um, no grupo do não-cancerosos, 8% eram fumantes, em outros cancerosos (não pulmonar), 11% eram fumantes e em outros portadores de câncer de pulmão, 99% eram fumantes.

No inquérito francês, o fumo também foi responsabilizado por outros cânceres não pulmonares como os de bexiga.

Wynder e Grahm ⁽¹²⁾, em inquérito retrospectivo, utilizando 684 casos e 1.322 controles, verificaram o seguinte:

	% casos	% controles
Nunca fumaram	1,2	14,6
1 — 9 cig./dia	2,3	11,5
10 — 15 cig./dia	10,1	19,0
16 — 20 cig./dia	35,2	35,6
21 — 34 cig./dia	30,9	11,5
35 a + cig./dia	20,3	7,6

Os não fumantes também ficam expostos à poluição do tabaco; sejam adultos ou crianças sofrem grandes prejuízos para sua saúde.

A fumaça produzida apenas pelo cigarro fumante, comparada com a inspirada pelo tabagista nas tragadas, contém 5 vezes mais monóxido de carbono, 3 vezes mais nicotina, e alcatrão, 4 vezes mais benzopireno e 46 vezes mais amônia.

A fumaça expelida pelo fumante, após a tragada, contém 1/7 da quantidade de substâncias voláteis e particuladas e menos da metade de monóxido de carbono do teor original; se o fumante não é tragador há menos da metade dos compostos voláteis 4/5 de material particulado e quase todo o monóxido de carbono.

O homem ao fumar um cigarro provavelmente, não tem a noção dos malefícios que está causando, não só a ele mesmo, como à comunidade em que vive. O fumante é um poluidor dele mesmo e do seu meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1987 (nº 126/86, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, celebrado em Brasília, a 1º de novembro de 1985, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 278, de 1986, de autoria da Comissão Diretora, que cria, no Senado Federal, o Centro de Formação em Administração Legislativa e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário, nos termos do substitutivo que apresenta.

3

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1987 (nº 7.678/86, na casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a composição do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

4

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1987, de autoria do Senador Lourenberg Nunes Rocha, que dispõe sobre a reposição florestal obrigatória, e dá outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

5

Mensagem nº 148, de 1987 (nº 245/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Indaiatuba, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 128.315,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

6

Mensagem nº 149, de 1987 (nº 246/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Universidade de São Paulo — Hospital de Pesquisa e Reabilitação de Lesões Lábilo-Palatais, no Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 802.111,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

7

Mensagem nº 150, de 1987 (nº 247/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Piracicaba, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 466.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

8

Mensagem nº 151, de 1987 (nº 248/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Piracicaba, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 281.955,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

9

Mensagem nº 152, de 1987 (nº 249/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 120.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

10

Mensagem nº 153, de 1987 (nº 250/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Rio Verde, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 125.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

11

Mensagem nº 154, de 1987 (nº 253/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Pedra Preta, Estado do Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 35.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

12

Mensagem nº 155, de 1987 (nº 254/87, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 80.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de parecer.)

13

Ofício nº S337, de 1987, relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 110, de 1980, que autorizou a Prefeitura Municipal de Irecê, Estado da Bahia, a elevar em Cr\$ 195.132.000,00 (cento e noventa e cinco milhões, cento e trinta e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. (Dependendo de parecer.)

14

Ofício nº S/38, de 1987, relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 351, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Frederico Westphalen, Estado do Rio Grande do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cz\$ 6.688.955,42 (seis milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta e cinco cruzados e quarenta e dois centavos). (Dependendo de parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Jutahy Magalhães) — Nada mais havendo que tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 5 minutos.)

ATA DA COMISSÃO DIRETORA Nº 48, de 1987

A Comissão Diretora do Senado Federal, usando de competência que lhe confere o Regimento Interno e consoante Exposição de Motivos do Senhor Diretor-Geral que evidencia a necessidade de alteração de disposição do Plano Integrado de Saúde dos Servidores desta Casa, resolve:

Art. 1º O art. 10 do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1986, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 10.

Parágrafo único. O atendimento dos dependentes dos servidores falecidos, mesmo daqueles que já se encontravam aposentados na data do óbito, será realizado na forma prevista na alínea “a” do § 1º do art. 1º deste Ato, sem ônus para o paciente.”

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 20 de agosto de 1987. — **Humberto Lucena — Jutahy Magalhães — Dirceu Carneiro — Aluizio Bezerra — João Lobo.**

ATO Nº 11/87 DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 57, I, do Regimento Interno, e

Considerando que o Sr. Diretor-Geral, através da Portaria nº 19, de 1987, dando cumprimento às disposições regulamentares, deflagrou o processo seletivo interno para ascensão funcional e progressão especial no Quadro Permanente;

Considerando que a ascensão funcional e a progressão especial, nos termos do artigo 328 do Regulamento Administrativo, se processam separadamente, para o Quadro Permanente (estatutário) e para a Tabela Permanente (CLT);

Considerando que, sob invocação do artigo 9º do Ato 21/82, derogado pelo artigo 1º, § 1º, do Ato 46/87, da Comissão Diretora, diversos servidores da Tabela Permanente obtiveram liminar em mandados de segurança, para se inscreverem no processo seletivo da ascensão funcional e da progressão especial no Quadro Permanente;

Considerando, finalmente, que a realização dos cursos e provas do processo seletivo criará situação fática de impasses administrativos, se denegadas as seguranças impetradas, resolve:

Art. 1º Ficam suspensas, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da publicação deste Ato, todas as atividades inerentes ao processo seletivo interno, para ascensão funcional, e progressão especial no Quadro Permanente do Senado Federal.

Art. 2º Reiniciar-se-á o processo seletivo antes do prazo estabelecido no artigo 1º, se forem julgados os Mandados de Segurança 041-M/87, 043-M/87 e 051-M/87, da 8ª Vara Federal e 468-M/87, da 7ª Vara Federal, e se houver interesse da Administração do Senado.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 21 de agosto de 1987. — Senador **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 19, DE 1987 DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e consoante o disposto no item 4.2 do Edital da Tomada de Preços nº 13, de 1987, resolve:

Designar Francisco de Assis Pereira, Técnico Legislativo; Sônia Maria da Trindade Fátima, Chefe de Seção de Mecanografia; José Ferreira Leite, Chefe da Seção de Máquinas; José Valdecir Vascon da Silva, Datilógrafo; e Nilton Rodrigues da Paixão

Júnior, Datilógrafo, para, sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão Especial para avaliação das propostas apresentadas na Tomada de Preços nº 13, de 1987, destinada à aquisição de 50 (cinquenta) máquinas de escrever eletrônicas.

Senado Federal, 24 de agosto de 1987. — **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico.

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1987

Às dezessete horas do dia vinte e um de maio do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia — Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Almir Gabriel, Aluísio Bezerra, Cid Sabóia de Carvalho, Dirceu Carneiro, Jutahy Magalhães, Leopoldo Peres, Divaldo Suruagy e José Agripino.

Em obediência ao que dispõem as normas regimentais, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Almir Gabriel, que solicita ao serviço da Secretaria que proceda a distribuição das cédulas de votação, a fim de que seja efetuada a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão, convidando, em seguida, o Senhor Senador Dirceu Carneiro para atuar como escrutinador.

Colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador José Agripino 4 votos
Em Branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Antônio Farias 5 votos
São proclamados eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão, respectivamente, os Senhores Senadores José Agripino e Antônio Farias.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador José Agripino agradece em seu nome e no do Senhor Senador Antônio Farias, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Jutahy Magalhães, para relatar a matéria.

Em seguida, a Presidência propõe o calendário das reuniões e como sugestão pessoal ouvir os Senhores Ministros das Minas e Energia, da Irrigação, o Diretor-Geral do DNAEE, o Presidente da Eletrobrás, o Presidente da CHESF e ouvir também algum representante do segmento de consumidores e concessionários de energia elétrica e da agricultura.

Logo após, usaram da palavra os Senhores Senadores Divaldo Suruagy, Cid Sabóia de Carvalho, Dirceu Carneiro e Almir Gabriel, sugerindo nomes, como representantes das Federações das Indústrias e o Presidente da Eletronorte.

Prosseguindo, o Senador Almir Gabriel sugere à Comissão, que fiquem à disposição dos Senhores Senadores nas reuniões da CPI assessores na área de energia elétrica para que possa necessitar de alguma informação de caráter técnico.

A Presidência acata a sugestão do Senador Almir Gabriel e providenciará para que em todos os depoimentos um assessor esteja presente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação, juntamente com o apanhamento taquigráfico devidamente autorizado pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO), DESTINADA A INVESTIGAR AS CAUSAS DO RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1987, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: **Senador José Agripino**

Vice-Presidente: **Senador Antônio Farias**

Relator: **Senador Jutahy Magalhães**

(Íntegra do apanhamento taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Havendo o número regimental, declaro aberta a reunião. Faremos esta reunião com o objetivo de eleger o Presidente e o Vice-Presidente desta Comissão de Inquérito, que se destina a investigar as consequências econômicas e sociais do racionamento de energia elétrica no Nordeste e outras áreas.

Convido o nobre Senador Dirceu Carneiro a fazer parte da Mesa e, assim, funcionar como escrutinador. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Uma vez terminada a votação, solicito ao nobre Senador Dirceu Carneiro o obséquio de proceder à apuração. Espero que não precisem de fiscais. (Pausa.)

(Procede-se à apuração dos votos)

O SR. PRESIDENTE (Almir Gabriel) — Resultado: para Presidente, José Agripino, com 4 votos, e para Vice-Presidente, Antônio Farias, com 5 votos. Eu os declaro eleitos e convido o nosso Presidente a assumir a presente reunião, ao tempo que o parabeno e formulo votos de que esta Comissão possa proceder da maneira mais patriótica e séria, no sentido de fazer tanto a apuração como conseguir resultados capazes de fazer com que, brevemente, não tenhamos mais razão nenhuma para fazer racionamento nem no Nordeste, nem em outras áreas.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Srs. Senadores, inicialmente desejo agradecer a confiança dos pares, por me terem feito, nesta eleição democrática, Presidente desta CPI; quero agradecer as palavras do Senador Almir Gabriel, que presidiu o processo eleitoral, e dizer que o nosso objetivo é exatamente o de procurar, mesmo entendendo as dificuldades que vamos enfrentar, até de espaço físico, inclusive, porque estamos elaborando a Constituinte, com as subcomissões funcionando, os Senadores presentes à CPI com

dificuldades até de tempo para comparecimento às reuniões que, fatalmente, vamos ter que fazer nesta CPI. Vamos procurar nos desincumbir da melhor maneira possível desta tarefa que nos é conferida.

O que eu desejava, inicialmente, propor era o calendário de reuniões. Eu queria sugerir e submeter à apreciação do plenário 3 reuniões por semana, 2 reuniões por semana ou 1 reunião por semana. Decidimos agora quantas faríamos por semana para que, em função da decisão, já pudéssemos estabelecer um calendário de reuniões e iniciar o processo de convocação das pessoas que terão contribuição indispensável à elucidação da nossa questão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Divaldo Suruagy.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Gostaria de sugerir ao Presidente e aos demais Senadores que, tendo em vista estarmos com uma série de compromissos com o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, com o funcionamento concomitante do Senado, além dos compromissos com as bases que cada Senador possui, de atendê-las e de encaminhar esses pleitos, ficássemos, como sugestão, com uma reunião por semana. É melhor fazermos uma reunião por semana, com o maior número possível de Senadores e onde tenhamos os demais dias para concluir o Relatório ou uma análise daquilo que foi discutido do que fazer duas, três, com a dificuldade — está aqui o Senador Cid Sabóia de Carvalho, para testemunhar os percalços para conseguirmos **quorum** na Subcomissão do Sistema Financeiro. Porque está a exigir, a Constituinte, todo o nosso tempo. Estou dizendo o óbvio, porque todos os Senadores estão vivendo essa mesma dificuldade. Mas a idéia que deixo é esta: uma reunião por semana.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — A sugestão, portanto do Senador Divaldo Suruagy é de uma reunião por semana. (Pausa.)

Com a palavra o nobre Senador Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — São 60 dias o prazo que a Comissão tem.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Já não temos mais 60 dias, porque o prazo começou a correr a partir de 21 de abril. É verdade que podemos, em tempo hábil, solicitar prorrogação. É que ela está instalada com atraso, mas isso não é problema porque podemos pedir prorrogação. Existe apenas uma questão de ordem política — sem interromper V. Ex. — é que não podemos demorar muito tempo com a definição do nosso objetivo.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Creio, então, que o critério que iria determinar o número de reuniões seria, de certo modo, os objetivos a que a Comissão se propusesse. Por exemplo, se for em um prazo de 30 dias, uma reunião por semana, teríamos 4 reuniões.

O SR. DIVALDO SURUAGY — Já quero, então, rever a minha sugestão. Não tinha idéia de que já tínhamos perdido um mês.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — De modo que, então, eu gostaria de lembrar apenas essa dimensão do critério.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Perfeito.

Com a palavra o Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Acho que deveremos aproveitar essa fase, que se inicia na segunda-feira, quando as subcomissões farão a entrega dos relatórios, etc., quando vai haver um pequeno espaço em que teremos um pouco mais de tempo, na próxima semana. Então, poderíamos, na próxima semana, intensificar os trabalhos, fazer uma reunião na quinta, outra na sexta, uma coisa assim, quando teremos um pouco mais de tempo, e vamos marcando reuniões de acordo com a Constituinte.

Quando começar o Plenário da Constituinte, não vamos ter tempo algum.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Está perfeito.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Então, vamos aproveitar agora, segunda-feira, para entregarmos os relatórios, etc... Muita gente irá visitar os seus Estados, porque ninguém vai viajar neste final de semana, porque quase toda a Comissão se reúne no domingo, então, já poderíamos fazer uma reunião na quinta, outra na sexta. E na sexta marcaríamos as reuniões sem delimitar quantas teríamos, aproveitando os espaços, para fazermos o máximo. Minha sugestão é essa, que não tenhamos um número certo de reuniões semanais, porque vamos trabalhar aqui, de acordo com a Constituinte, aproveitando os espaços que forem surgindo.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Está perfeito.

Com a palavra o Senador Almir Gabriel.

O SR. ALMIR GABRIEL — Concorro em que a média por semana deva se manter em torno de duas, pelo menos. Mas acho que o critério que foi apresentado anteriormente é mais flexível e mais interessante, na medida em que a própria evolução da Comissão de Inquérito determine uma aceleração ou uma desaceleração dos seus trabalhos. Acho que como média, duas são suficientes.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Está perfeito. Seguindo as atribuições que me são conferidas, fica designado, desde já, como Relator desta CPI, o Senador Jutahy Magalhães. Quero, inclusive, dizer, que pelas normas vigentes para as CPI, depoimentos podem ser tomados até pelo Presidente e pelo Relator. Claro que esse não é o nosso propósito. Nosso propósito é discutir as questões com aqueles que virão depor. Mas, não há impeditivo de ordem legal ou regimental de que os depoimentos sejam prestados apenas ao Presidente e ao Relator.

Como sugestão pessoal, acho que temos a ouvir, o Ministro das Minas e Energia, o Diretor-Geral do DNAEE, o Presidente da Eletrobrás, o Presidente da Chesf, e não sei, colocaria para julgamento do Plenário, ouvir também, o representante do segmento de consumidores e concessionários de energia elétrica, para ouvir todos os lados; o lado do Governo e o lado do consumidor, com as suas queixas e com as suas sugestões.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Quem mais fez os protestos, quem mais reclamou foi o pessoal de indústria da Nordeste; então, eu sugeriria que todos eles que têm entidade as apresentassem; por nossa vez, chamaríamos as suas Federações.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Federação das Indústrias?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — As Federações de Indústrias que sentiram o prejuízo, que fizeram as denúncias.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Acho que da agricultura, também, Senador, porque há um fato da maior importância, que vai aparecer, que vai ficar transparente no curso dos nossos trabalhos. É que hoje é meta do Governo se desenvolver o maior número de hectares de área irrigada. E vai se irrigar em uma área onde não existe água. Não havendo água, não há geração de energia hidrelétrica. Estamos, portanto, dentro de um contra-senso e é preciso ouvir os segmentos da agricultura, porque se se pretende desenvolver um programa de irrigação, é preciso que se pressuponha um programa de ampliação do fornecimento de energia elétrica.

Acho que até, não sei, quero submeter essa idéia ao Plenário, até o próprio Ministro da Irrigação deveria ser ouvido aqui, para que a nossa CPI tivesse consequência (muito bem!). Verificaríamos as causas e projetarmos o problema para o futuro; porque o Ministro da Irrigação tem informações preciosas a nos dar. E evidentemente essa CPI pode induzir um comportamento de Governo, do MME — Ministério das Minas e Energia — e do próprio Ministério da Irrigação, dentro de um objetivo de Governo.

O SR. ALMIR GABRIEL — Sr. Presidente, gostaria de alertar também para o fato de que, de qualquer maneira, a interligação do sistema Norte-Nordeste e outros impõe que a Eletronorte seja ouvida na medida em que toda a programação de trabalho dela influenciará, sem dúvida nenhuma, nesta articulação. E um dado que me parece importante é o dos industriais, ou outras pessoas ligadas à área, do Sul do Pará, que vivem em situação paradoxal.

Eles tiveram a ligação de todo o sistema elétrico, e como o racionamento foi feito em função do consumo anterior, e como não existia consumo anterior, com isso eles ficaram prejudicados, no momento em que a energia chegava a sua região. De maneira que, eu gostaria que alguém, um Prefeito, alguma pessoa representando essa área fosse convidada, como também o Presidente da Eletronorte.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Foi muito bem lembrado até porque se coloca como solução para a crise a interligação do Sistema Tucuruí com o Sistema Chesf. E para que isso se complete há necessidade de se concluir a obra do link ligando Tucuruí até o Sistema Chesf-Boa Esperança.

O SR. ALMIR GABRIEL — A montagem das turbinas suplementares em Tucuruí tem custo relativamente baixo, segundo se sabe. Então, com investimento relativamente pequeno, se poderá, perfeitamente, suprir as necessidades do Nordeste em um prazo relativamente curto.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Então, como sugestões, para anotarmos e iniciarmos o trabalho de convocação, o Ministro das Minas e Energia, que decidiríamos quando iríamos convocar, se no começo ou no final, o Ministro da Irrigação, o Presidente da Eletrobrás, o Diretor-Geral do DNAEE, o Presidente da Eletronorte, o Presidente da Chesf, creio que devêssemos convidar

presidentes de federação de indústria de um ou outro Estado, e decidiríamos qual, para ouvir a sua opinião e as suas sugestões com relação ao problema.

O SR. ALMIR GABRIEL — E o representante que viria ao Sul do Pará. Eu poderia encarregar-me, depois, de oferecer a V. Ex. dois ou três nomes alternativos que pudessem dar uma representação melhor.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Acho que definido isso, procurarei me entender com o Relator para elaborarmos em conjunto um calendário de reuniões e já programarmos a convocação das primeiras pessoas e nos encarregaremos de entrar em contato, até por telefone, com os membros da CPI, para ajustarmos as datas de melhor conveniência, na média, e a partir daí iniciarmos nossos trabalhos, dentro da sugestão de aproveitar a próxima semana, que é uma semana não muito cheia de trabalho na área da Constituinte, para ver se daríamos um avanço dentro da nossa CPI.

O SR. ALMIR GABRIEL — Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir que procurássemos acumular o maior número de informações exatamente no pessoal que não estaria ligado à Administração Central. Quer dizer, os Ministros seriam os últimos a ser chamados.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Exatamente, concordo inteiramente. Talvez os Ministros devessem ser aqueles que viessem no final, para fechar as informações dos executivos da área.

O SR. ALMIR GABRIEL — Quereria fazer uma sugestão, mas não sei se vai ser possível ser cumprida, mas que me parece necessária. Não sei se aqui no Senado temos assessores nesta área, que viessem atender algumas solicitações nossas. Porque todos os assessores chamados estão junto à Constituinte. Não sei se haveria alguém de fora no Senado, técnico nessa área, para nos orientar, porque eu, pelo menos, não entendo nada de técnico nesse setor. Tenho uma noção genérica da matéria, mas alguma coisa, posso necessitar de alguma informação de caráter técnico. Para um engenheiro é mais fácil raciocinar nesse tema de racionamento, de prejuízo, etc., ou um economista; agora, para o advogado há o aspecto legal. Para mim é muito acessível verificar todos os aspectos legais, etc., mas acho que um assessor técnico nessa área de energia seria muito interessante. E a Comissão poderia requisitar esse assessor para nos atender aqui.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — A sugestão é extremamente válida, e já estou informado pelos Secretários Haroldo Pereira e Cleide, a quem desde já quero agradecer a colaboração que vão emprestar a esta CPI, nos informam que a Casa dispõe de assessoria neste sentido, e vou providenciar para que em todos os depoimentos, esse assessor esteja presente até para fornecer subsídios nas nossas discussões internas.

De modo que, posto isto, acho que estaremos com o objetivo desta primeira reunião completado, com a definição da Previdência, Vice-Presidência e Relatoria da CPI já nas suas funções, definido o critério de reuniões semanais e, em princípio, o roteiro a seguir em termos de convocações para efeito de depoimentos.

Eu me encarregarei, repito, de manter contato com o Relator e, em tempo hábil, me reportar,

por telefone, ou por comunicações a cada um dos Srs. membros da CPI, para combinarmos a data da próxima reunião, na próxima semana.

Dito isto, está encerrada a reunião. Muito obrigado.

2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 1987

Às quinze horas do dia quatro de junho do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na Sala de Reuniões da Comissão de Economia — Ala Senador Nilo Coelho, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 8, de 1987, destinada a investigar as causas do racionamento de energia elétrica e a política para o setor elétrico, presentes os Senhores Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Dirceu Carneiro, Jutahy Magalhães, Mansueto de Lavor, José Agripino, Antônio Farias e João Lobo.

Abertos os trabalhos, o Senador José Agripino, Presidente da Comissão, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior e, em seguida é dada como aprovada.

Logo após, a Presidência agradece a presença do Dr. Dorany de Sá Barreto Sampaio, entendendo que a Sudene é o grande repositório de informações, no que diz respeito à questão hidrológica.

Prosseguindo, usa da palavra o Dr. Dorany de Sá Barreto Sampaio, Superintendente da Sudene, sentindo-se recompensado a prestar contas de seus atos e de atribuições de órgãos que dirige, apresentando a leitura do relatório através de transparências.

Em seguida, na fase interpelatória, usam da palavra os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Relator, João Lobo, Mansueto de Lavor, Dirceu Carneiro, Cid Sabóia de Carvalho e Antônio Farias.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico devidamente autorizado pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, DESTINADA A INVESTIGAR AS CAUSAS DO RACIONAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, REALIZADA EM 4 DE JUNHO DE 1987, COM O DEPOIMENTO DO SENHOR DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO, SUPERINTENDENTE DA SUDENE, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador **José Agripino**
Vice-Presidente: Senador **Antônio Farias**
Relator: Senador **Jutahy Magalhães**
(Integra do Apanhamento Taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Conforme ficou deliberado na reunião de instalação desta CPI, atendendo ao convite formulado por esta Presidência, aqui comparece o Superintendente da Sudene, o Sr. Dorany de Sá Barreto Sampaio, para fazer a sua exposição e, evidentemente, submeter-se às indagações dos Sr. Senadores integrantes desta CPI que objetiva identificar as causas do racionamento de energia elétrica que neste momento aflige o Norte, o Nordeste e algumas regiões do Brasil.

Devo dizer ao Dr. Dorany de Sá Barreto que este plenário deliberou convocá-lo, em primeiro lugar, por entender que a Sudene é o grande repositório de informações de ordem geral da região, no que diz respeito à questão hidrológica, a consumo, aspectos sócio-econômicos etc. Enfim, começamos pela Sudene pelo fato de entender que essa Superintendência é o grande manancial de informações e com a certeza de que a exposição de V. Sr. enriquecerá esta CPI e abrirá caminhos seguros para que possamos apresentar um relatório convincente e conclusivo que tenho como objetivo encontrar solução para o problema que é grave e que se tornará muito mais grave se não dermos a nossa contribuição. Isto posto, tenho a honra de passar a palavra ao Dr. Dorany de Sá Barreto Sampaio, para a sua exposição inicial.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Exmº Sr. Senador José Agripino, Presidente desta Comissão, Srs. Senadores, meus colegas da Sudene:

É com grande respeito e maior honra que compareço perante esta Comissão, e sinto-me até recompensado por esta convocação, porque nada mais agradável ao homem público do que ser convocado a prestar contas de seus atos e de atribuições de órgãos que dirige àqueles que, na mais Alta Casa Legislativa brasileira, representam o povo deste País.

Sentimos a gravidade do momento, a preocupação extrema que têm os Srs. Senadores com o problema que se vai reflexionar decisivamente no futuro da nossa região e que requer, por isso mesmo, este exame que, tenho certeza, está sendo feito com a maior acuidade e que terá a extensão e a profundidade necessárias a indicar às autoridades governamentais aquelas providências que possam fazer reverter esse quadro mais que preocupante. É um quadro que se afiguraria até de certo desencanto para nós, nordestinos, em face, não diria de fenômenos que ultimamente pudessem ter-nos feito chegar a essa situação, mas já de uma posição bastante antiga de desvantagem da nossa região, de tratamento injusto e inadequado aos seus reclamos e de enfrentamento dos seus problemas.

Trago a esta comissão considerações distribuídas em oito breves capítulos, pedindo antecipadamente escusas se me tornar extenso, mas a medida da extensão equivale exatamente à medida da consideração devida ao alto interesse que preside e à extraordinária importância da finalidade das conclusões que deverão emanar do trabalho de V. Exª

Passo, portanto, à leitura do relatório e das observações que me incumbem fazer, para exatamente dar cabal cumprimento à convocação que me traz até aqui.

1 — Introdução:

O Governo Federal reconhecendo que a disponibilidade de energia elétrica era fundamental para o processo de desenvolvimento regional, instituiu a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) que, com o conseqüente funcionamento da 1ª Usina de Paulo Afonso, em janeiro de 1955, constituiu-se em uma realização de extraordinário alcance para a solução do problema energético do Nordeste.

O Nordeste, na ocasião, apresentava extremamente baixos de energia elétrica, com uma produ-

ção "per capita" de 45 kwh/ano, correspondendo, apenas a 14% da registrada no País. Vale salientar que o consumo "per capita" era da ordem de 12 (doze) kwh/hab/ano, representando apenas 6,2 da média brasileira. Essa insuficiente oferta de energia contribuía para o asfíxiamento da economia regional.

Outra medida de ordem institucional adotada pelo governo, foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em dezembro de 1959, cuja ação, no setor energético consistiu em fixar maior prioridade aos investimentos destinados à sua ampliação, visando dotar o Nordeste de uma infra-estrutura adequada ao processo de desenvolvimento econômico pretendido.

Neste sentido, promoveu em seus Planos Diretores a execução de programas com o objetivo de elevar a oferta de energia, de modo a suprir as necessidades básicas da Região, através do aumento da capacidade geradora instalada e da ampliação dos sistemas de transmissão e de redes de distribuição.

Até o IV Plano Diretor, coube à Sudene o planejamento, a coordenação e a fiscalização das diretrizes e programas de desenvolvimento do Nordeste, apesar de em 1964 ter perdido a vinculação direta à Presidência da República.

Referido plano, em 1972 foi substituído pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento, que transferiu, assim, para o Ministério do Planejamento as responsabilidades e decisões sobre os planos de desenvolvimento regionais, perdendo, ainda, a Sudene o poder legal de coordenação sobre os recursos e organismos públicos localizados na Região.

Seguiram-se ao I Plano Nacional de Desenvolvimento o II e III Planos, que abrangeram os períodos de 1975/79 e 1980/85, respectivamente. Mantiveram a política de elevar a oferta de energia para suprir as necessidades básicas da Região, desvinculando, entretanto, a Sudene dos principais programas e estabelecendo a aplicação direta dos recursos pelos órgãos setoriais.

Diante desse quadro e considerando as profundas modificações de comportamento do setor energético em decorrência da crise do petróleo a Sudene vem orientando a aplicação de seus recursos, limitados aos dividendos oriundos de sua participação acionária nas concessionárias de energia da região e da CHESF, em programas e projetos de fontes alternativas de energia e energização rural.

No ano de 1985, pretendeu a Sudene a retomada de sua posição de condutora do processo de desenvolvimento regional através do I Plano de Desenvolvimento do Nordeste na Nova República (IPDN-NR), que se encerrou na elaboração apenas do documento "Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste".

2 — Evolução da Política da Sudene para o setor:

— Diretrizes dos Planos de Desenvolvimento

— I Plano-Diretor (1960-62)

Reconhecendo que o setor de energia era fundamental para o processo de desenvolvimento regional, a política adotada pela Sudene aos investimentos relativos ao Setor, obedeceu as seguintes diretrizes:

— Elevar a oferta de energia elétrica do Nordeste, pelo maior aproveitamento do potencial hi-

dráulico do submédio São Francisco, e instalação de usinas térmicas.

— Suprir novas áreas pela expansão das linhas de transmissão e rede de distribuição de energia elétrica.

— II Plano Diretor (1963-65)

O II Plano Diretor continuou dando ênfase à preocupação de elevar a oferta de energia, além de introduzir medidas de tipo institucional, como a criação da campanha hidrelétrica da Boa Esperança (COHEBE), objetivando promover o aproveitamento hidráulico do rio Parnaíba, de modo a permitir a atendimento das necessidades energéticas de extensas áreas do Maranhão, Piauí, Ceará e a criação da Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste (CERNE), visando desenvolver um programa especial de eletrificação de pequenas e médias comunidades.

— III Plano Diretor (1966-68)

Manteve a orientação quanto à elevação da oferta de energia, ressaltando a necessidade de promover a instalação de usinas de ponta, do tipo reversível e a realização de estudos para aproveitamento de novas fontes de energia.

Foram consignados investimentos para a construção da hidroelétrica de Boa Esperança e implantação de obras de eletrificação rural.

— IV Plano Diretor (1969-73)

A quarta etapa do Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste ressaltava a necessidade de elevação rápida da oferta de energia elétrica, como insumo básico das indústrias pesadas que vinham sendo implantadas em número e importância crescentes, no caminho do desenvolvimento econômico da Região.

Assim, a programação para o setor dava ênfase ao aumento da capacidade geradora do complexo de Paulo Afonso e de Boa Esperança, prevendo ainda, a ampliação do Sistema de Transmissão, construção e reformas na rede de distribuição, bem como obras de eletricidade rural.

I — Plano de Desenvolvimento do Nordeste (1972-74)

O I PDN foi elaborado como parte integrante do I Plano Nacional de Desenvolvimento, atendendo à sistemática do Ato Complementar nº 43, que criou o Sistema Nacional de Planejamento. Como consequência, o IV Plano Diretor foi substituído, a partir de 1972.

Embora conservando sua natureza essencialmente regional, o I PDN distinguiu-se dos planos anteriores, face à ênfase dada aos relacionamentos econômicos do Nordeste com as demais regiões do País e à própria Política Nacional de Desenvolvimento, ao tempo de reuniu a programação do setor público, nos níveis federal e estadual, e a programação da quase totalidade dos investimentos privados para a indústria, na Região.

A programação para o setor de energia previa investimentos para a ampliação da capacidade de geração e transmissão de energia elétrica nas Usinas Paulo Afonso III e IV, Boa Esperança e Sobradinho e a construção de linhas de transmissão nos sistemas CHESF/COHEBE e empresas distribuidoras estaduais.

II — Plano de Desenvolvimento do Nordeste (1975-79)

As ações para o setor de energia foram orientadas no sentido de intensificar os estudos e execu-

tar projetos de aproveitamento do potencial energético da região, visando o aumento da geração de energia hidroelétrica através da construção das Usinas de Moxotó, Paulo Afonso IV, Sobradinho, Xingó e Boa Esperança.

Prevvia, ainda, investimentos para construção de obras do sistema de transmissão e eletrificação rural, além de sugerir o desencadeamento de estudos e pesquisas sobre o aproveitamento de novas fontes de energia.

III — Plano de Desenvolvimento do Nordeste (1980-85)

A partir de 1980, o Governo Federal estabeleceu o III PDN, as principais indicações de política energética, que consistem basicamente na substituição das importações de energia primária (petróleo e carvão mineral), e no estabelecimento de um novo modelo energético sem dependências externas.

As ações da SUDENE foram orientadas no sentido de evitar estrangulamentos nas atividades produtivas, bem como propiciar condições de ampliação das atividades econômicas.

I — Plano de Desenvolvimento do Nordeste na Nova República (I PDN-NR)

O documento "Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste" estabeleceu como diretrizes de política para o setor energético:

- ampliação da infra-estrutura energética no meio rural;
- atuação sobre os pontos de estrangulamento do sistema hidrelétrico;
- o uso de fontes alternativas regionais;
- conservação de energia como elemento de racionalização do consumo; e
- desenvolvimento de um sistema de planejamento energético regional que estabeleça diretrizes e ações para o setor.

3 — Retrospectiva e situação atual.

No ano de 1962, em que começou praticamente a ação da SUDENE, a potência elétrica instalada nacional era de 6.729 mW, dos quais 365 mW, isto é, 5,4%, funcionavam no Nordeste.

Logo, a agência tratou de expandir a produção e o consumo da energia, não só como bem de consumo direto da população, pela construção de redes de distribuição nos mais remotos pontos do território nordestino, como também como fator de produção, nas zonas urbanas como nas rurais.

De conformidade com o plano de eletrificação no Nordeste constante do I Plano Diretor, foi construída a 2ª Casa de Máquinas de Paulo Afonso e instaladas duas unidades geradoras, passando a potência instalada da CHESF de 180 para 310 mW.

Durante a execução do II, III e IV Planos Diretores, no período 1963 a 1972, a potência instalada em Paulo Afonso foi elevada para 1.205 mW, o que significa um aumento de 288%, gerando energia elétrica que permitiu o atendimento da demanda até então reprimida e ainda serviu de indutora para a industrialização que eclodiu naquele período.

Por outro lado, diversas usinas termelétricas foram instaladas, provisoriamente, para o suprimento de algumas capitais e cidades de porte médio, usinas essas posteriormente desativadas, à medida em que foram sendo atendidas pelas da CHESF e da COHEBE, existindo ainda instalados 432,5 mW, nas usinas de Camaçari (BA), consumindo gás do Recôncavo e do Bongí (PE), como

eventual usina de ponta, já que a recomendada Usina Hidroelétrica reversível de Primavera não foi ainda construída nos termos da postulação técnica do Departamento de Energia da SUDENE.

O somatório de esforços concentrados pelo setor de energia regional se manifestou, basicamente, na ampliação do complexo gerador de Paulo Afonso e na construção das hidroelétricas de Boa Esperança, Funil, Bananeiras, Araras, Curemas e Piloto, num total de 1.680 mW instalados até 1974.

Seguiram-se, agora, a vigência dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, praticamente sem a participação da SUDENE, a conclusão da Usina de Moxotó, com 440 mW, assim como a de Barragem de Sobradinho, que vem operando, desde 1982, com 1.050 mW.

Houve um retardamento na ampliação da Usina de Boa Esperança, bem como na construção de Xingó, cuja capacidade nominal instalada acrescentará ao sistema cerca de 5.126 mW. A Usina de Paulo Afonso IV vem operando desde 1983 com uma capacidade nominal instalada de 2.460 mW, daí, portanto, se faz necessário a entrada em operação, no início do exercício de 1988, da Usina de Itaparica, que com suas dez turbinas, contribuirá com 2.500 mW para o sistema CHESF.

Aproveitamentos hidrelétricos com potências menores que 2.000 mW estão atualmente incluídos no Plano de Expansão da CHESF, em fases diversas de estudos, como por exemplo, o de Orocó com 600 mW, Ibó com 500 mW e Pão-de-Açúcar com 330 mW.

Em síntese, durante os últimos vinte e sete anos houve consideráveis progressos do setor de energia regional.

Quanto à potência elétrica geradora na região, ocorreu um crescimento de 1.564%, sendo que a nossa participação no parque gerador nacional é de 14%, isto é, dos 43.000 mW instalados no País, 6.077 mW estão no Nordeste.

Quanto à produção de energia elétrica, verificou-se um aumento de 2.615%, vez que foram produzidos, em 1985, 23.823.000 mWh, enquanto que em 1960 foram gerados 874.588 mWh, ao mesmo tempo que subiu a participação regional de 4,9% para 13,1% do total nacional.

Quanto ao sistema de transmissão de energia elétrica, temos, desde 1985, cerca de 12.300 km de linhas de transmissão nas tensões de 500 kV, 230 kV, 138 kV e 69 kV, os quais foram construídos, na sua maior parte, com a interveniência da SUDENE.

Quanto ao sistema de distribuição de energia elétrica, foram implantadas ou reformadas as redes de distribuição de todas as capitais dos Estados da Região e de cerca de 1.065 outras sedes municipais, do total de 1.417 existentes em 1973.

Quanto à eletrificação rural foram energizadas até 1984 aproximadamente 95.000 propriedades e implantadas cerca de 83.000 km de linhas de distribuição rural.

Quanto ao consumo global da Região, houve um crescimento à taxa de aproximadamente 15% ao ano, passando dos 806.998 mWh em 1960 para aproximadamente 24.197.000 mWh em 1985, incluindo-se o fornecimento da Eletronorte.

Quanto ao consumo *per capita* no Nordeste, registrou-se, no período 1959-1985, um cresci-

mento de 1.396%, evoluindo de 45 para 673 kWh/hab./ano.

Todas essas expansões ocorridas no setor de energia regional participaram de uma causação circular com relevantes fatos sociais, dos quais distinguimos:

Maior ativação econômica global expressa pela taxa acumulativa de 7,8% a.a. do Produto Interno Bruto;

Modificação da estrutura setorial da região, de uma predominância secular do setor primário para a dominância dos setores secundário e terciário, notadamente do secundário. Com efeito, o setor industrial se constitui no maior consumidor no Nordeste, num consumo que cresceu a 16,8% a.a. de 338.624, em 1960, para 14.173.000 mWh, em 1985, correspondente a 59% do consumo total regional.

Alteração da distribuição da população sobre o território pelo processo intensivo de urbanização, já que se sabe que a população urbana consome mais energia do que a rural.

— Aquisição de novos hábitos no seio da população, com referência à conservação de alimentos pelo frio, à preparação de alimentos, à climatização de ambientes e ao uso de aparelhos eletrônicos de som e de imagem.

A partir de 1968, mediante proposição da SUDENE junto ao Ministério das Minas e Energia, as tarifas da CHESF foram uniformizadas em todo o Nordeste.

Vale ressaltar que o Parque Gerador do Nordeste é constituído na sua quase totalidade, pelo Sistema CHESF, atingindo uma capacidade nominal de 6.074 MW, sendo 5.641 MW de origem hidráulica e 433 MW de fonte térmica. É bom lembrar que a CHESF cobre a área da Bahia ao Piauí, enquanto o Estado do Maranhão é servido pela ELETRONORTE, com energia vindo de Tucuruí.

No Quadro 3.1 é destacada a capacidade geradora mundial instalada das usinas hidro e termelétricas em operação que compõem o Sistema da CHESF, bem como suas contribuições (%) para

total da Região. São ao todo nove hidrelétricas, merecendo destaque o conjunto de Paulo Afonso com 3.984 MW e duas termelétricas, Bongi (PE) e Camaçari (BA) que podem atingir 432,5 MW de capacidade geradora.

A Eletrificação Rural merece particular atenção da SUDENE, que, por meio de termos de Compromisso, autorizou as empresas em que esta Autarquia participa do capital social, a aplicar seus dividendos na implantação ou na ampliação dos sistemas eletro-rurais.

Para sistematizar os diferentes programas estaduais de Eletrificação Rural, providenciou a SUDENE a elaboração do 1º Plano de Eletrificação Rural para o Nordeste, diferindo prioridade segundo a perspectiva desenvolvimentista. Mais ainda, dando coerência ao seu posicionamento favorável à Eletrificação Rural, a SUDENE a coloca em posição relevante em seus Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado.

QUADRO 3.1
Capacidade de Geração do Sistema CHESF

Usinas em operação	Capacidade geradora nominal instalada		Localização da usina	
	KW	Participação Percentual(%)	Municípios	Estados
A — HIDRELÉTRICAS				
1. Paulo Afonso	3,984,000	65.59	Paulo Afonso	BA
1.1. P.A. I	100,000	2.96	Paulo Afonso	BA
1.2. P.A. II	480,000	7.90	Paulo Afonso	BA
1.3. P.A. III	864,000	14.23	Paulo Afonso	BA
1.4. P.A. IV	2,460,000	40.50	Paulo Afonso	BA
2. Sobradinho	1,050,000	17.29	Juazeiro	BA
3. Apolônio Sales	440,000	7.24	Delmiro Gouveia	AL
4. Boa Esperança	108,000	1.78	Guadalupe	PI
5. Funil	30,000	0.49	Ubatuba	BA
6. Pedra	20,000	0.33	Jequié	BA
7. Araras	4,000	0.07	Reriutaba	CE
8. Curemas	3,520	0.06	Curemas	PB
9. Piloto	2,000	0.03	Paulo Afonso	BA
TOTAL PARCIAL	5,641,520	92.88		
B — TERMELÉTRICAS				
1. Camaçari	290,000	4.77	Camaçari	BA
2. Bongi	142,000	2.35	Recife	PE
TOTAL PARCIAL	432,500	7.12		
TOTAL GERAL	6,074,020	100.00		

Toma-se importante, na análise do Setor Energético, verificar a estrutura do mercado regional, observando o consumo das várias classes de utilização, conforme quadros 3.2 a 3.4 a seguir:

QUADRO 3.2
Consumo de energia = 1986
(Região Nordeste) (*)

Classe de consumidor	(%)	GWh
— Industrial (*)	57	13.732
— Residencial	19	4.577
— Comercial	11	2.650
— Rural	2	481
— Iluminação pública e poderes públicos	8	1.927
— Serviços públicos	3	723
	100	24.090

(*) Inclui as 12 (doze) empresas atendidas em 230 KV e que representam cerca de 40% do consumo industrial, ainda representa 20% do consumo total das diversas classes consumidoras.

(*) Sistema CHESF — (O Maranhão é servido pela Eletronorte)

QUADRO 3.3
Participação dos Estados
no consumo regional (*)

Estado	consumo % cons. total	% cons. industrial
Piauí	2,2	0,5
Ceará	9,9	5,4
Rio Gr. do Norte	3,8	2,2
Paraíba	4,4	2,6
Pernambuco	21,8	20,2
Alagoas	9,2	11,2
Sergipe	4,2	4,3
Bahia	44,5	53,6
	100,0	100,0

(*) Sistema CHESF: (O Maranhão é servido pela Eletronorte)

QUADRO 3.4
Participação do consumo industrial no consumo total (GWh)
Ano 1986 (*)

Estados	Industrial			Outros consumos	Total GWh
	230 KV	Até 138 KV	Total		
Piauí	—	100	100	667	757
Ceará	—	830	830	1.835	2.665
Rio Grande do Norte	—	390	390	762	1.152
Paraíba	—	386	386	713	1.099
Pernambuco	2.000	2.840	3.040	2.548	5.588
Alagoas	940	554	1.494	590	2.084
Sergipe	166	634	800	512	1.312
Bahia	3.464	3.226	6.690	2.743	9.433
TOTAL	4.770	8.960	13.730	10.360	24.090

(*) Sistema CHESF — (O Maranhão é servido pela Eletronorte)

Dos quadros apresentados, cabemos proceder às seguintes observações:

1 — O consumo industrial é superior a 50% de todo o consumo regional.

2 — Apenas 12 empresas atendidas em 230KV, é responsável por 40% do consumo industrial e aproximadamente 20% do consumo total.

3 — O Estado do Piauí participa com 2,2% do consumo regional e 0,5% do consumo industrial, enquanto a Bahia detém os maiores índices, 44,5% e 53,6%, respectivamente.

— Programação desenvolvida: Fontes Alternativas

De conformidade com a política energética estabelecida pelo Governo Federal que consiste basicamente na substituição das importações de energia primária e no estabelecimento de um novo modelo energético sem dependências externas, a Sudene vem intensificando as pesquisas de outras fontes de energia, bem como estabelecendo prioridade aos estudos e projetos que permitam identificar os recursos energéticos existentes, a nível regional, no sentido de ampliar suas atividades produtivas, possibilitando a geração de novos empregos e, conseqüentemente, melhores condições de vida.

Dentro desta perspectiva, as ações desenvolvidas pela Sudene no campo das fontes não convencionais de energia voltaram-se para o uso do gás natural, energia solar, eólica e da biomassa:

Gás natural:

O gás natural nos últimos anos apresentou um desenvolvimento bastante significativo, tendo sua participação no consumo total de fontes primárias, conforme Balanço Energético Nacional de 1985, evoluído de 0,3% em 1973 para 1,6% em

1984, com uma taxa média de crescimento de 23,3% ao ano.

As reservas de gás vêm crescendo em termos bastante expressivos. Em 1985, as reservas nacionais eram da ordem de 87 bilhões de m³, enquanto que as reservas de gás da Região Nordeste situavam-se em torno de 46 bilhões de m³.

Vale ressaltar que novas descobertas foram efetivadas recentemente no Alto Amazonas (Juruá) bem como na Bacia de Campos (RJ) aumentando consideravelmente as reservas disponíveis no País.

No Nordeste, destacam-se como produtores do gás natural, os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia. Atualmente, encontram-se em fase de estudos e/ou projetos, a construção de redes de gasodutos, objetivando o aproveitamento do gás produzido, ligando os campos localizados na Plataforma Continental, bem como diversos sistemas de distribuição, inclusive gasodutos que atendam a centros de consumo, entre os quais destacando-se:

— Gasoduto Campos de Xaréu e Curimã à Fortaleza, com cerca de 107 km;

— Gasoduto Guimarães (RN) à Cidade de Cabo (PE) com cerca de 420 km de extensão e aproximadamente 100 km de ramais;

— Em análise a ampliação do sistema de gasoduto de Furado (AL) à Atalaia (SE), com o objetivo de garantir os atuais fornecimentos às indústrias baianas, encontrando-se em andamento ainda a ampliação do sistema de compressão do Núcleo de Atalaia. Além do volume de gás produzido, o Estado da Bahia recebe de Alagoas e Sergipe cerca de 655.000 m³/dia como complemento de suas necessidades, devendo esse volume elevar-se para cerca de 1.725.000 m³/dia, a partir de 1988.

Vale ainda salientar que recentemente a Presidência da República aprovou proposta da Comissão Nacional de Energia (CNE) instituindo o Plano Nacional do Gás, objetivando elevar a produção deste energético de 15,7 milhões de m³/dia em 1986 para 32 milhões de m³/dia em 1991 e 50 milhões de m³/dia em 1995, volume esse que corresponde a 310.000 barris diários de petróleo, a metade de produção atual do País.

A Sudene dentro das prioridades definidas pelo Conselho Nacional do Petróleo (CNP), vem promovendo a realização de estudos visando a utilização do gás natural nos setores: industrial, comercial, residencial, institucional e de transporte.

Energia Solar:

Destacamos a implantação de cerca de 420 m² de área de captação solar em edificações pertencentes ao Poder Público, utilizados para aquecimento d'água a baixas temperaturas.

Objetivando o atendimento de pequenas irrigações, em propriedades rurais, foram instalados painéis de células fotovoltaicas, com potência média de 600 Watts pico.

As vantagens apresentadas pela utilização de células fotovoltaicas, constituem-se pelo fato de que as mesmas convertem a energia solar diretamente em energia elétrica, onde o Nordeste é bem dotado, pois dispõe de um alto índice de radiação (em torno de 0,7 kw/m²).

Energia eólica:

Visando aprofundar as pesquisas em desenvolvimento na região, foi instalado um "Banco de Testes para Turbinas Eólicas", na IFPB — Campina Grande, objetivando efetuar medições de "performances" em aerogeradores de eixo horizontal e vertical. Para tanto, a Sudene adquiriu uma máquina de eixo horizontal suíça com potência de 8/10 kW., para fins de teste e aprimoramento tecnológico do setor.

Energia da biomassa:

Considerando a complexidade do Programa do Alcool, tendo em vista duas repercussões a nível nacional, como sejam, a crise energética, estrutura agrária, posse e uso da terra, dependência tecnológica, dívida externa e balanço de pagamento, efeitos ecológicos etc., a Sudene vem desenvolvendo projetos objetivando diagnosticar os efeitos da produção, distribuição, uso do álcool e seus derivados, propondo medidas preventivas e/ou corretivas.

Dando continuidade ao referido projeto, foi implantado um Centro de Tecnologia do Alcool no Nordeste, tendo como principal objetivo estudar, analisar e definir soluções mais viáveis para utilização dos subprodutos da fabricação do álcool, desenvolver novas tecnologias de fermentação, bem como capacitar técnicos da região, visando assim oferecer subsídios à política de utilização do álcool, como substituto para alguns derivados do petróleo.

Com respeito aos subprodutos do álcool, foi elaborado estudo completo da disponibilidade e usos de bagaço de cana, como matéria-prima na indústria e/ou energético na substituição do óleo combustível para produção de vapor.

Para tanto, extenso programa vem sendo desenvolvido, cujas ações básicas constituem-se em:

a) identificação das indústrias consumidoras de óleo combustível, bem como suas localizações espaciais;

b) selecionar as indústrias que prioritariamente poderão efetuar a substituição de óleo pelo bagaço;

c) apresentação de um Plano de Trabalho para utilização do bagaço em substituição ao óleo combustível; e

d) matriz insumo/produto de custos de produção, transporte, beneficiamento, estocagem e equipamento de queima.

Elaboração de um estudo para tratamento dos resíduos poluentes no setor industrial, ligado ao setor energético, visando principalmente indicar alternativas, objetivando solucionar os problemas advindos do aumento da poluição ambiental, ocasionados pelas grandes descargas de vinhotos dos rios e estuário dos Estados da região.

Outras realizações:

A Sudene vem desenvolvendo uma política de ações para o setor de energia, estabelecendo prioridades aos projetos e pesquisas que permitam uma avaliação dos recursos energéticos existentes, até a variação de seu consumo.

A partir deles, poder-se-á identificar a estrutura energética regional capaz de propiciar melhores condições tecnológicas nas explorações agropecuárias com reflexos nos níveis de produção, produtividade e padrões de vida das populações do campo, permitindo identificar se a trajetória percorrida foi ou não a mais adequada.

Dentro desse enfoque, poderemos tomar como parâmetros básicos:

1 — Fortalecer a integração do Nordeste no processo de desenvolvimento nacional.

2 — Maior participação da população na distribuição da rede interna.

3 — Elevar os padrões sócio-econômicos da população da região.

4 — Ampliar a oferta de emprego.

5 — Reduzir os fluxos migratórios internos e inter-regionais.

6 — Introduzir a dimensão social no Planejamento Energético.

Dentro dessa linha de ação, e conjuntamente com o Ministério das Minas e Energia, vêm sendo implementados os Balanços Energéticos Estaduais, tendo como principal objetivo a identificação das potencialidades energéticas existentes e suas disponibilidades na Região Nordeste. Em seguida, estudos estão sendo desenvolvidos para as possíveis substituições dos energéticos derivados do petróleo pelos de origens nacionais.

Ainda no mesmo campo de ação, estudos estão sendo realizados para identificação de pequenas quedas d'água, objetivando a construção de pequenas centrais hidrelétricas para fins de geração de energia e irrigação.

A Sudene elaborou, em 1984, um estudo objetivando, a curto e médio prazo, o estabelecimento de uma "Política Energética Emergencial para o Nordeste".

O referido estudo contém diversas opções, no sentido de atenuar as dificuldades, caso haja uma redução na oferta de petróleo.

Ainda no campo do aproveitamento das fontes de energia não convencional foram desenvolvidas pesquisas, utilizando as ondas do mar para geração de energia elétrica.

Referido trabalho foi concluído, acreditando-se que seu aproveitamento venha ser viabilizado em um horizonte mais distante, tendo em vista que o processo ainda carece de grandes aperfeiçoamentos tecnológicos.

A Sudene vem ainda realizando um programa de conservação de energia no setor industrial, visando a obtenção de maiores disponibilidades de energia, através de medidas que promovam uma racionalização da demanda, procurando, ainda, fomentar a busca de fontes alternativas para suprimento do setor e o uso de tecnologias de produção poupadoras de energia.

5. Perspectivas de Desenvolvimento do Setor:

As expectativas de consumo de energia elétrica no Nordeste, nos próximos dez anos, prevêem um crescimento médio de 9% ao ano, já incluídas, inclusive, as possibilidades de substituição de derivados de petróleo por energia hidroeétrica, em consonância com a atual política governamental.

Para atender a este crescimento, a Chesf constrói hoje a Hidroelétrica de Itaparica, no rio São Francisco. Esta obra foi iniciada em 1981 e sua entrada em operação deverá ocorrer a partir de março de 1988, com uma potência inicial instalada de 1.500 mW, e, numa segunda etapa, mais 1.000 mW, perfazendo-se, assim, uma potência instalada final de 2.500 mW. Esta usina, entretanto, não será suficiente para atender às necessidades do mercado consumidor dos próximos dez anos. Para tanto, outro aproveitamento terá sua construção iniciada ainda este ano — a Hidroelétrica de Xingó, com potência instalada de 3.000 mW, na sua 1ª etapa. Até chegar a sua motorização final de 8.000 mW, Xingó terá mais duas

etapas: a primeira delas com a instalação de 2.000 mW, e a última, os restante 3.000 mW. Sua operação é necessária ser iniciada em 1993 (Quadro 5.1).

Além destas Usinas, a Chesf está providenciando a motorização do aproveitamento de Pedra do Cavalo, no rio Paraguaçu, na — Bahia (600 mW), que, na sua primeira etapa, contará com duas máquinas de 150 mW cada, para operação em dezembro de 1991 e abril de 1992. Encontra-se ainda em ampliação a UHE de Boa Esperança, através da instalação de duas unidades de 63 mW cada, que entrarão em funcionamento em junho e dezembro de 1990. Esta última, embora de porte relativamente pequeno, apresenta grande importância para o atendimento aos Estados do Ceará e Piauí. Ressalte-se que esta programação de obras é resultante de estudos em que são considerados não só as necessidades de disponibilidades do sistema Chesf, mas também as necessidades e disponibilidades da região tocantina da Eletronorte, à qual a Chesf está interligada. Assim, foi essencial para o suprimento do Nordeste a entrada em operação da Usina de Tucuruí, que, além de atender de imediato ao mercado da região tocantina, possibilita a exportação de energia para atender ao crescimento do mercado da região Nordeste.

Vale salientar que, uma vez esgotada a capacidade de utilização dos recursos hídricos para geração de energia no Nordeste, a opção viável será o incremento da articulação com o Norte do País através da Eletronorte, tendo em vista o enorme potencial hídrico situado naquela região.

Para viabilizar esta programação até 1990, será necessário um aporte de recursos da ordem de 2,8 bilhões de dólares, conforme orçamento de investimentos constantes do programa de Recuperação Setorial apresentado pela Chesf (Quadro 5.2), de cujo quadro disponho aqui e que será o cronograma de desembolso necessário para o cumprimento do cronograma físico das obras.

QUADRO 5.1
POTENCIAL HIDROELÉTRICO DO RIO SÃO FRANCISCO
REGIÃO NORDESTE
1981-APRIL-1988

USINAS	NÚMERO DE UNIDADES	CAPACIDADE NO TOTAL DE CADA USINA (MW)	CAPACIDADE INSTALADA ATÉ 1983 (MW)	CAPACIDADE A SER INSTALADA EM (MW)							
				1985		1986		1987		1988	
				PREVISTA	ACUMULADA	PREVISTA	ACUMULADA	PREVISTA	ACUMULADA	PREVISTA	ACUMULADA
				TA	TA	TA	TA	TA	TA	TA	TA
PAULO AFONSO I	3 x	60,0 =	180,0	180,0	180,0	180,0	180,0	180,0	180,0	180,0	180,0
PAULO AFONSO II (a)	3 x	75,0 =	225,0	225,0	225,0	225,0	225,0	225,0	225,0	225,0	225,0
PAULO AFONSO II (b)	3 x	85,0 =	255,0	255,0	255,0	255,0	255,0	255,0	255,0	255,0	255,0
PAULO AFONSO III	4 x	218,0 =	864,0	864,0	864,0	864,0	864,0	864,0	864,0	864,0	864,0
PAULO AFONSO IV	6 x	410,0 =	2.460,0	2.460,0	2.460,0	2.460,0	2.460,0	2.460,0	2.460,0	2.460,0	2.460,0
APOLÔNIO SALES	4 x	110,0 =	440,0	440,0	440,0	440,0	440,0	440,0	440,0	440,0	440,0
PILOTO	1 x	2,0 =	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
SERRA PINHO	8 x	175,0 =	1.050,0	1.050,0	1.050,0	1.050,0	1.050,0	1.050,0	1.050,0	1.050,0	1.050,0
ITAPARICA (*)	10 x	250,0 =	2.500,0					1.000,0	1.000,0	1.000,0	1.500,0
XINGÓ (*)	10 x	800,0 =	8.000,0							8.000,0	8.000,0
PEDRA DO CAVALO	4 x	150,0 =	600,0							600,0	600,0
PARA DE AÇÓCAR	3 x	110,0 =	330,0							330,0	330,0
FURNIL	3 x	10,0 =	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0
				8.806,0	8.806,0	8.806,0	8.806,0	1.000,0	8.506,0	7.430,0	13.936,0

FONTE: RELATÓRIO DA CHESF - 1983

QUADRO 5.2

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO SETORIAL ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO					PREÇOS DE JUNHO 1986 VALORES EM MILHÕES DE Cz\$
PROGRAMA/PROJETO	1987	1988	1989	1990	TOTAL GERAL
1- GERAÇÃO	4.863,6	4.744,1	5.888,3	7.806,7	23.302,7
1.1- UHE ITAPARICA	2.976,6	1.910,4	656,6	132,8	5.676,4
1.2- UHE XINGÓ	1.043,6	2.037,9	4.113,7	6.636,2	13.831,4
1.3- UHE BOA ESPERANÇA	187,1	107,2	102,8	4,0	401,1
1.4- UHE PEDRA DO CAVALO	371,2	434,9	824,1	911,1	2.541,3
1.5- OUTROS	285,1	253,7	191,1	122,6	852,5
2- TRANSMISSÃO	3.009,2	3.787,0	3.318,5	2.783,0	12.897,7
3- INSTALAÇÕES GERAIS	576,9	660,8	457,6	498,8	2.194,1
TOTAIS	8.449,7	9.191,9	9.664,4	11.088,5	38.394,5
EQUIVALENTE DE MILHÕES DE DÓLARES CÂMBIO US\$ 1,00 = Cz\$ 13,84					
TOTAIS	610,5	664,2	698,3	801,2	2.774,2

FONTE: CHESF

6 — Distribuição das Chuvas na Bacia do rio São Francisco:

O regime pluviométrico da bacia do rio São Francisco, na área dos Estados de Minas Gerais e Bahia, abrange o semestre outubro/março.

Nesse semestre, as maiores chuvas ocorrem geralmente no trimestre dezembro/fevereiro.

No último período, verificou-se que as chuvas tiveram seu início de acordo com o previsto, ocorrendo grandes totais pluviométricos no mês de dezembro.

Já em janeiro, as chuvas bruscamente sofreram um declínio acentuado, chegando em algumas localidades, como Montes Claros, a registrar um total mensal equivalente a 40% da média para o mês.

Esse declínio se estendeu até o mês de março, que, em alguns pontos da região, apresentou uma tendência de recuperação. De maneira geral, o quadro pluviométrico é bastante deficitário, pois justamente no trimestre mais chuvoso (dezembro/fevereiro) não se verificou, em nenhuma localidade, uma concentração de chuva que se aproximasse do valor esperado (média mensal).

Desta forma, é de se prever que a situação tenda a permanecer estável, pois nessa época do ano pouca possibilidade existe de formações de nuvens capazes de provocar chuvas de grandes intensidades.

7 — Racionamento de Energia Elétrica:

Desde que foi anunciada a possibilidade de racionamento de energia elétrica no Nordeste, abriu-se uma série de debates envolvendo lideranças políticas, sociedade civil, governo e povo de uma maneira geral, a fim de se encontrar medidas para solucionar o problema que se evidenciava como um colapso na economia nordestina.

A decisão sobre o racionamento foi efetivada através da Portaria MME-13/87, de 13-1-87, estabelecendo um corte no consumo de 15%, o equivalente a uma redução de cerca de 570 MW médios na oferta de energia da Região Nordeste.

No intuito de efetuar uma avaliação inicial dos efeitos da Portaria e das tendências de agravamento do corte estabelecido, foram apresentadas muitas considerações sobre o assunto, observados aspectos da oferta e demanda de energia, visando estabilizar a crise que se configurava.

É prudente registrar as dificuldades para a plena utilização das Termelétricas do Bongi e Camaçari: a do Bongi, com cinco unidades geradoras de 28,5 MW, das quais duas sem previsão de funcionamento por problemas de peças de reposição, enquanto que a de Camaçari com cinco unidades de 58 MW, das quais apenas quatro poderão funcionar a médio prazo.

Tal dependência do Sistema Hidrelétrico da Chesf e as condições hidrológicas desfavoráveis

no rio São Francisco fizeram com que se sentisse como da maior gravidade o atraso na conclusão da Usina Hidrelétrica de Itaparica, cujas obras foram sucessivamente atropeladas por alterações orçamentárias ocorridas, principalmente no período 1981/84.

Hidraulicamente o Nordeste tem seu sistema elétrico totalmente dependente do rio São Francisco, onde a barragem de Sobradinho faz seu papel regulador, retendo água entre novembro/abril para atender às necessidades de maio a outubro, garantindo operação normal das usinas a jusante durante todo o ano.

O primeiro cronograma previa o funcionamento de UHE de Itaparica em 1981, e o fato da mesma ainda não ter entrado em operação obriga a liberação d'água em Sobradinho de vazões acima daquelas para as quais fora projetado o referido reservatório, a fim de garantir em Paulo Afonso a energia requerida pelo mercado.

O fato dessa descarga acima dos limites projetados, agravado por um ano hidrológico negativo, fez com que o reservatório de Sobradinho atingisse limites críticos, quando em dezembro passado chegou a apenas 23% de sua capacidade, situação que se agravaria pela insuficiência de chuvas nos meses subsequentes, justamente os considerados de recuperação de armazenamento.

Em fins de janeiro, o reservatório encontrava-se com 20%, quando o ideal seria 80%, dando margem a que se vislumbresse o total esvaziamento em setembro corrente, quando, então, as usinas trabalhavam a fio d'água, implicando um corte de 70% da oferta de energia.

Tais razões levaram ao racionamento instituído pela Portaria MME-13/87, propiciando um racionamento controlado, para evitar agravamento futuro.

O racionamento vigorante desde 1º de março prevê uma redução de 15%, distribuída diferentemente, cabendo à classe industrial, 14%, à residencial 21%, à comercial 20% e à iluminação pública 25%.

De qualquer forma, várias providências foram tomadas para estabilizar ou reduzir o racionamento, como a maior utilização das térmicas disponíveis, a compra de energia ao Pólo Petroquímico da Camaçari, a compra de toda energia transferível desde Tucuruí.

Se bem que no momento se vislumbre um quadro um pouco favorável, não só pelas medidas já tomadas, mas também por uma leve recuperação do volume de Sobradinho (cerca de 45%), é indispensável que se chame a atenção para o fato de que, se a Usina de Itaparica já estivesse funcionando desde 1985, nenhuma destas dificuldades estariam ocorrendo, apesar das negativas dificuldades hidrológicas acima citadas.

Queremos ressaltar, com a maior ênfase, a necessidade da conclusão de Itaparica, de modo que sua primeira máquina entre em operação em março do próximo ano, seqüenciando-se mais três, para atingir 1.000 MW no final de 1988.

E para que o Nordeste não seja penalizado no futuro com novas crises no fornecimento de energia, é imprescindível o acompanhamento de todo o cronograma de obras estabelecido para o suprimento da Região, desde a duplicação de linha de 500 Kv Norte/Nordeste, até e principalmente à execução da Hidrelétrica de Xingó, que, com suas 10 unidades geradoras de 500 MW, deverá paulatinamente atender à demanda a partir de junho de 1993.

8 — Conclusões:

— O racionamento de energia a que o Nordeste está submetido deve-se muito mais ao atraso da operação da usina de Itaparica do que à reduzida intensidade pluviométrica do último período chuvoso na Bacia do Alto São Francisco que alimenta o Reservatório de Sobradinho.

Vale ressaltar que o cronograma inicial previa a entrada em operação da Usina de Itaparica para o ano de 1981. Todavia, sucessivas postergações transferiram-na para 1985, estando atualmente previsto o funcionamento da sua primeira unidade para o mês de março de 1988.

— O atual modelo de planejamento do setor mostrou-se ineficaz, mesmo diante de uma alteração ocasional do quadro climático da região.

Na realidade, a escolha de prioridades e a consequente destinação de recursos, realizados de forma centralizada e hermética no sistema MME/Eletrobrás, podem conduzir a decisões que não representem as necessidades e aspirações da sociedade, com resultados danosos para a economia regional.

— É imprescindível que se garanta o fluxo de recursos indispensável à viabilização das medidas emergenciais programadas para a superação da atual crise, bem como, para o atendimento das

obras de caráter permanente previstas para o setor.

São aqui consideradas as termelétricas flutuantes, além das demais obras prioritárias constantes do plano de recuperação do setor, tais como: Itaparica (março/88), duplicação da linha de 500kv, interligando Ches/Eletronorte (junho/88) — e que pediria a atenção dos eminentes Senadores para o fato de que a construção desta linha tem um custo aproximado de 150 milhões de dólares, não seria difícil obter-se, foi objeto, inclusive, de um telegrama nosso ao Ministro do Interior, quando da vinda de uma missão do Banco Mundial, pedindo que incluísse a dotação necessária nas negociações com esse Banco — Xingó (março/93) e das demais obras de transmissão e distribuição, indispensáveis à complementação do sistema.

— É de grande importância para o desenvolvimento do Nordeste a adoção de medidas que, a longo prazo, garantam o suprimento energético da região.

Com o esgotamento do potencial hidrelétrico do rio São Francisco, torna-se necessária, desde já, mobilização no sentido de uma interligação efetiva entre o Norte e o Nordeste, tendo em vista que os grandes recursos hídricos disponíveis se encontram na região Norte. Outrossim, não podemos desprezar a utilização do gás natural, grande fonte energética, atualmente despontando como uma das mais promissoras do País.

— A Sudene exerce um papel relevante na condução do desenvolvimento regional, e, como tal, faz-se necessário viabilizar um processo de planejamento participativo MME/Sudene/Estados, de modo a assegurar o atendimento das reais necessidades dos diversos setores da economia.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Dr. Dorany Sampaio, cumprimento V. Sª e agradecer pela substantiva exposição que acaba de fazer, rica em dados e informações, e, mais do que isto, elucidativa, no que diz respeito a alguns dados que devem ser considerados por esta comissão: a evolução histórica da produção e do consumo de energia — muito bem exposta por V. Sª, o quadro de alternativas, tanto na geração de energia elétrica como na substituição de derivados do petróleo ou de energia elétrica; a própria projeção no consumo e as providências de ampliação da oferta de energia elétrica e as conclusões a que V. Sª chegou com muita sinceridade.

Isto posto, passamos à segunda parte dos trabalhos, que são os debates, concedendo a palavra ao Relator da Comissão, Senador Jutahy Magalhães.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Superintendente da Sudene — Dr. Dorany Sampaio:

Em primeiro lugar, uma explicação aos Srs. Senadores a respeito da minha conduta nesta comissão como relator.

Não considero que caiba ao relator vir aqui expressar o seu pensamento e o seu desejo, mas as causas que ele considera tenham concorrido para os fatos. Venho aqui buscar informações, inquirir os depoentes, para, através deles, chegar às conclusões sobre as causas do racionamento, suas consequências e tudo o que diz respeito à política energética atual do País.

Aproveito a presença do superintendente da Sudene para levantar uma primeira questão: o que foi feito pelo conselho da Sudene? V. Sª pode

estar certo de que não estou aqui abordando a sua gestão, o que não é de tanto tempo assim. O que o conselho da Sudene fez nesse período em que sentimos, a cada instante, o atraso nos cronogramas de obras necessárias para a região Nordeste em matéria de energia?

Em Itaparica, estava prevista a entrada em funcionamento da primeira máquina em 1982; a oitava máquina — na época eram 8, hoje são apenas 6 — em novembro de 1986, e a sexta, em 1983. Estamos em 1987, já se fala em Itaparica para 1988 e, agora, para o segundo semestre de 1988. Xingó já era para estar pronta, sendo totalmente inaugurada em maio de 1987, e sabemos em que situação ela se encontra hoje.

Com o crescimento, que o próprio Dr. Dorany Sampaio falou, de 15% (quinze por cento) ao ano da demanda de consumo de energia no Nordeste e sabendo que na região do São Francisco temos uma capacidade geradora de apenas 22 milhões de megawatts/hora desde 1979, e que a necessidade de consumo hoje no São Francisco já é de 29 milhões de megawatts/hora, vemos que estamos chegando ao limite perigoso, crítico.

O que foi feito pela Sudene? Todos os governadores da região Nordeste têm no conselho da Sudene representantes de diversas companhias estatais da região. Não houve uma previsão por parte desse conselho a respeito do que estava ocorrendo? Não fez nenhuma reclamação para mudar a política energética relacionada com o Nordeste, para deixarmos de ser apenas uma região com prioridade apenas no papel e nos discursos, pois no momento de alocar recursos esses não chegam?

Pergunto, inicialmente, a V. Sª: o que foi feito pela Sudene a respeito dessa questão no momento próprio? Houve uma previsão do que poderia ocorrer no Nordeste?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Eminentíssimo Senador Jutahy Magalhães, V. Exª coloca uma questão para qual encontro uma grande facilidade de me posicionar.

Em primeiro lugar, V. Exª, com muita elegância e maior precisão, situou que não está em causa aqui a minha gestão, logo, não preciso gastar tempo em me defender. Como advogado que sou fora da Sudene, tenho a maior facilidade em ser também o advogado da instituição, embora não estivesse nela.

Como ficou situado no relatório, na exposição que fiz, a participação da Sudene no sistema de planejamento nacional praticamente cessou com o IV Plano-Diretor. Havia uma participação da Sudene no planejamento e na coordenação das ações federais na região. Com a criação da Sepplan e do sistema de planejamento nacional, a Sudene perdeu qualquer importância no planejamento. Passou a ser um capítulo diluído no planejamento nacional de elaboração acima da região, fora da região.

Não é difícil, portanto, concluir que, desde que a Sudene não tivesse participação no seu planejamento, não teria força também para exigir a execução dos cronogramas, que seria a orçamentação do que estava planejado e o desembolso das dotações.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Apenas uma explicação: não que eu imagine que a Sudene tivesse condições de resolver a questão. Pergunto quais os movimentos reivindicatórios, dentro do Conselho, a respeito do assunto. Houve

alguma manifestação de ordem política ou administrativa no momento próprio, a respeito da falta de ação administrativa do Governo Federal em relação à região e ao seu problema energético em particular? Se houve uma previsão por parte da Sudene e de seus órgãos técnicos, aí sim, porque não haveria o poder de decisão, mas sim poder de previsão e de sugerir medidas para que se evitassem essas questões.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Havia uma previsão da demanda de energia da região, portanto, da necessidade de atendimento dessa demanda.

Evidentemente o Conselho da Sudene, que não é composto apenas de governadores como também da própria CHESF, que ali tem assento, tinha perfeita consciência de que aqueles atrasos eram de consequências fatais em futuro não muito longe, não por antevissão de qualquer fenômeno climático, não pela ocorrência de diminuição de chuvas, mas pela própria programação feita das necessidades da carência de energia para atendimento da demanda, que só se tornaria possível com o cumprimento daqueles cronogramas. V. Ex^a ouviu que Itaparica deveria estar concluída em 1981 e apenas sua construção foi iniciada em 1981. Era uma decisão de governo a postergação dos orçamentos, com a sua transferência para outras obras consideradas mais prioritárias, escapava aos reclamos que eram feitos da Sudene, sobretudo porque a sua área de planejamento, a área de seus técnicos municiava de dados os Srs. Conselheiros, para que esses reclamos pudessem ser feitos. A verdade é que isso não surtiu resultado. Estamos diante de uma realidade do passado, uma realidade que já aconteceu e que projeta seus efeitos para este futuro.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não pergunto sobre o passado, e aí viria uma segunda indagação, porque, como não era difícil prever o que poderia ocorrer agora, neste ano, com os atrasos de Itaparica, com a construção da segunda linha de transmissão de Tucuruí para Presidente Dutra, cujo cronograma também está atrasado em mais de dois anos, também hoje poderemos prever que, se ocorrerem novos atrasos para Itaparica e Xingó, teremos em 1993 uma crise muito pior do que esta, vai ser muito mais grave do que a que estamos atravessando. Por isso é que pergunto o que estamos fazendo, no Nordeste, através de seu órgão maior, a Sudene, e através da ação político-administrativa dos governadores, para evitar que venha a ocorrer o mesmo problema de hoje, porque estamos sabendo que o Conselho Monetário Nacional alocou recursos contábeis para a Eletrobrás e outros órgãos. Estamos vendo que o Nordeste está precisando de dinheiro, mas de dinheiro vivo, para poder construir, com urgência, as usinas de Itaparica e de Xingó. Hoje estamos gastando perto de 400 milhões de dólares para importar essas usinas flutuantes, recursos que, se tivessem sido alocados na época oportuna, teríamos construído Itaparica.

V. Ex^a falou em 2 bilhões de dólares de recursos necessários para essas obras — não é tanto assim para o Nordeste, porque parece que a previsão inicial da Ferrovia Norte-Sul é em torno disso, mais ou menos, e há uma grande diferença entre a necessidade da Ferrovia Norte-Sul e a necessidade de Itaparica e de Xingó. Então, os recursos não são tão difíceis de serem alocados. O que está faltando para nós é uma decisão política,

e é em busca dessa decisão política, em busca dessa decisão de ordem administrativa que — acredito — um dos papéis da Comissão é levantar essa questão e chamar a atenção do Governo para essas necessidades, principalmente de nossa região. Isso aí é porque estamos falando do passado, mas prevendo o futuro, são fatos que se interligam e demonstram que não é tão difícil prever que poderão voltar a ocorrer em pior situação do que a de hoje.

Especificamente sobre a Sudene, essa Superintendência tem sob sua responsabilidade uma política de ordem regional. Quando financiou ou quando subsidiou essas empresas grandes consumidoras de energia, ela previu, por exemplo, as dificuldades de fornecimento de energia para a região e considerou que mesmo com essas dificuldades valeria a pena financiar, subsidiando essas grandes consumidoras de energia, sabendo que o preço de emprego de companhias de alumínio, por exemplo, sai, às vezes, um emprego por 200 mil dólares? Será que valeu a pena para o Nordeste? Ou, se houve uma imprevidência por parte da Sudene quando alocou recursos da região para a construção dessas grandes fábricas consumidoras de energia da região? V. Ex^a acha que essas fábricas realmente trouxeram os benefícios econômicos para a região, já que trouxeram grandes prejuízos na questão de energia?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Se V. Ex^a me permite, entre as 14 maiores empresas de consumo elétrico intensivo não há empresas subsidiadas pela Sudene. Há, evidentemente, uma necessidade de expansão do setor industrial, como forma de aumentar os empregos na região, como forma de aproveitar os insumos e matéria-prima locais, como forma de fortalecer os sistemas financeiros dos Estados, pela repercussão financeira e fiscal que a operação dessas usinas produz e acho que não haveria incoerência se a Sudene se privasse de financiar novas empresas, porque aumentaria o consumo de energia.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — O problema não é este, não é para se chegar a este exagero. Pedia V. S^a uma informação e V. S^a esta me dando uma explicação. Tive a informação de que a Sudene tinha incentivado o desenvolvimento de indústrias como a Alcan, na Bahia, a Ferbrás, na Bahia, a Açonorte, em Pernambuco, a Salgenco, em Alagoas, a Dom Chemical, na Bahia. Eu tenho essa informação e V. S^a está dizendo que não houve.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Realmente, a de Alagoas e essa de Pernambuco têm incentivo da Sudene, mas elas participam entre as 14 maiores empresas de consumo elétrico intensivo, talvez sejam as de mais reduzido consumo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Como a Sudene se posiciona quanto à perspectiva de utilização intensiva dos mananciais hídricos do São Francisco para a irrigação destinada basicamente à exportação, por exemplo, de soja, em detrimento da geração de energia elétrica?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — A política de incentivos da Sudene prevê, anteriormente à aprovação de projetos, consulta aos setores interessados. Para incentivar empresas e indústrias, evidentemente sob a perspectiva de possibilidades energéticas, no sentido de serem

atendidas, a responsabilidade não é nossa, porque aprovamos os projetos na medida em que os setores competentes os fornecem pareceres favoráveis à possibilidade de utilização de energia disponível.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Quanto aos recursos do Proterra que são distribuídos pela Sudene, têm sido destinados alguns desses recursos para o desenvolvimento energético da área?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — De certa forma, sim, porque esses recursos do Proterra integram o programa de apoio ao pequeno produtor rural, onde há, naturalmente, rubricas destinadas à expansão da eletrificação rural.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Com as consequências desse racionamento que temos tido na região, V. Ex^a, que tem a experiência da Sudene, tem condições de manusear dados a respeito do assunto. O que V. Ex^a diz a respeito do possível desemprego ocasionado pelo racionamento e quais as consequências desse racionamento no aspecto social da região?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Efetivamente, se se mantivessem os índices de racionamento anunciados como cronograma a ser estabelecido pela portaria do Ministério das Minas e Energia, poderíamos atingir um índice de cerca de 600 mil desempregos na Região — se se tivesse mantido o cronograma inicialmente previsto. Entretanto, com a forte reação dos Srs. Governadores perante o Ministério das Minas e Energia e o Denai, não se positivou a progressão inicialmente anunciada, o remanejamento, inclusive, que se está fazendo na contenção de energia permite penalizar menos o setor industrial, de forma a reduzir o índice de desemprego. Evidentemente, estamos diante de uma perspectiva em que não vai ser possível, e seria uma irresponsabilidade voltar a ter o consumo normal com o baixo índice que apresenta o rio São Francisco, mas outras medidas, como anunciei aqui, alternativas que possam reforçar o potencial energético, vão possibilitar até uma redução na previsão inicial do racionamento. Como tive oportunidade de expor, entre essas medidas o funcionamento de termoeletricas, o arrendamento das chamadas termoeletricas flutuantes e a conclusão dessa linha Norte-Nordeste de Tucuruí, podem atenuar, além de outras — como salientei aqui — de uso de recursos energéticos não convencionais, que reforçarão a produção de energia necessária à demanda.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sabemos da grande influência, da necessidade de eletrificação rural da Região. O que isso representaria para melhorar as condições de vida dessas populações rurais? Quais as possibilidades de instalarmos essa eletrificação rural na Região do Nordeste, hoje com esse problema de energia que estamos atravessando?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Vimos isso com grande apreensão efetivamente, porque, no momento em que o Governo anuncia o programa de um milhão de hectares irrigados, evidentemente não se pode esperar grandes investimentos na extensão da rede de eletrificação rural. Não pelos custos que isso importasse, mas pela pouca disponibilidade de energia.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Gostaria que V. S.^a desse em poucas palavras, bem resumidos, quais as causas desse racionamento no atendimento de V. S.^a? Quais as consequências efetivas do racionamento de energia no Nordeste?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Sem dúvida, o não-cumprimento do cronograma de obras necessárias ao reforço do potencial energético responde pela situação em que hoje nos encontramos. A Usina Hidrelétrica de Itaparica, que deveria estar concluída em 1981, apenas este ano foi iniciada. Posteriormente, sua conclusão foi anunciada para 1985, e mais uma vez prorrogada, por falta de cumprimento dos cronogramas financeiros. O mesmo acontece com a Hidrelétrica de Xingó, que já deveria ter sido iniciada e que, basicamente, agora vai-se iniciar.

Ainda não é uma certeza que a Hidrelétrica de Itaparica possa entrar em funcionamento em março de 1988, porque V. Ex.^a sabe, há um problema muito difícil, a remoção das populações da área a ser inundada, e o Governo se vê a braços não só com o problema de indenização como o problema de reassentamento dessas famílias. Nessa tarefa trabalham o Mirad, o Incra, o Ministério das Minas e Energia através da Chesf. A Sudene também tem dado seu concurso no planejamento dessa transposição. Técnicos, pesquisadores e sociólogos seus estão também colaborando nessa tarefa. É necessário que esse reassentamento se opere o mais rápido possível, a fim de que, a partir do mês de outubro, quando começam as chuvas, já possa haver a inundação do reservatório do lago. A previsão da Chesf é iniciar a inundação em dezembro. Não sabem os técnicos se com esse atraso será possível o seu funcionamento em março de 1988.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Qual a consequência desse atraso? Mais um ano ou dois anos?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — É evidente que as causas remotas já dei a V. Ex.^a As próximas, efetivamente, são a diminuição do manancial, em face dessa situação irregular de chuvas na cabeceira do rio São Francisco. Creio que esse atraso talvez não seja tão significativo, uma vez que começará o período chuvoso e aí novamente o rio São Francisco — vê V. Ex.^a que no mês de maio normalmente o reservatório de Sobradinho estaria com 80% de sua capacidade plena, estava com 26% no mês de abril — é de se esperar que pelo menos São Pedro, que não foi responsável por essa situação, embora tenha sido indicado como tal, não nos propicie uma nova etapa de estiagem. Vai depender. Se não houver continuidade nesse processo de regularidade de chuvas, acho que um atraso de dois a três meses não será assim de consequências tão funestas.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — V. S.^a falou do problema das fontes alternativas energéticas. Em 1975, quando retornei de uma viagem de estudos sobre problemas energéticos aos Estados Unidos, voltei muito entusiasmado com o problema de energia solar e a capacidade de utilizarmos essa fonte de energia na Região Nordeste, que é de muito sol, até hoje vi que Campina Grande tem feito bons estudos, tem apresentado soluções, mas na realidade, nada foi feito praticamente

para o aproveitamento intensivo da energia solar. Propugnei muito nas Comissões Técnicas, eu era Deputado na época, pela necessidade de utilizarmos essa energia nos prédios públicos, por exemplo, substituindo a energia hidráulica por solar. Lá, nos Estados Unidos, os estudos para esse mesmo tipo de programa representavam uma economia de cerca de 20% da energia consumida no País. No Brasil, não sei até que ponto seria, mas de 1975 para cá, portanto 12 anos, nada foi feito, neste sentido, de prático. Existe alguma proposta concreta na Região Nordeste de utilização do aproveitamento da energia solar?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Na verdade, nobre Senador, apesar de a Região ser muito propícia à utilização da energia solar, foi um processo que não teve maior desenvolvimento, a sua utilização é muito reduzida.

Entendo que, como fonte de energia alternativa, a utilização do gás natural e a energia a partir do álcool têm maior possibilidade de expansão.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Agradeço a V. S.^a e peço ao Presidente que, caso considere necessário, no final das indagações volte ao assunto, para fazer mais algumas perguntas ao Dr. Dorany Sampaio, V. Ex.^a me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Pois não.

Concedo a palavra ao Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Dorany Sampaio, parabéns V. S.^a pelo quadro sintético, mas muito elucidativo, que nos fez do problema energético do Nordeste, em particular.

Considero, Dr. Dorany Sampaio, esse raciocínio e essa ameaça que paira sobre o Nordeste como mais uma catástrofe que nossa Região poderá vir a sofrer e que está sofrendo, resultante da imprevidência dos poderes públicos, do descaso dos poderes públicos para com a Região nordestina. Vi bem que a Sudene limitou-se a acompanhar e, talvez, a diagnosticar, em alguns de seus segmentos, o que se estava aproximando e se esboçando para acontecer no Nordeste, vez que desde o IV Plano-Diretor ela está afastada do planejamento.

A tragédia tem-se repetido sempre, sem atenuantes para as suas soluções, porque o Brasil não continua os seus programas, a descontinuidade é uma das principais causas de o Nordeste ainda se encontrar sujeito a todas essas tragédias.

Tive ocasião de visitar, há poucos meses, um programa de irrigação nos Estados Unidos, que começou em 1929 e até agora, apesar dos grandes recursos que tem a nação americana, ainda continua sendo implantado. Não conheço programa nenhum dos Poderes Públicos relativo à seca que tenha duração de dois ou três anos. Também sou revoltado com o descaso, o desprezo que o Governo, de vez em quando, adota para com órgãos que se vão especializando e acumulando experiências em determinados problemas.

Ninguém entende mais de Nordeste do que o DNOCS, que tem quase 80 anos de experiência acumulada sobre problemas especificamente nordestinos. Cito, também, a experiência da Sudene, que, através de técnicos competentes e de programas sérios, de estudos, de observações, vem acompanhando o desenvolvimento nordestino, e, como prolongamento desse enfoque, cito o que fez o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste.

O desprezo para com as experiências desses órgãos é verdadeiramente criminoso.

Se, estivesse sendo planejado pela Sudene ou pelo DNOCS, ou se o Banco Central tivesse continuado; entregue ao Banco do Brasil, através da Sumoc, talvez os efeitos tivessem sido muito menos desastrosos do que os que se estão esboçando para a nossa região.

Vou terminar este discurso e me restringir a umas observações.

Essas formas alternativas de energia que realmente existem são quase que uma brincadeira ainda no Brasil, a não ser, talvez, o Programa de Gás Natural, que já está bem delineado e possivelmente se esboçará. Não acredito que a energia solar, apesar de o Nordeste brasileiro ser muito ensolarado e ter a possibilidade de acionar esses fotovoltaicos, a médio prazo venha a resolver qualquer problema energético no Brasil, como não acredito também na solução do problema energético pelos ventos, e a biomassa também me parece muito afastada da vocação natural do povo brasileiro.

Temos, evidentemente, o Próalcool, um Programa vitorioso no Brasil, mas Dr. Dorany, é a parte das fontes alternativas que quero referir-me em particular. V. S.^a acredita que o desenvolvimento dessa forma de energia tão vitoriosa que tem sido o álcool no Brasil, não vá trazer, talvez, consequências, muito graves para o Programa de Alimentação e Geração de Grãos? Não é muito extensa a área exigida para formação, para geração, para fabricação do álcool? Talvez áreas nobres que pudessem ser usadas para alimentação não ficassem ocupadas totalmente por canaviais que deixariam em falta essas regiões para com os Programas alimentares brasileiros?

Esta é a minha primeira preocupação sobre o Problema do Alcool, que considero uma forma vitoriosa de energia e que tem poupado milhões de divisas para o Governo brasileiro.

Ainda se cometem alguns erros no Programa do Alcool que poderão ser corrigidos. Minha preocupação é que talvez a extensão das áreas usadas para a ampliação desse programa venha prejudicar os programas de alimentação do nosso País.

Lembro-me, que há pouco tempo, talvez há um ou dois anos, houve um grande desastre nos Alpes Suíços, a queda de uma barragem construída num daqueles **canyons** dos degelos alpinos, e eles tinham réguas de previsões de cheia de quase cem anos do regime pluviométrico daquela região, apesar disso, de repente veio um degelo do fora normal, a água transbordou aquela barragem que era uma bela obra de engenharia francesa, provocando uma vibração na sua estrutura que arrebentou com todo o sistema daquela hidrelétrica, e foi uma verdadeira tragédia... E eles tinham quase cem anos de previsão das cheias, dos movimentos da água daquela região.

Ao que me consta, talvez não tenhamos 50 anos de nenhum rio neste País, e não sei quantos anos temos do rio São Francisco. De forma que, se afirmar que o rio São Francisco vai voltar a encher as suas barragens, os seus reservatórios de Sobradinho e talvez de Itaparica, parece-me uma temeridade. De qualquer forma, esta Comissão poderia enfatizar a urgente necessidade, a premência de se terminar prioritariamente a barragem de Itaparica e partir imediatamente para a construção dessa linha de 500 kV Norte e Nordeste, porque, esta, sim, é importante para o Nordeste. O Nordeste não tem nada a ver com a

Ferrovia Norte—Sul, estamos três vales distantes dessa Ferrovia Norte—Sul. Não sei para que essa participação passional do Nordeste na Ferrovia Norte—Sul, quando devia estar muito mais engajado na construção dessa linha de 500 kV. Norte—Nordeste, e que custaria tão barato, pois US\$ 150 milhões não seriam recursos assim alarmantes. E partir também para Xingó. Ou será, Dr. Dorany Sampaio, que não se prevê que o Nordeste vai crescer? Há qualquer plano nacional no sentido de que o Nordeste vai estabilizar-se, vai diminuir? Não há um crescimento previsto para o Nordeste a ponto de preocupar os Poderes Públicos com essa ameaça do racionamento, com essa ameaça de desemprego gerado pelo racionamento? Trago essa contribuição ao Relator e ao Presidente da Comissão, esperando também ouvir as palavras de V. Ex.^a sobre a validade de aumentar o Programa alcooleiro do Brasil, sobre a necessidade de se disputar, politicamente, a decisão da construção dessa linha de 500 KV, Norte—Nordeste e a imediata execução do serviço em Itaparica.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Eminentemente Senador João Lobo, agradeço a V. Ex.^a as referências e devo dizer que participo das suas preocupações, como também concordo com as suas colocações, e me permito iniciar, inclusive, pelo significado da construção dessa linha de ligação Norte—Nordeste, que terá reflexos muito grandes no Estado que V. Ex.^a representa, porque, pelas estatísticas sobre consumo regional de energia, o Estado de V. Ex.^a, o Piauí, é o de menor participação. Enquanto o Estado da Bahia — aqui tão bem representado pelo eminente Senador Jutahy Magalhães — participa com 44,5%, o Piauí participa apenas com 2,2%. É o menor, portanto. É o Estado que recebe menor quantidade de energia produzida na Chesf e aquele habilitado a receber, juntamente com o Estado do Maranhão, maior quantidade de energia produzida em Tucuruí.

O SR. JOÃO LOBO — Há dois anos, em nome do Piauí, reivindiquei, junto a todos os Poderes desta República, junto ao Presidente Sarney, que estava sendo empossado a necessidade urgente da instalação dos outros geradores da Usina de Boa Esperança. Como V. Ex.^a sabe, Boa Esperança está funcionando só com a 1.^a etapa de sua capacidade. Já estão construídos os túneis, a piscina natural, o poço natural do deságue. Só está faltando a instalação desse equipamento elétrico, que, me parece já estavam comprados naquela ocasião. Então, há dois anos que venho pedindo a todos os Ministérios das Minas e Energia e ao Senhor Presidente da República cuidem do término da eletrificação da Boa Esperança. Somente agora o Governo despertou para essa instalação e uma grande firma está fazendo a instalação dessas turbinas há mais de dois anos compradas.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Prosseguindo, senador, sabemos que o esgotamento do potencial energético do São Francisco se dará não apenas com a construção de Itaparica, de Xingó, como, a nível do conhecimento que tenho, quando se completar também Ibó e Orocó. Evidentemente chegará uma fase em que haverá um esgotamento de aproveitamento hidrelétrico ali. É claro que a potencialidade de crescimento da região vai fazer com que a demanda aumente de modo a não ser atendida, exclusivamente, pelo manancial do São Francisco. É imperativo o uso

de fontes alternativas de energia. É claro que a interligação será um dos fatores de reforço do potencial energético, sem dúvida alguma, porque as potencialidades da Região Norte são bem maiores do que as do Nordeste. Também outras fontes alternativas poderão contribuir para esse reforço. Aí que desejo concordar com V. Ex.^a, quando também receio se possa fazer uma superdimensão ou uma extensão muito grande do uso da energia de biomassa, exatamente porque isso pode constituir-se também um problema de desvirtuamento na utilização do solo.

Sabemos que o plantio de cana para uma finalidade dessas é eminentemente concentrador de propriedades. A expectativa que temos e a necessidade, também, de produção de alimentos passam pela necessidade de implantação de um programa de reforma agrária, que seria incompatível com a manutenção de grandes propriedades cultivando cana.

Concordo, portanto, com V. Ex.^a Entendo que, de certo modo, será útil o recurso a essas fontes alternativas, desde que não prejudique a utilização para outras finalidades igualmente importantes.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Concedo a palavra ao nobre Constituinte Mansueto de Lavour.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Superintendente da SUDENE, Srs. Técnicos, meus Srs:

Assim como não existem efeitos sem causas, o atual racionamento de energia no Nordeste tem suas causas. E tendo suas causas, tem também os responsáveis por essas causas. São os causadores desse racionamento os que foram responsáveis por essa situação de quase colapso no fornecimento e no abastecimento de energia no Nordeste.

Apesar da importância de um pronunciamento aqui feito pelo nosso ilustre companheiro Dorany Sampaio, Superintendente da SUDENE, e que servirá, realmente, como um texto para o aprofundamento da questão — é muito importante ter ficado em nossas mãos —, creio que as coisas não estão sendo ditas de maneira clara como eu gostaria que fossem.

Vamos raciocinar. O País não tem uma política de energia elétrica que corresponda aos interesses nacionais. Esta é uma questão que precisa ser dita, principalmente no momento em que se procura transformar a face política, econômica e social deste País através de um novo texto constitucional. O poder Constituinte, em boa hora, dividiu-se em diversos grupos de trabalho, que foram as 24 subcomissões dentro das 8 comissões temáticas. Nessas 24 subcomissões que focalizavam dos mais importantes problemas, não houve uma subcomissão que tratasse especificamente do problema da energia.

Ora, a energia é, realmente, um dos mais importantes problemas de qualquer país do mundo. Energia é poder, energia é sobrevivência nacional. Dependência de energia é também dependência política. E, temos essa experiência. Até há pouco estava-se aí quase que ajoelhado aos pés dos poderosos da Arábia Saudita, do Iraque e do Irã. Energia é poder. Infelizmente não temos uma política nacional de energia que corresponda aos interesses nacionais. Esta é uma verdade. Por outro lado, os administradores ou aqueles que estavam planejando e administrando a energia, inclusive, são os responsáveis diretos por este problema

do colapso do racionamento — não falo colapso, mas há iminência, pelo menos agora, do racionamento da energia no Nordeste —; eles são os mesmos que estão aí à frente da administração da energia no País. Durante estes últimos anos, quem comandou a energia? Quem estava à frente da Comissão Nacional de Energia? Quem era? Era o Vice-Presidente Aureliano Chaves. S. Ex.^a foi transformado no czar da energia nacional. Estava S. Ex.^a, quando Vice-Presidente, na Presidência dessa Comissão de Energia Nacional. Onde está hoje o Sr. Aureliano Chaves? Está hoje à frente da política energética do País, vez que é o ministro do setor, o ministro das Minas e Energia. A quem se deve atribuir a responsabilidade do racionamento da energia do Nordeste? A São Pedro ou a Aureliano Chaves? É claro que São Pedro não vem aqui nos incomodar! Então, se atribui a São Pedro. O responsável sem outras palavras, pelo racionamento de energia no Nordeste se chama Aureliano Chaves, que vem desde a velhíssima República até à Nova República, comandando a política energética ou a antipolítica energética do País.

E o que houve nessa política nestes últimos anos? A política energética do País não estava dissociada da política econômica geral do País, que era a política do Brasil grande, das grandes realizações no setor dos transportes — Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, a Ferrovia do Aço — e, no setor de energia, as grandes hidroelétricas: Itaipu, Tucuruí, Xingó, Moxotó, que, por sinal, já está em vias de ser desativada, por erro técnico, não há outra desculpa. Vejam só: quem eram os consórcios dessas grandes obras? Eram os mesmos que estão hoje aí participando da concorrência da Ferrovia Norte—Sul. O mesmo espírito deste Brasil grande, dessas grandes obras, está perdurando ainda hoje, com construções de grandes ferrovias importantes, ninguém vai negar. Vou negar a importância da construção de Itaparica? Claro que não vou, eu quero que ela termine logo, porque é um dos fatores que vão atenuar a ameaça de colapso da energia do Nordeste. Vou ser contra a Barragem de Xingó? Como vou ser contra! Até porque sei que as turbinas de Xingó estão compradas há quase 10 anos e condicionadas em armazéns na França, pagando-se em dólares a esses armazéns, há vários anos. Então, até para aproveitamento dessas turbinas que foram compradas.

O que se condena não é isso, não são essas grandes obras. O que se condena é a opção nítida e clara de um modelo, esse modelo até altamente megalomaniaco, de se resolver problemas, tais como o da energia e dos transportes.

É claro que havia alternativa e agora se coloca toda a culpa, toda a origem desse racionamento, e até a ameaça de colapso, à falta d'água no rio São Francisco!

Há mais de 10 anos recebemos na cidade de Petrolina uma comitiva de deputados estaduais e federais que foram examinar o problema da seca no rio São Francisco. Esse problema não é novo, esse problema vem sendo alertado há muitos anos. O rio São Francisco, tende, daqui a pouco, ser quase que um córrego, em virtude da devastação das riquezas florestais das suas nascentes e da área da sua bacia. A partir de um grande trecho da Bahia, atravessa-se quase um deserto da região semi-árida. Se estão devastando aqui em Minas as suas nascentes, ele vai

cada vez mais ser um rio com problema de água. Daqui a pouco vai ser um rio seco como é o Jaguaribe no Ceará.

É claro que esse problema de falta de água no rio São Francisco não é novo, é muito antigo, e os planejadores e os administradores deveriam saber que não poderiam concentrar, portanto, todo o abastecimento de energia de água nas turbinas do rio São Francisco, até porque não é necessário essa concentração.

Não houve nenhuma política alternativa de energia elétrica, nem a energia solar aqui citada, nem a energia decorrente de biomassa, nem até mesmo a energia termoelétrica, que é a mais cara, mas que, numa situação de emergência, deve ser ativada e não o é, porque não está em condições, e, sobretudo, as soluções pequenas ao alcance das comunidades. Por que se concentrar tudo na CHESF? Por que se concentrar todo o fornecimento de energia nas companhias estaduais? Por que não as mini hidroelétricas? Por que não a alternativa da utilização do bagaço da cana como fornecimento de energia elétrica? Temos extraordinárias experiências, inclusive uma levada a efeito por Sebastião Simões, que não é nem um iluminado, não é nem um alto técnico, mas é um empresário de alta clarividência na Paraíba, onde ele faz quase que um moto contínuo com sua usina. A mesma cana que produz o álcool e o açúcar é a que produz energia suficiente para essa usina, suficiente, inclusive, para abastecer a Companhia de Energia Elétrica da Paraíba. Se isso ocorresse em todas as usinas — o cálculo está feito —, 30% da energia da região estaria fornecida gratuitamente, porque aquele bagaço é jogado fora, está lá apodrecendo, inclusive criando problemas ao meio ambiente. Por que não se alterou isso? Atrás do açude de Poço da Cruz, em Pernambuco, há uma pequena hidrelétrica que daria para fornecer energia até àquela região, pronta, com duas turbinas. A água que é liberada para aquele projeto de irrigação do DNOCS, a mesma água, à mesma força que é perdida movimentaria essas turbinas, e elas estão lá há 18 anos novinhas, quer dizer, já velhas, porque sem funcionar uma hora sequer, um dia sequer. Fez-se a hidrelétrica, deixando lá as turbinas, como se o Brasil fosse um país do total desperdício. Por que ocorre isso? Simplesmente porque o que vale nessa política energética não é o interesse nacional, não é o interesse da população, é o interesse dessas grandes construtoras e dos seus sócios dentro do Governo, isso é que é preciso dizer, do Governo do General Figueiredo, do Governo Geisel e do Governo José Sarney! Isso é que é preciso dizer claramente! Não vamos culpar São Pedro nem atribuir a fenômenos naturais. A administração pública é para vencer os problemas naturais. Então, essa concentração, essa política energética é que está errada. Haja ou não cheia no São Francisco, ela continua errada e contrariando os interesses nacionais. Por quê? Porque é feita de acordo com os interesses desses grandes grupos, dessas grandes construtoras. Há até a indústria dos barragem — faz-se uma barragem aqui, faz outra ali, quando é necessário e quando não é necessário.

Só tenho uma pergunta a fazer ao nosso ilustre companheiro Dorany Sampaio, Superintendente da Sudene, um homem de grande clarividência e que está procurando transformar aquele órgão em um órgão voltado para o povo, inclusive com

a introdução de projetos que interessam ao povo faminto do Nordeste, ao trabalhador rural, através do Projeto São Vicente. Então, pergunto como se entende que o Nordeste esteja em colapso de energia elétrica e o Banco do Nordeste do Brasil, um órgão ligado ao mesmo ministério a que está a Sudene, esteja transferindo recursos para financiar as obras de Itaipu, na fronteira do Paraná/Paraguai, e também para as obras de Pedra do Cavalo, na Bahia? Até que se entenderia, apesar de essa hidrelétrica de Pedra do Cavalo, e o Senador Jutahy Magalhães pode responder melhor do que eu, é um grande problema, inclusive, jurídico, está lá havendo aquela guerra. Como se justificar se não estava nas prioridades absolutas, como se justificar o fato de o Banco do Nordeste estar financiando Itaipu, quando temos racionamento de energia elétrica no Nordeste?

Era esta a minha pergunta.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Eminentíssimo Senador Mansueto de Lavoura, me sinto muito à vontade para responder a essa indagação que V. Ex.^a me faz, porque, antes de ser investido no cargo de Superintendente da Sudene, tive uma passagem anterior pelo Banco do Nordeste, fui Diretor da Diretoria de Crédito da Infra-Estrutura daquele estabelecimento, daquela agência de desenvolvimento que é também o Banco do Nordeste, ao qual, ainda hoje, sinto-me profundamente ligado, pelo relevantíssimo serviço que vem prestando a nossa região.

Poderia dizer a V. Ex.^a que efetivamente foram efetuados os financiamentos a que V. Ex.^a se refere, mas são contratos anteriores ao advento da nova República.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Quer dizer, houve financiamento do Banco do Nordeste para Itaipu.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Para Itaipu num montante, a preços históricos no ano de 1984, de 1 trilhão e meio de cruzeiros, o que exauriu muito o banco, e posso bem imaginar o constrangimento do eminente Presidente Camilo Lazalans, um homem de alta competência, de grande probidade e um nordestino combativo e defensor dos interesses da nossa região e não teve, positivamente, meios de impedir que fosse feita essa operação que chamamos de extra-regional, porque foram subtraídos recursos, que deveriam estar sendo alocados no desenvolvimento do Nordeste, para financiar uma obra binacional localizada no Sul. Entretanto, esta foi uma operação anterior à nova República, ocorrida na gestão do então Presidente da República General Figueiredo.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Dr. Dorany de Sá Sampaio no meu entendimento, essa questão do problema do racionamento de energia no Nordeste vem de longe. Baseados também nesses fatos, podemos afirmar que os responsáveis pela política energética do regime anterior são os mesmos responsáveis pela política energética de hoje. É o Senhor Aureliano Chaves — e não São Pedro — o responsável pela transferência de recursos, de trezentos bilhões, do Banco do Nordeste para Itaipu do Nordeste que, já àquela época, sofria a ameaça do racionamento de energia. Então, não estamos tão distanciados assim da responsabilidade desses fatos, uma vez que a política energética do País não mudou de co-

mando. Até hoje não mudou. É a mesma, inspirada pelo General Geisel, através dos executores do Ministério das Minas e Energia, da Petrobrás, da Eletrobrás etc.

A pertinência da minha questão é esta: que fique esclarecido que não são apenas fenômenos naturais, como uma seca no rio São Francisco, é toda uma política que não está realmente interessada em resolver os problemas energéticos do Nordeste. Basta ver que se transferem recursos substanciais para resolver problemas de outras regiões, deixando sem aceleração, por exemplo, as obras de Itaparica. Aceitaria plenamente, estava até aplaudindo, hoje, se esses recursos que foram para Itaipu tivessem o seu destino no aceleração das obras de Itaparica.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Permita-me V. Ex.^a, complementando ainda a segunda parte de sua pergunta. Também o Banco do Nordeste, na mesma época, financiou as obras do Vale do Paraguaçu, que constituem um complexo de produção de energia e também de abastecimento de água. Ao nível técnico, podemos dizer que o Estado da Bahia chamou a si próprio a responsabilidade de que...

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Apenas para dar uma informação extra. Houve um ofício para o Banco do Nordeste, dizendo que as responsabilidades passariam para o Governo Federal mas jamais passaram.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Agradeço, sobretudo, a V. Ex.^a a sua oportuna intervenção, mas já chegar lá. O Estado da Bahia chamou a si próprio a responsabilidade disso, sob uma promessa expressa do Ministério da Fazenda — por escrito — consta do processo, eu conheço. A razão disso é que a produção de energia elétrica não é atribuição da esfera estadual; geração de energia é atribuição do Ministério das Minas e Energia. A distribuição, sim, é obra de competência estadual. De modo que, também nesse passo, ficou o Estado da Bahia altamente sacrificado.

Finalmente, poderia esclarecer, conquanto não conste da sua indagação, que, na minha curta passagem pelo Banco do Nordeste, através da minha Diretoria, pude ser o encaminhador, o relator e o apresentador à sua Diretoria de dois financiamentos que o Banco do Nordeste fez à continuidade das obras de Itaparica e Xingó. A preços históricos, para a Usina de Itaparica atendemos a uma solicitação da Chesf da ordem de quatrocentos e setenta milhões de cruzeiros, na época; para Xingó, setecentos e dez milhões de cruzeiros. De modo que isto contrasta exatamente, dentro de um mesmo banco, com a conduta anterior ao atual Governo e a conduta já adotada neste Governo.

Concordo com V. Ex.^a, essas causas não são as mais recentes, citadas aqui na nossa exposição. Não iria também aproveitar para "puxar a brasa" para o lado da Sudene; instituição que, com muita honra, defendo a qualquer momento, porque sei a seriedade dos seus técnicos, a capacidade e o valor daqueles que fazem em caráter permanente a Sudene. Sinto-me apenas um peregrino nela, não tenho a honra de pertencer à Sudene em caráter permanente. Exatamente poderíamos situar que, enquanto a Sudene teve participação efetiva no planejamento da Região, não houve nenhum, ato danoso ao seu desenvolvimento, não

houve nenhuma postergação na execução ou planejamento de programas que realmente deveriam ser executados na época própria e com os recursos previstos. A história está dizendo aí, mais do que minhas palavras, que a partir do IV Plano Diretor, a Sudene perdeu qualquer ingerência no planejamento da região. Não é ela como instituição, portanto, a responsável pelas consequências.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Antes de conceder a palavra ao Senador Dirceu Carneiro, esclareço o nobre Senador Mansueto de Lavour que ficou estabelecido, quando da constituição desta CPI, que o Ministro das Minas e Energia viria a ser convocado, oportunidade em que a questão que V. Ex.^a colocou com propriedade poderá ser discutida, debatida e apreciada, com possibilidade de elucidação.

Com a palavra o nobre Senador Dirceu Carneiro.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Cumprimento o Presidente desta Comissão, os Srs. Senadores e o Superintendente da Sudene, Dr. Dorany Sampaio.

Registro, nesta parte inicial, quando um inventário hídrico sobre os nossos recursos nacionais continha um erro grosseiro de aproximadamente 50% do potencial. Depois explicou-se que esse inventário, assim "falsificado", cumpria um papel, o de justificar a construção da tão desastrosa usina nuclear. Causou um prejuízo à credibilidade governamental tão grande, que, no Sul do País, quando se iniciou um processo de construção de hidrelétricas, houve uma resistência brutal das comunidades e das sociedades onde se situavam essas obras, pelo fato de as sociedades não terem certeza se realmente estavam fazendo uma obra necessária em função de uma verificação de demanda de energia nos próximos anos ou se, realmente, aquilo apenas cumpria um papel de interesse de grandes empresas construtoras ou até de outros interesses que não se explicam assim tão simplesmente.

Feito este registro, ainda que com a distância que nos separa do Nordeste, mas se reconhecermos que lá, apesar de existirem esses recursos em termos de potenciais hidrelétricos ainda não aproveitados — embora já haja projetos de aproveitamento — há uma escassez maior de potencial hídrico do que em outras regiões do País. Já foi dito aqui que, em função desse aspecto, também seria interessante examinar-se as alternativas que poderíamos ter em relação à geração hidrelétrica a outras aqui referidas, como a eólica, solar, térmica, de outra ordem, que não apenas as de origem hidráulica. As opiniões podem variar sobre essas questões, mas uma coisa não varia: compreensão de que não é um sistema só que vai resolver os problemas de nosso País. Sempre haverá que ser um conjunto, um mais eficiente e outro menos, mas que se completem se compoñham. É preciso observar também, na defesa dessa diversificação de geração de energia, o seu efeito multiplicador.

Tenho muita simpatia para com essas gerações menores de pequena potência, potência reduzida, porque o seu efeito multiplicador é muito grande. É preciso sempre levar em conta esse potencial do Brasil. Comparativamente, outros países não têm o mesmo potencial hidrelétrico do Brasil. O nosso País já tem uma tecnologia bastante avançada nesse setor e também muito diversificada. Temos, ainda, um mercado potencialmente dis-

ponível para ser alcançado com essas propostas e alternativas, e esse somatório seria inegavelmente de monta enorme, se assim fosse dirigido, e até de forma socialmente mais justa, porque, na medida em que se faz uma grande obra, esta já desperta uma enorme quantidade de interesses, que, em muitos casos, fogem ao controle do Governo, do Ministério e das instituições públicas. Nosso País tem muitos exemplos que poderiam ser invocados, embora — é claro — tenhamos respeito por certas obras que, dado o seu porte, têm o seu significado de importância. Também não podemos desprezar as que não têm um grande porte. É uma injustiça que se faz e é uma forma equivocada de se ver a questão.

Registro o interesse que deve ser dedicado a essas obras de pequena potência, que, no seu somatório, fazem grande potência, na qual, talvez, esta País pudesse assentar-se nos anos futuros.

Por outro lado, reconhecendo que o Nordeste tem um grande potencial na questão de energia solar, o Brasil já tem tecnologias bastante boas, estando, inclusive, exportando, poder-se-ia desenvolver muito nesse aspecto. Ademais o clima nordestino, como já foi dito aqui, talvez não seja o mais apropriado, mas tem, naturalmente, alguma alternativa. A térmica de origem vegetal — vamos dizer assim — talvez não fosse a mais aplicável lá.

Gostaria de deter-me mais na energia térmica e partir do carvão, e o faço até por representar um Estado produtor de carvão, Santa Catarina. A tonelada de carvão, hoje, em termos brasileiros e a um preço que os empresários não estão suportando, mas é o que vige, está em torno de 23 dólares e a tonelada importada, em torno de 50 dólares. Talvez esse diferencial de preço pudesse ser explorado momentaneamente, claro que dependendo das circunstâncias de mercado.

Gostaria de saber do nosso Superintendente da Sudene alguma palavra, alguma referência nessa direção, ou seja, da viabilidade, nem que seja suplementar, da questão energética nordestina na utilização do carvão brasileiro, esse carvão que, atualmente, está com um preço tão baixo em relação à cotação internacional.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Eminente Senador Dirceu Carneiro, concordo com V. Ex.^a pois, isso já faz parte da realidade brasileira: o País sempre se compraz com as grandes obras e muitas delas se afiguram faraônicas, às vezes, nem sempre correspondendo às expectativas esperadas nem produzindo os efeitos que seriam de desejar.

No uso de energia alternativa também o princípio é verdadeiro, que as pequenas obras podem constituir um reforço muito proveitoso no potencial energético, sobretudo do Nordeste.

A realidade da matéria-prima de carvão do Sul do País não corresponde à do Nordeste, pois não temos recursos naturais que nos permitam a utilização de carvão para a produção de energia. Confesso a V. Ex.^a que não me aventuraria a lhe dizer se, em termos de viabilidade econômica, seria mais vantajoso a utilização da energia térmica à base do carvão ou de outras fontes alternativas fundadas em recursos naturais da própria região. Não sei se por problema de mercado, também não houve o interesse dessa oferta ou o exame dessa alternativa, mas o certo é que ela não figura entre a forma de energia alternativa que pudesse suprir a carência existente no potencial energético

da região. A energia termoelétrica utilizada lá é com base no petróleo, que é caríssimo. As outras fontes alternativas necessitam de um estudo para verificar sua viabilidade no sentido de a compra de matéria-prima no Sul e no Sudeste do País possa oferecer condições econômicas que a torne viável. Confesso a V. Ex.^a que não tenho indicadores, no momento, que possam satisfazer a sua pergunta.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Só mais uma palavra com relação às unidades flutuantes, cuja possibilidade de aquisição está-se examinando. Quais as características, potência, tipo, matéria-prima e viabilidade de deslocamento no território?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Creio que os entendimentos efetuados diretamente pelo Ministério das Minas e Energia nesse sentido ainda não estão ao ponto de já terem chegado, pelo menos à Sudene, informes mais detalhados sobre o que V. Ex.^a indaga. Apresento as excusas por não ter os dados para satisfazer a sua pergunta. Creio que V. Ex.^a terá oportunidade de obtê-los quanto a Chesf ou os assessores do Sr. Ministro das Minas e Energia, notadamente o DNAEE, tiverem melhores informes sobre esses dados, até porque não consta do cronograma, em termos próximos, a operação de nenhuma dessas usinas. Não há — creio — nenhum contrato de arrendamento fechado que possibilite, num curto prazo, a operação delas entre nós.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Agradeço a V. S.^a a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Dr. Dorany Sampaio, acompanhei com muita atenção a exposição de V. S.^a perante esta importante comissão do Senado da República.

Tenho algumas perguntas e quero que V. Ex.^a não leve em conta senão que sejam da parte de uma pessoa profundamente curiosa, e eu gostaria, então, dentro desses princípios, de fazer algumas indagações.

Primeiramente, eu pergunto: quando a Sudene aprova um projeto, ela se preocupa com a utilização da energia elétrica nesse projeto? É a primeira pergunta que faço a V. S.^a

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Em parte, eminente Senador Cid Sabóia de Carvalho. Com o maior prazer, reproduzo para V. Ex.^a pois já havia abordado este assunto ao responder a uma indagação do eminente Senador Jutahy Magalhães.

Evidentemente, qualquer projeto da Sudene que tenha impacto ambiental, qualquer projeto da Sudene que tenha utilização do segmento fundiário, portanto, aqueles que também importam no consumo de energia, não podem ser liberados sem que os setores competentes do Governo se pronunciem sobre eles. Assim, por exemplo, se uma indústria pode promover algum impacto no meio ambiente, sem a informação do órgão da SEMA, ela não terá sequer sua carta-consulta aprovada. Se se trata de um projeto agropecuário, não será também objeto de aprovação uma carta-consulta que não tenha pareceres favoráveis do INCRA sobre a inexistência de interesses de desapropriação para a reforma agrária, sobre a existência de conflito, de tensão social na área, de prete-

rição dos direitos dos trabalhadores etc. Também quanto ao uso da energia, evidentemente os órgãos competentes do Ministério das Minas e Energia são consultados, porque a viabilidade de consumo, a capacidade de utilização, as necessidades da empresa, tudo isso é objeto de detalhamento na carta-consulta e, por subseqüente, o projeto. Sem o parecer favorável dos órgãos competentes o projeto não é apresentado.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Eu perguntaria a V. Sª se, tendo em vista isso, já que a energia elétrica é básica para o desenvolvimento do Nordeste, se a Sudene foi consultada previamente sobre esse racionamento; houve uma consulta prévia à Sudene a respeito desse racionamento?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Não, não houve nenhuma consulta, a Sudene não foi ouvida sobre isso. Essa decisão é ministerial. Se houve consulta ao Ministério do Interior, ao qual na organização administrativa do País, a Sudene está vinculada, sinceramente ignoro. Não sei dizer a V. Exª, mas a Sudene não recebeu qualquer consulta sobre essa providência.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Uma pergunta que gostaria de fazer a V. Sª, mas tome como uma pergunta de um leigo no assunto de energia elétrica, porque, evidentemente, temos aqui senadores mais doutos e que poderiam fazer melhores indagações, como, na verdade, eles fizeram a V. Sª Temos o problema do lixo no Nordeste, como em todo o Brasil, a industrialização do lixo etc. Então, eu pergunto — e pode ser até uma pergunta boba — se haveria alguma relação lixo fornecimento de energia? O lixo poderia ser aproveitado para fonte energética de algum modo, ou pela extração de gases, ou pela queima do lixo, ou qualquer coisa? Poderia o lixo ser combustível, ou essa indagação é de toda absurda?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Como V. Exª, também não sou um técnico. V. Exª é eminente político e jornalista no seu Estado, cujo nome já conhecia, porque sou também meio cearense, de modo que a procedência da minha família é do Ceará. Sou apenas um advogado, político e administrador público, mas posso dizer a V. Exª que a utilização do lixo pode redundar no que se chama biogás. Também como fonte alternativa de produção de energia, temos o aproveitamento do vinhoto, que se está jogando fora, e com grande impacto ambiental. Não sei a que ponto nossa tecnologia permitiria, de imediato, condições de aproveitamento dessas fontes. Evidentemente poderemos utilizá-las como forma de reforçar o potencial energético da região.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Também gostaria de um esclarecimento. Quando V. Sª falou no crescimento de 9% ao ano do consumo de energia elétrica no Nordeste, pergunto se num período de 10 anos teremos um acréscimo de 90% ou se esses 9% anuais vão sendo calculados uns sobre os outros anos, isto é, se a taxa vai sendo calculada sobre o resultado obtido com o crescimento dos 9% anteriores.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Essa é uma taxa média de crescimento. Na avaliação da demanda de energia na região nos próximos 10 anos, há uma taxa média anual de 9%.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Mas eu pergunto se esses 9% são uns sobre os outros. Por exemplo, cresceu 9% em 87. Em 88 o cálculo já será geral?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Não, é acumulativo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Então, cresceremos 90% em 10 anos?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — É a previsão.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Então, pergunto: a Sudene sofreu danos diretos na sua gestão, na sua administração, danos de ordem administrativa, de ordem funcional à consecução dos seus objetivos com esse racionamento?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Não diria que a Sudene como instituição, tenha sido atingida, conquanto todos os organismos regionais ou todos os organismos federais na região tiveram uma imposição de estabelecimento de horário único, um expediente único de 6 horas, que, efetivamente, foi uma providência que não nos competia discutir, e sim acatar, mas que importava num evidente sacrifício para as atividades normais do órgão e para a demanda de serviço dele reclamada. De modo que, posta em vigor essa portaria, a Sudene, que toda vida se pautou por um horário de dois expedientes, teve que cumprir um expediente corrido de 6 horas. Todavia, pude verificar, com o auxílio dos técnicos da casa, e também com indagação formal, no sentido de respaldar a minha atitude, ao Dr. Benedito Carraro, que é o Coordenador da Comissão de Racionamento para o Nordeste, se haveria possibilidade de cumprir a demanda que nos era imposta, com a redução estabelecida, com a manutenção do horário tradicional da casa. No momento em que fui informado que o problema não era de uso de energia por horas, mas de utilização racional de uma demanda que poderia importar em 6, 8 ou 10 horas de trabalho, mediante exposição apresentada a S. Exª, o Ministro da Administração, de imediato obtive a concordância dele e já restaurei, a partir do dia 18 de maio, o horário que apenas se viu compelido a ficar em 6 horas, entre 3 de abril e 18 de maio.

Sob esse aspecto foi minimizado qualquer prejuízo à instituição. O prejuízo dessa dedida se faz refletir muito mais sobre a própria região, porque importa num menor crescimento industrial, na lentidão do desenvolvimento e, na imediata desocupação de braços — portanto, certo índice de desemprego — na diminuição da produção da região, e, por via de consequência, também de apropriação de suas matérias-primas, de geração de impostos, enfim, esses são prejuízos irrecuráveis.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — E na liberação de projetos que determinem a utilização de energia, talvez tenha havido também esse prejuízo.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Acredito que determinados projetos que tenham seu tempo de implantação com cronogramas de 3 anos, 4 anos, não venham a sofrer influência por esse racionamento, que é contingente, é conjuntural. De forma que, superada essa fase, nós, quanto a isso, com certa facilidade, poderemos aprovar projetos industriais, desde que

a implantação desses projetos prevejam o seu funcionamento para prazos de 3 anos ou 4 anos, como comumente ocorre em projetos industriais.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Felicitó V. Sª pela clareza de suas respostas, que a mim suprem muito bem. Gostaria apenas de fazer a última pergunta, para que depois o relator volte ao seu trabalho. Agradeço a V. Sª a atenção e, principalmente, a clareza e a objetividade de suas respostas.

O objetivo desta comissão é detectar prejuízos de ordem econômica com o racionamento. V. Sª já falou em desemprego aqui, mas eu confesso que qualquer coisa atrapalhou a minha compreensão. Então, eu gostaria, com a clareza que lhe é peculiar, que V. Sª dissesse a esta comissão o que representa o racionamento no índice de desemprego.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Mantidos os índices inicialmente programados para o racionamento de energia, iríamos ter um desemprego da ordem de 600 mil pessoas na região. Agora, numa fase em que estivemos a braços com atividades agrícolas paralisadas por força dessa estiagem, isto representaria um aumento enorme de desemprego nessa região. Todavia, esses efeitos inicialmente calculados para aquela utilização progressivamente menor da energia não vão ser observados, porque, afinal de contas, essa previsão foi feita inicialmente, como pude referir, quando a bacia de Sobradinho apresentava um índice de 28% de sua capacidade plena e atualmente se encontra com 45%. Portanto, é de se esperar que aquele cronograma inicialmente previsto esteja totalmente alterado. Não tenho dados exatos sobre o percentual de desemprego que finalmente ocorrerá, mas, como tive oportunidade de dizer, a imediata reação dos governadores àqueles critérios previstos de racionamento, que importava penalizar mais as atividades industriais e a redistribuição operada no consumo de energia, permitiu minimizar em muito a expectativa de desemprego na área.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Farias.

O SR. ANTÔNIO FARIAS — Sr. Presidente, Senador José Agripino, Srs. Senadores, Sr. Superintendente da Sudene — Dr. Dorany de Sá Barreto Sampaio, em primeiro lugar congratulo-me com V. Sª pelas explicações dadas a esta comissão, pelo seu discernimento, pela sua boa vontade, pelo seu caráter que todos nós, principalmente pernambucanos, conhecemos, e por ter vindo aqui para prestar esclarecimento para que esta comissão possa efetivamente trabalhar e fazer o relatório final acerca desse problema tão grave que é o racionamento de energia para o Nordeste.

Especificamente refiro-me à intensão do Senador João Lobo, que não está mais presente, sob o problema da criação do Proálcool no Brasil.

O Proálcool foi criado em 1976. Efetivamente houve juros favorecidos, como houve para muitos outros setores da atividade produtiva nacional: para a exportação, para a agricultura em geral, para muitos outros. Nunca houve um réis de recursos a fundo perdido. A produção hoje de álcool equivale a 190 mil barris/dia de petróleo. O Proálcool criou até hoje um milhão de empregos diretos, fora os empregos indiretos, que representam um número muito maior do que este. As áreas que foram ocupadas pela cana-de-açúcar, principal-

mente no Nordeste brasileiro, não eram ocupadas com outra lavoura. E aqui dou exemplo: os tabuleiros de Alagoas, os tabuleiros da Paraíba, os tabuleiros e a zona costeira do Rio Grande do Norte, tão bem conhecida do Senador e ex-Governador José Agripino, que não produzia nada a não ser sal naquela época. A diminuição de produtos ou de lavouras de subsistência, principalmente no Nordeste brasileiro, foi efetivamente verificada na Zona do Agreste e na Zona do Sertão, por falta de uma política do Governo Federal de assistência creditícia, de assistência técnica, e um descaso maior das autoridades federais por essa atividade que era tão necessária à nossa subsistência.

Hoje, o Nordeste, especificamente Pernambuco, importa cerca de 65% dos alimentos que consome. Houve em determinada época, quando havia uma presença realmente efetiva do Banco do Brasil nos financiamentos para a agricultura canavieira, a obrigatoriedade de um percentual de plantio de feijão. Com a diminuição da presença do Banco do Brasil nos financiamentos, efetivamente essa política foi deixada de lado, o que foi um mal para nós, nordestinos. Houve uma concentração grande de plantação de cana-de-açúcar, que, talvez, tenha prejudicado a produção de outros produtos, principalmente da lavoura de subsistência, no Estado de São Paulo, um Estado rico, com terras muito ricas, produtivas.

Era necessário que o Governo determinasse que o plantio de cana-de-açúcar se fizesse em outras regiões.

Temos regiões, como o oeste baiano, já começando a produzir, como Goiás, como Mato Grosso, como Maranhão, que atualmente não produz nada e, não produzindo nada, é melhor produzir cana. É evidente, são regiões extensas.

Falando sobre o aspecto energético, enfocado aqui pelo nobre Senador Mansueto de Lavoura e tão bem dito, ultimamente os empresários foram consultados se tinham energia excedentes para fornecer à CHESF. É evidente que ninguém ou quase ninguém tem, e por uma razão muito simples, porque nunca houve um planejamento, ninguém vai fazer um investimento, que não seria até tão caro, seria apenas a geração de vapor, por dizer, a respectiva caldeira e os tubos geradores, porque o bagaço temos em excesso — como todos sabem, existem um excesso muito grande de produção de bagaço nas destilarias autônomas —, ninguém vai fazer um investimento, mesmo que não seja tão alto, para fornecer energia durante seis, oito meses e daqui a um ou dois anos deixar de fornecer e esse investimento fica perdido. Então, é necessária uma ação da Sudene, ou, mais especificamente, do Ministério das Minas e Energia, através da CHESF, que desse condições para que os empresários do setor alcooleiro pudessem instalar essa geração de vapor e os tubos geradores para se produzir energia, o que seria uma ajuda muito grande, principalmente no Nordeste, onde recursos hídricos, como diz V. S^a, estão esgotados, para que complementasse, ajudasse um pouco para a resolução dos problemas futuros dessa região.

Existe, evidentemente, uma falta de previsão e até uma desonestidade nos planos executados no Brasil.

Lembro-me que V. S^a disse que para a conclusão de Itaparica e de Xingó seriam necessários dois bilhões e 800 milhões de dólares, e o Gover-

no agora só abre uma concorrência, com o preço ainda preliminar, com custo que não está ainda definitivo, para a Ferrovia Norte-Sul, de dois e meio bilhões de dólares.

Acredito até que esta Ferrovia seja necessária, mas é necessária depois que as prioridades do Nordeste e de outras regiões do Brasil sejam equacionadas e solucionadas.

Eram estas, Sr. Presidente e Sr. Superintendente, as observações, e agradeço a presença de V. S^a nesta Comissão.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Sr. Senador Antonio Farias, agradeço também a V. Ex^a as suas generosas palavras a meu respeito, quero dizer que, quando tive a oportunidade de dialogar com o eminente Senador João Lobo, eu me referi ao Próalcool, como sabe V. Ex^a, como um plano de caráter nacional. Eu estava tendo uma visão macro sobre o problema. É evidente que também V. Ex^a tem razão quando se refere à falta de planificação neste País. Se houvesse um planejamento cuidadoso, naturalmente haveria um zoneamento para o plantio de cana necessária ao desenvolvimento desse Projeto.

Então, imaginava, quando me referia ao Senador João Lobo, exatamente as terras férteis do Estado de São Paulo, que progressivamente estão sendo utilizadas na produção de cana. E não me parece que um país como o Brasil, que tem uma vocação agrícola acentuada e uma necessidade enorme de produção de alimentos, ainda hoje importa alimento, deve-se estar deixando que esses plantios se façam espontaneamente, sem que seja precedido de um planejamento e do consequente zoneamento para a utilização do solo. Exatamente para isso é que um estudo dessa natureza deve ser casado com o plano de reforma agrária. Hoje muito mais que uma questão ética, é uma questão de fundo econômico. Sabemos que há terras que poderão ser cultivadas como provento e que só o serão se houver uma utilização racional, e que até hoje não se pôde chegar a isso, porque não temos ainda em andamento um plano de reforma agrária que nos permita essa realidade presente.

De forma que, como, fonte alternativa de energia, sem dúvida o Próalcool tem o seu papel, tem a sua contribuição, desde que se comporte nos limites de utilização do solo compatível com outras atividades. Estou de pleno acordo com V. Ex^a.

O SR. ANTONIO FARIAS — Apenas uma observação. Se o Próalcool não é um elemento gerador de dólares, evidentemente é uma produção que faz com que deixemos de importar 200 mil barris/dia de petróleo, que representam hoje uma importância muito grande para o Brasil. Como bem disse V. S^a, esse Programa deveria ser mais disseminado, mais ajudado, mais ouvido em outras regiões, como o Maranhão, Mato Grosso, Goiás, oeste baiano. Os tabuleiros do Nordeste e São Paulo, como terras fértilíssimas, essas terras deveriam ser usadas para outras atividades agrícolas.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Concedo a palavra ao Sr. Relator Jutahy Magalhães.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Prezado amigo, passamos uma tarde ouvindo as opiniões, as informações de V. S^a, que constam dos Anais e que servirão de base para o parecer final deste relator e do exame desta comissão.

Antes de encerrar, como relator, farei três indagações, V. S^a poderia dizer que concorda que o racionamento de energia do Nordeste vem provocando a perda de produção nos diversos setores da comunidade, especialmente industrial, e criando a possibilidade de desemprego, condições para a queda da arrecadação do ICM, ou problemas sociais na região é redução da receita das empresas concessionárias de empresa elétrica com aumento paralelo das despesas operacionais? V. S^a concorda com esta indagação?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO Nobre Senador, sem dúvida, o consumo de energia do Nordeste, considerado apenas o Sistema CHESF, já apresenta atualmente, pelo menos numa estatística levantada até 1986, um índice de utilização de energia para a indústria da ordem de 57% de toda a energia consumida. Está evidente que esse percentual, que é bastante elevado e é seguido apenas do uso residencial com 19% e uso comercial de 11%, já permite observar que qualquer redução de utilização de energia vai incidir mais fortemente sobre aquele percentual maior de utilização. Se da totalidade da energia consumida, somente 57% é no setor industrial, qualquer restrição que se faça a esse uso, sem dúvida acarretará fatalmente a diminuição dos custos, possibilidade de empregos e geração de tributos.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Gostaria que V. S^a me informasse como a Sudene se posiciona com relação à continuidade de racionamento de energia em 1988, em detrimento do desenvolvimento econômico-social da região, isto no caso de Itaparica, não vir a ser concluída no prazo previsto. Há algum projeto, alguma sugestão da Sudene prevendo essa possibilidade e apresentando essas sugestões ao Governo Federal, para evitar maiores problemas para a região?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Fixamo-nos, exatamente nas nossas conclusões, na necessidade imperiosa de manter os cronogramas das obras de Itaparica, tais como anunciados e também a interligação Norte-Nordeste em prazo mais curto. Há duas providências de maior impacto no reforço à energia necessária. É claro que o Governo está atento para essa realidade. A área técnica e a própria diretoria da CHESF mantêm uma comissão permanente com estudos de acompanhamento e execução dessas obras com a Sudene, a comissão de energia do Nordeste, exatamente para realizar uma avaliação permanente de como se desenvolvem esses trabalhos, de forma que o Governo esteja alertado, quanto ao andamento dessas obras. A nossa expectativa é que o cronograma seja cumprido. Não sendo cumprido, usam-se aquelas outras fontes alternativas a que me referi, eminente senador. Tenho motivos para acreditar que com o interesse do Governo em cumprir o cronograma de desembolso necessário à conclusão dessas obras no prazo anunciado e o acompanhamento de uma comissão específica, a Comissão de Energia do Nordeste, constituída por membros do Ministério das Minas e Energia, da CHESF e da própria Sudene, dar-se-á uma ajuda muito grande e uma avaliação permanente à correção de possíveis dificuldades burocráticas ou de outra ordem que façam com que seja cumprido, como previsto, esse cronograma.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Esclareço ao nobre Relator Senador Jutahy Magalhães que há um grupo, neste momento, constituído por Sudene, CHESF, BND e BNDES, estudando as prováveis consequências desse racionamento e fazendo uma previsão do que possa vir a acontecer em 1988/1989. A comissão vai solicitar esses estudos, para inclusão nos seus depoimentos e conclusões.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Agradeço a V. Exª a informação, e passo à última indagação. Como foi aqui declarado, além de buscarmos as consequências do racionamento, estamos também em busca das causas desse racionamento de energia no Norte, como procuraremos identificar as causas do recente racionamento no Sul do País. Ao mesmo tempo em que buscamos as causas de racionamento, como já foi dito, queremos saber os seus responsáveis. Se existe uma causa, deve haver o seu responsável. Deve ser uma pessoa física, ou um órgão público.

V. Sª está aqui, hoje, como depoente. Por isso, as suas informações são muito importantes para nós.

A minha indagação direta: V. Sª teria a apontar alguém responsável, seja pessoa física ou órgão público?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Coerentemente com a exposição que fiz, situo como responsáveis pelas consequências que hoje sofremos as ausências de providências governamentais ou providências que importaram em retirada de recursos previstos para o cumprimento desse cronograma ao longo da década de 70.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Quem fez isso?

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Situio períodos administrativos. Evidentemente, não teria condições de dizer a V. Exª que o Senhor Presidente da República, em caráter pessoal, deu essa ordem, ou que o ministro tal ou qual desviou, redirecionou recursos, porque não participava da equipe do Governo nessa época. Seria um grave erro fazer afirmativas sobre responsabilidades pessoais. Situio-me no período administrativo. Sem dúvida, a responsabilidade mais direta era do Ministro das Minas e Energia. Poderia também recair sobre o Ministério da Fazenda, que não dotou de recursos necessários. Os recursos prometidos foram desviados. Se com a concordância ou não do Ministério das Minas e Energia, sinceramente, não tenho elementos para dizer a V. Exª. Por isso, prefiro situar-me no cumprimento do plano governamental daquele período. A usina de Itaiparica deveria ter a sua construção concluída em 1981, ano em que foi iniciada. Portanto, como já referi, aqui, essa responsabilidade vem da década de 1970, na gestão do ex-Ministro Costa Cavalcanti. Foi a decisão de não iniciar a obra como previsto. Os sucessivos retardamentos, as postergações de dotações próprias, a falta de aporte desse recurso, provocaram essa delonga. Uma obra que deveria estar concluída em 1981, e essa mesma conclusão prorrogada para 1988. Isso é história. Não se trata de opinião. Fazemos, aqui, uma constatação.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Exato. Aí com responsabilidade.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Não fujo a ela.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Porque V. Sª poderia ter documentos que possibilitassem uma identificação de responsabilidade.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Não. A Sudene nessa fase já nem mais participava do planejamento.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Não é responsabilidade direta.

O SR. DORANY DE SÁ BARRETO SAMPAIO — Eu sei. Eu digo que para ter elementos, se ela ainda participasse diretamente do planejamento, era mais fácil. Não da execução, porque a Sudene nunca foi um órgão de execução, a execução cabe ao Ministério setorial correspondente. Ao tempo em que a Sudene planejou, esses fatos não aconteceram. Com a perda da prerrogativa de planejar, a partir do seu IV Plano Diretor, a Sudene ficou ausente do desenvolvimento desse processo. Não é que necessitássemos ter algum recelo, felizmente não é o nosso caso, e não estamos mais em época de recelar, podemos até afirmar aquilo que pensamos, mas é porque, na realidade, a Sudene passou à margem, ficou fora do processo. Então, ela não tinha documentos relativos ao processo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Por que V. Sª fala em documentos oficiais? Sei, como já disse, não é sua gestão, mas da Sudene. A Sudene não tem responsabilidade direta, porque não é órgão executor, não é órgão planejador da política, mas é, certamente, um órgão que acompanha tudo o que diz respeito aos interesses do Nordeste. E se acompanha tudo o que diz respeito aos interesses do Nordeste, poderia ter no seu selo algumas informações que interessavam muito de perto ao Nordeste, que diziam muito de perto à política de desenvolvimento da região. Não é só aquilo sobre o qual a Sudene tem responsabilidade direta que deve ter conhecimento. A Sudene deve ter conhecimento de uma política global de desenvolvimento do Nordeste, em todos os órgãos ministeriais, em todos os órgãos que dizem respeito a qualquer tipo de política para a região, e esta questão é da maior importância para a região. Lamentavelmente vemos que na Sudene não existe nada a respeito do que foi feito para a política energética da região. Se ela não teve condições de acompanhar o que diz respeito à política de energia que veio a provocar essa questão do racionamento, que foi a causa direta da questão do racionamento, é porque não teve condição de acompanhar nada da política energética para a região. Isso, infelizmente, é lamentável. Por isso que estou confiante que a Sudene volte a ter um status maior, retornando a ficar diretamente ligada à Presidência da República, porque ela tem uma equipe que trabalha com todo amor, com todo ardor, mas, infelizmente, não tem o poder de decisão e de planejamento.

O SR. MANSUETO DE LAVOR — Esse apelo de V. Exª para que a Sudene conquiste um status de Ministério, ficando ligada não a esse ou àquele Ministério, órgão de desenvolvimento que é inter-setorial, mas à própria Presidência da República, é uma luta antiga daqueles que querem realmente ver a Sudene como verdadeiro órgão de desenvolvimento regional. Estranha, nobre Rela-

tor, Senador Jutahy Magalhães, é que não só isso não ocorra como não se nota nenhum interesse da Administração Federal, de ontem e de hoje, no sentido de fortalecer a Sudene. Lamentavelmente recentes atos do Presidente José Sarney e do Ministro do Interior, Sr. Joaquim Francisco, levam a crer que há um processo de esvaziamento da Sudene. No dia 28 de maio, portanto há poucos dias, vem de ser assinado pelo Presidente José Sarney e pelo Ministro Joaquim Francisco, um decreto criando um Fundo de Desenvolvimento Regional do Nordeste, com diversas finalidades, inclusive com incentivo à agricultura, à pecuária, recursos a fundo perdido etc. A única referência nesse decreto à Sudene é quando diz qual é a área de atuação desse Fundo de Desenvolvimento Regional. Diz que é a área da Sudene. E nada mais tem a Sudene a ver com esse Fundo de Desenvolvimento Regional. O Ministro do Interior vai administrá-lo e com recursos gerenciados ou geridos pelo Banco do Nordeste do Brasil. Achei profundamente estranho — é uma velha luta e o esvaziamento da Sudene coincidiu com a ditadura no País, com a concentração de poderes no País — que agora, exatamente na fase de redemocratização, mais uma vez se retiram poderes da Sudene, se esvazia a Sudene, criando na mesma região da Sudene um órgão paralelo para fazer aquilo que ela deve fazer e tem amplas possibilidades de fazer.

Precisamos levar ao Presidente e ao Ministro do Interior a nossa perplexidade, não pela criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional, mas pelo fato de que este Fundo não esteja dentro da Sudene, não seja um órgão da Sudene. Afinal de contas já temos uma Sudene sediada em Recife e agora temos outra sediada no Ministério do Interior, via Banco do Nordeste. Que dezenas e dezenas de Fundos de Desenvolvimento Regional surjam, mas com o respeito ao órgão de desenvolvimento regional. Isto representa mais uma atuação paralela. O Nordeste não ganhará nada, porque esvaziar a Sudene é esvaziar o real desenvolvimento do Nordeste.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Agradeço ao Senador Mansueto de Lavoura manifestação.

Aqui, realmente, é um fórum também de defesa do Nordeste, porque, quando solicitamos a instalação desta CPI, também foi para defender os interesses do Nordeste, e não apenas do Nordeste, é lógico, porque vamos buscar a política energética como um todo. A causa maior da solicitação desta CPI foi o estudo dessas questões nordestinas e dos problemas que temos tido na região, e esse problema energético é um deles.

Hoje vejo, mais do que nunca, que a Sudene é um problema para todos nós, nordestinos, um problema que todos deveremos defender, porque, se aqui não pensava em discutir as questões de esvaziamento da Sudene no decorrer desses anos todos, vejo que, infelizmente, num governo nordestino estamos tendo problemas com a própria Sudene.

Agradeço a V. Sª a presença, as informações valiosas que nos prestou, que serão atentamente analisadas, para constar dos nossos relatórios. Continuaremos buscando informações dos responsáveis pelas causas desse racionamento, teremos que encontrá-los.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) — Srs. Senadores, Sr. Superintendente da Sudene, Dr.

Dorany Sampaio, o debate, que consumiu praticamente toda a tarde de hoje, concluiu com a certeza de que todos estamos imbuídos de que acertamos quando convocamos V. Sª, em primeiro lugar para prestar o primeiro depoimento nesta CPI, que objetiva identificar as causas do racionamento e as responsabilidades em torno da questão.

A partir do depoimento escrito que V. Sª aqui deixa, a partir do conteúdo das suas respostas, dos debates que aqui foram feitos, muitas constatações ficaram evidentes, como, por exemplo, a perversidade contida no risco que corremos de levar por conta da imprevidência 600 mil nordestinos ao desemprego.

Evidentemente esta CPI, que vai continuar ouvindo outras pessoas, outras autoridades, tem o objetivo, como acabou de dizer o nobre Relator, de identificar as causas, as consequências e apontar caminhos, evidentemente. Neste sentido, quero dizer que V. Sª poderá vir a ser reconvocato, através do seu corpo técnico, para outras informações adicionais, tendo em vista que a Sudene é o grande repositório de informações de ordem técnica, sócio-econômica da região Nordeste, que, neste momento, é mais atingida pelo racionamento. O racionamento ocorreu recentemente no Centro-Sul, e, neste momento, acontece muito duramente no Nordeste onde, a par do racionamento, sofremos uma crise de estiagem prolongada.

Agradeço a V. Sª sua presença, bem como a seus Assessores, que trouxeram, podem estar certos, uma contribuição a esta CPI que investiga as causas do racionamento de energia elétrica no Nordeste e no Brasil.

Antes de encerrar, convoco os Srs. Senadores para uma nova reunião que se realizará amanhã, para ouvirmos os depoimentos do Sr. Presidente da CHESF, Dr. Carlos Aleluia Costa, e do Presidente da Eletronorte, Dr. Miguel Nunes, nesta sala, às 15 horas.

Está encerrada a reunião.

**16ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)
DA COMISSÃO DIRETORA,
REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 1987**

Aos vinte dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e sete, às dezessete horas, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Senador Humberto Lucena, Presidente, e com a presença dos Senhores Senadores: Jutahy Magalhães, Primei-

ro-Secretário; Dirceu Carneiro, Terceiro-Secretário; e Aluizio Bezerra e João Lobo, Suplentes.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores: José Ignácio, Primeiro-Vice-Presidente; Lourival Baptista, Segundo-Vice-Presidente; Odacir Soares, Segundo-Secretário; e João Castelo, Quarto-Secretário.

Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Primeiro-Secretário, que aborda os seguintes assuntos:

1) Processo nº 009463/87-9, relativo à prestação de contas do Senado Federal, referente ao primeiro trimestre do exercício de 1987. Estando a matéria pendente de designação de relator, é designado pelo Senhor Presidente, para tal fim, o Senhor Senador Dirceu Carneiro.

2) Processo nº 020033/87-4, que refere-se à prestação de contas do Fundo Especial do Senado Federal — Funsen — relativa ao primeiro trimestre de 1987. O Senhor Presidente designa relator do Processo o Senhor Senador Lourival Baptista.

3) Processo nº 000898/86-4 — que apresenta proposta de alteração do Orçamento do Fundo de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — Fundasen. Após debate do assunto é aprovada a Proposta, sendo assinado o Ato respectivo, que vai à publicação.

4) Processo nº 007779/87-9, contendo proposta da Subsecretaria de Assistência Médica e Social, visando alterar o dispositivo do Ato nº 09, de 1986, que disciplina o Plano Integrado de Saúde. Após discussão do assunto é a sugestão acolhida, sendo assinado o Ato respectivo, que vai à publicação.

5) Minuta de Ato da Comissão Diretora, revogando dispositivo do Ato nº 21, de 1982, da Comissão Diretora. Debatida a questão é aprovada a proposta, sendo assinado o Ato, revogando o art. 9º do referido Ato 21, que vai à publicação.

6) Proposta de Ato da Comissão Diretora, regulamentando o ressarcimento de despesas médicas realizadas pelos Senhores Senadores e seus dependentes. Discutida a questão é a minuta aprovada, sendo assinado o Ato consubstanciador da medida, indo ele à publicação.

7) Processo nº 013891/87-1, no qual o Senhor ex-Senador Benedito Ferreira solicita ressarcimento de despesas médicas. O Senhor Presidente designa relator do Processo o Senhor Senador Dirceu Carneiro.

8) Processos nºs 013484/87-7 e 004672/87-9, onde os Senhores Senadores Aureo Mello e Olavo

Pires, respectivamente, solicitam o pagamento de auxílio moradia. Decidem os Senhores Membros, após debate, no que concerne ao Senhor Senador Olavo Pires, indeferir o pedido, por entenderem caber à Câmara dos Deputados o ressarcimento do auxílio moradia pretendido. Relativamente à solicitação do Senhor Senador Auro Mello, a Comissão Diretora autorizou o pagamento em questão até a data da ocupação do imóvel funcional que lhe foi destinado.

9) Minuta de Ato da Comissão Diretora disciplinando a colocação de servidores à disposição de gabinete de senador. Os Senhores Senadores debatem o assunto e decidem aprovar a proposta e assinar o Ato correspondente, que vai à publicação.

Dando seqüência à reunião, o Senhor Presidente submete à apreciação dos Senhores Membros o Processo nº 019174/85-3, no qual Nardi Wensing requer revisão do inquérito administrativo que concluiu pela sua demissão do Senado Federal. Após discussão do assunto, decide a Comissão Diretora autorizar a revisão pretendida, indo o processo ao Senhor Primeiro-Secretário para designar a Comissão Revisora.

Em seguida, o Senhor Presidente submete à apreciação dos demais membros a pauta trazida à comissão pelo Diretor-Geral da Casa:

a) Pedido de autorização para libertar bens considerados inservíveis para o Senado Federal e que se encontram estocados no Depósito da Unidade de Apoio da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio. Discutida a matéria, decide a comissão autorizar a alienação mediante leilão público.

b) Quota de passagens aéreas dos suplentes da Comissão Diretora. Após debate do assunto, os membros decidem manter o critério adotado pela Mesa anterior, que concedeu aos suplentes quota igual à destinada aos membros titulares.

c) Processo nº 013107/84-4 no qual João Mugayar e outros solicitam extensão do direito à gratificação e produtividade. Discutido o tema decide a comissão autorizar a Subsecretaria de Administração de Pessoal a atualizar a instrução do referido processo.

Nada mais havendo a tratar, às vinte horas, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, pelo que eu, José Passos Porto, Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrei a presente Ata que, depois de assinada pelo Senhor Presidente, vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 20 de agosto de 1987. — **Humberto Lucena**, Presidente.